

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO – FAAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Suelyn Cristina Carneiro da Luz

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS
MOVIMENTOS AGROECOLÓGICO E FEMINISTA E A CONTRIBUIÇÃO DO
JORNAL BRASIL DE FATO**

BAURU
2014

Suelyn Cristina Carneiro da Luz

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS
MOVIMENTOS AGROECOLÓGICO E FEMINISTA E A CONTRIBUIÇÃO DO
JORNAL BRASIL DE FATO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Professor Doutor Maximiliano Martin Vicente.

BAURU
2014

Suelyn Cristina Carneiro da Luz

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS
MOVIMENTOS AGROECOLÓGICO E FEMINISTA E A CONTRIBUIÇÃO DO
JORNAL BRASIL DE FATO**

Área de Concentração: Comunicação Midiática

Linha de Pesquisa 1: Processos midiáticos e práticas socioculturais

Banca Examinadora:

Presidente/Orientador: Professor Doutor Maximiliano Martin Vicente

Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - UNESP/Bauru

Professor 1: Professora Doutora Maria Cristina Gobbi

Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - UNESP/Bauru

Professor 2: Professora Doutora Alice Mitika Koshiyama

Instituição: Escola de Comunicações e Artes - USP/São Paulo

Luz, Suelyn Cristina Carneiro da.

A participação das mulheres nos movimentos agroecológico e feminista e a contribuição do jornal Brasil de Fato/ Suelyn Cristina Carneiro da Luz, 2014.

109 f.

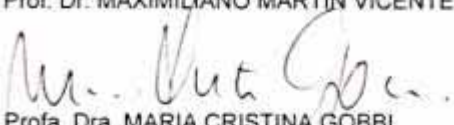
Orientador: Maximiliano Martin Vicente

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2014.

1. Brasil de Fato. 2. Feminismo. 3. Agroecologia. 4. Comunicação Popular-Alternativa. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE SUELYN CRISTINA CARNEIRO DA LUZ, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DO(A) FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO DE BAURU.

Aos 25 dias do mês de agosto do ano de 2014, às 14:00 horas, no(a) Sala de Reunião dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Profa. Dra. MARIA CRISTINA GOBBI do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Profa. Dra. ALICE MITIKA KOSHIYAMA do(a) Departamento de Jornalismo e Editoração / Universidade de São Paulo, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de SUELYN CRISTINA CARNEIRO DA LUZ, intitulada "A participação das mulheres nos movimentos agroecológico e feminista e a contribuição do Jornal Brasil de Fato". Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Prof. Dr. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE
Profa. Dra. MARIA CRISTINA GOBBI
Profa. Dra. ALICE MITIKA KOSHIYAMA

Às mulheres que, silenciosamente, têm construído a História.

(Adaptado de Paola Bretones – La mujer limpiando)

AGRADECIMENTOS

Enfim, cheguei às últimas palavras deste trabalho. Elas são as mais esperadas por mim, desde o início. Aqui teço o último arremate dessa grande manta, na qual agora me abrigo, e que seguirá me acalentando no resto da caminhada. Cada pessoa aqui lembrada contribuiu nos pontos dessa trama, de alguma forma, e me sinto feliz em registrá-las aqui.

Por isso, e por tanto mais, meus agradecimentos às minhas famílias:

Pai, mãe, mana, Mariano, Biel, Miguel e Dani por todo amor e apoio incondicionais em todos os momentos, inclusive naqueles de muita dúvida.

João, pelo companheirismo amoroso diário, por todo incentivo paciente e exigente, pela militância e dedicação incansáveis, pela sede de conhecimento insaciável, por todo brilho nos olhos, pelos “parabéns” constantes, desde aquela noite de 11/11/11 quando soube da aprovação de ingresso neste programa... Sem você nenhuma de todas essas linhas existiria.

Sueli Pompeu, Wilson Pavanelli, Santa Angelini e Neide Pompeu por me acolherem sempre e apoiarem a construção desse trabalho com muito incentivo.

Às irmãs e irmãos de coração para toda a vida: Patrícia Matsuura, meu máximo exemplo de superação e alegria de viver; Juliana Nepomucena, pela parceria independente da distância; Raquel de Arruda, pela inspiração de dedicação à pesquisa e pelo companheirismo; Joyce Reissler, pela garra e sensibilidade; Thiago Danelutti, pela dose de entusiasmo cotidiana... todas e todos Gambiarra's e Jah's, agregadas e agregados, por me ensinarem a arte da convivência.

Beatriz Stamato e Rodrigo Machado Moreira, pela admirável dedicação à Agroecologia e por me iniciarem nesse universo no qual me encontrei; Fernanda Ribeiro, Leonardo Mendonça, Anna Carolina Santana, Thiago Lucas e todas e todos do Instituto Giramundo Mutuando, pela militância agroecológica.

Meus agradecimentos às companheiras e companheiros da América Latina que tive a oportunidade de conhecer no IX Curso Internacional de Género y Comunicación e às docentes, funcionárias e funcionários do Instituto de Periodismo José Martí de Cuba, por toda troca de experiências.

Colegas do programa de pós-graduação em Comunicação FAAC/UNESP e, também, aos colegas da Residência Agrária em Educação do Campo e Agroecologia PRONERA/UNICAMP, pelos intercâmbios de experiências.

Nilton Viana, Francisco Szermeta e toda equipe do jornal Brasil de Fato, por acreditarem na Comunicação Popular-Alternativa e na prática jornalística para a transformação social.

Ao professor Maximiliano Martin Vicente por aceitar a empreitada de assumir a orientação desta dissertação, quase na metade do caminho... por toda tranquilidade que sempre me transmitiu, pela paciência e exemplo de pesquisador. Ao professor Pedro Celso Campos, pelo apoio no processo seletivo e no início da minha trajetória pelo mestrado.

À professora Maria Cristina Gobbi, por todo apoio e por ser minha inspiração acadêmica. Ao professor Claudio Bertolli Filho, pelas contribuições no exame de qualificação. À professora Alice Mitika Koshiyama, por me despertar novos ânimos e por aceitar, prontamente, o convite para participar desta banca. Aos funcionários do PPGCOM, pelo apoio e orientações.

Por fim, agradeço às companheiras e companheiros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de todas as idades, por me ensinarem em cada detalhe simples e intenso o amor pela terra e a acreditar nas pessoas.

Retificando, com certeza este trabalho não está terminado e essas não são as últimas palavras que escrevo. Ainda bem.

LUZ, Suelyn Cristina Carneiro da. **A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS AGROECOLÓGICO E FEMINISTA E A CONTRIBUIÇÃO DO JORNAL BRASIL DE FATO**. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru, 2014.

Resumo

Esta dissertação tem por finalidade discutir o Feminismo e a Agroecologia, bem como analisar a contribuição do jornal Brasil de Fato na divulgação de notícias sobre as mulheres integrantes de movimentos sociais feministas e movimentos sociais agroecológicos do campo. Para tanto, partiu-se de um aprofundamento teórico da concepção de Feminismo, em especial da corrente Ecofeminista, e do contexto histórico de formação dos movimentos sociais feministas e de mulheres camponesas, para expor suas especificidades e reivindicações. Além desse estudo, foi realizado um levantamento, principalmente histórico e geográfico, da questão agrária brasileira com enfoque nas consequências do sistema latifundiário que levaram ao desenvolvimento da Agroecologia no Brasil. As características da Agroecologia foram apresentadas nesta dissertação desde a sua conceituação científica às experiências empíricas de campo e dos movimentos sociais. Outro aprofundamento teórico esteve voltado para a definição de Comunicação Popular-Alternativa e na história da Imprensa Alternativa brasileira, desde o período da ditadura militar até a criação do jornal Brasil de Fato, em 2003. Por fim, respaldando-se nos recursos metodológicos da Análise de Conteúdo, foram analisados os textos constantes nas 52 edições, e publicados ao longo de 2013 pelo jornal Brasil de Fato, que trouxeram como pauta as temáticas relacionadas às mulheres, na tentativa de demonstrar como este semanário contribuiu para a divulgação das ações dos movimentos sociais feministas e dos movimentos sociais agroecológicos de mulheres camponesas nesse determinado período.

Palavras-chave: Brasil de Fato; Feminismo; Agroecologia; Questão Agrária; Movimentos Sociais; Comunicação Popular-Alternativa; Imprensa Alternativa.

LUZ, Suelyn Cristina Carneiro da. **THE PARTICIPATION OF WOMEN IN AGROECOLOGIC AND FEMINIST MOVEMENTS AND BRASIL DE FATO NEWSPAPER CONTRIBUTION**. 2014. 109 f. Dissertação (Master's Program in Communication) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus Bauru, 2014.

Abstract

This dissertation aims to discuss feminism and agroecology as well to analyze the contributions of Brasil de Fato newspaper on disclosure news about women who take part in feminist's movements and agroecological peasants movements. For this purpose, it was led a theoretical study about Feminism conception - especially the Ecofeminism approach - and about the historic context in which these feminists movements and peasants women movements were made up, to expose its specificities and claims. Furthermore, it was carried out a review about Brazilian agrarian question, mainly concerning historic and geographic issues, with focus on the consequences of landlordism, which led to the development of agroecology in Brazil. The main characteristics of agroecology are presented in this dissertation from its scientific conceptualization to empirical experiences in agroecology practiced by the social movements. Another theoretical study presented in this dissertation is to define Popular-Alternative Communication in Brazilian, Alternative Press, since the beginning of military dictatorship, in 1964, to Brasil de Fato foundation, in 2003. The texts contained on the 52 published editions of Brasil de Fato in 2013 that referenced to women were analyzed, supported on Content Analysis methodology, with the intention to show how this newspaper contributed to disclosure the feminists and agroecological women movement's struggle during the cited year.

Keywords: Brasil de Fato; Feminism; Agroecology; Agrarian Question; Social Movements; Popular-Alternative Communication; Alternative Press.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cabeçalho da edição impressa	67
Figura 2: Capa do número 492, publicado em agosto de 2012	68
Figura 3: Capa do número 494, publicado em agosto de 2012	68
Figuras 4 e 5: Páginas internas da seção Brasil, número 498, de setembro de 2012	69
Figura 6: Charge do cartunista Latuff, publicada em 2012, com uma representação da Agroecologia	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de textos publicados na seção “Brasil”	78
Gráfico 2: Temas dos textos	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Sistematização das mobilizações na década de 1980, no sul e nordeste	33
Tabela 2: Títulos, chapéus e linhas-finas por edições	79
Tabela 3: Autoras e autores dos textos por edição	81
Tabela 4: Quantidade de temas por textos	83
Tabela 5: Frequência das palavras no corpo dos textos, títulos, chapéus e linhas-finas	86

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
ABEEF - Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal
ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AIMTR - Articulação das Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANMTR - Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
CBA - Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEQMTR - Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do Paraná
CFêmea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CIAPO - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CIMI - Conselho Indígena Missionário
CLOC - Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo
CNAPO - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA - Encontro Nacional de Agroecologia
FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação)
FEAB - Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil
FETAG - Federações de Trabalhadores na Agricultura
GAMA - Grupo de Apoio à Maternidade Ativa
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT - Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis e Transexuais
MMM - Marcha Mundial das Mulheres
MMA - Movimento de Mulheres Agricultoras

MMA-SC - Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MMASP - Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
MMMS - Movimento de Mulheres do Mato Grosso do Sul
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MMTR-RS - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MPMP - Movimento Popular de Mulheres do Paraná
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
ONG - Organização não-governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OMS – Organização Mundial da Saúde
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PL – Projeto de Lei
Planapo - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PRJ - Pastoral Rural da Juventude
PRONAF - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROVAPE - Programa de Valorização da Pequena Produção
PT – Partido dos Trabalhadores
SOCLA - Sociedad Latinoamericana de Agroecologia
SUS – Sistema Único de Saúde
UNAG - Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

1. Introdução	17
2. Sobre o conceito de Feminismo e seus movimentos sociais	22
2.1. O Feminismo como bandeira de luta	22
2.2. Considerações sobre o capítulo	37
3. O cultivar no campo	39
3.1. A estrutura fundiária brasileira	39
3.2. O desenvolvimento do conceito científico da Agroecologia	47
3.3. A Agroecologia como movimento e a participação das mulheres	51
3.4. Considerações sobre o capítulo	56
4. A comunicação do povo	58
4.1. O jornal Brasil de Fato	66
4.2. Sobre o método escolhido para a análise	72
5. Análise	76
5.1. Detalhamento da análise	78
5.2. Autoria	81
5.3. Temas	82
5.4. Fonte	84
5.5. Linguagem	85
5.6. Considerações sobre a análise	97
6. Considerações finais	101
7. Referências Bibliográficas	104
Anexos	109

1. Introdução

Toda pessoa se relaciona com os demais seres vivos que estão ao seu redor, em determinado ambiente físico. Os processos comunicativos que ocorrem nessas interações são os mais diversos e, socializáveis ou íntimos, tornam-se impossíveis de se enumerar, praticamente.

Partindo desta visão macro das relações humanas, uma das motivações desta pesquisa se deu a partir da indagação sobre as ações que desarmonizam esses processos comunicativos naturais, tornando-os desiguais.

Dando um grande salto, do caminho percorrido pela espécie humana na interação com a natureza, desde o desenvolvimento das mais diferentes técnicas aprimoradas para cultivar alimentos, domesticar animais, até a invenção de recursos de trocas de produtos, chegou-se a outras indagações relacionadas ao desequilíbrio dos processos comunicativos naturais: a relação social entre mulheres e homens.

Independente das diferenças biológicas intrínsecas, por que há diferenças sociais entre mulheres e homens? Quais são as formas adotadas pelas mulheres, ao longo da História, para que essas diferenças fossem amenizadas ou superadas?

Em meio à evolução das formas de se comunicar e interagir com os outros seres vivos, na modificação do ambiente habitado e cultivado, as pessoas desenvolveram potencialidades e, muitas vezes, enaltecem suas diferenças. Essas relações e a agricultura podem ser tomadas como o ponto de partida das reflexões que este estudo teve a intenção de realizar.

Hoje em dia, a hegemonia do agronegócio, ou seja, o uso comercial da agricultura é socialmente excludente, pois prioriza a substituição da relação das pessoas com a terra e seus processos naturais pelo cultivo mecanizado, quimicamente sintético e de larga escala. Além da desvalorização das potencialidades humanas, no agronegócio há a exploração dos recursos naturais, que não leva em consideração a diversidade e sustentabilidade dos ambientes. O agronegócio considera o processo agrícola como um mercado, apenas, e ignora as relações sociais que existem no cotidiano do campo – mulheres e homens que defendem o agronegócio desconsideram a harmoniosa comunicação natural existente em troca do lucro.

Essa prática de agricultura gera interações violentas, que podem estar entre as principais consequências do enaltecimento das diferenças negativas entre mulheres

e homens. A violência contra os recursos naturais dispostos no meio ambiente, gerada pela atuação indiscriminada da agricultura enquanto negócio se compara à violência cometida pelo modo exploratório do trabalho de mulheres e homens, e que ocorreu ao longo da história contemporânea da humanidade, no campo e na cidade, por exemplo.

Sobre as mulheres, as consequências dessa violência são ainda mais profundas, pois resulta, ainda, de uma cultura em que o homem foi considerado superior, o detentor do conhecimento e das aptidões desejadas para a concretização de uma sociedade bem sucedida. Assim, retorna-se à indagação sobre as desigualdades sociais entre mulheres e homens.

Na tentativa de estudar tanto as relações na agricultura, como conhecer, a fundo, as formas pelas quais as mulheres superaram as diferenças sociais existentes entre elas e os homens foi que se chegou aos temas desta dissertação: o Feminismo e a Agroecologia.

Para buscar uma perspectiva mais fiel das ações coletivas que levaram à formação de movimentos e organizações sociais que lutam por essas causas comuns, optou-se por adotar como objeto de estudo um veículo de comunicação social alternativo e popular. Chegou-se, assim, ao jornal Brasil de Fato, um semanário impresso, com mais de 10 anos de circulação no território nacional e que surgiu com o objetivo de subsidiar de informações as pessoas envolvidas com os movimentos sociais, bem como com suas principais reivindicações por mudanças no sistema político vigente no país.

A pesquisa pretendeu, portanto, responder ao seguinte questionamento: Como o jornal Brasil de Fato retrata as mulheres dos movimentos sociais brasileiros, feministas e do campo?

Assim, o primeiro capítulo deste estudo, intitulado *Sobre o conceito de Feminismo e seus movimentos sociais*, teve como intuito reunir informações sobre as passagens históricas do Feminismo. Buscou-se os embasamentos teóricos e principais motivações que levaram ao surgimento dos movimentos feministas respaldando-se, principalmente, na revisão teórica realizada por Siliprandi (2009) e Gohn (2008).

A especificidade da teoria feminista que relaciona as reivindicações dos movimentos de mulheres com as lutas ambientalistas, denominada Ecofeminismo, foi destacada por se entender que essa se aproxima, ainda mais, dos ideais dos

movimentos sociais pesquisados nesta dissertação. Também, particularidades da trajetória de formação dessas organizações no território nacional e internacional foram elencadas, em especial do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), conforme resgataram DARON e PALUDO (2012).

Mergulhando no universo desses movimentos sociais levantou-se neste capítulo, além das articulações realizadas para suas formações e atuações, as características do trabalho feminino, no campo e na cidade, e como o mesmo é visto na sociedade atual, baseando-se em análises feitas por FARIA (2009), NOBRE (2012) e PAULILO (2013).

Voltando a atenção para a realidade brasileira no campo, podem-se destacar as reflexões das pesquisas em questão agrária. Esse enfoque de estudo, que aborda a amplitude das especificidades em torno do ato de cultivar a terra é analisada por meio das mais diversas áreas de conhecimento, tais como as próprias ciências agrárias (Engenharia Agrônômica e Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia), até as demais veias científicas (biológicas, sociais e exatas), a exemplo a Sociologia, História, Economia, Antropologia, Geografia, Ecologia, dentre outras.

No segundo capítulo desta dissertação, *O cultivar no campo*, abordou-se a questão agrária do viés histórico e geográfico, principalmente, para compreender as condições fundiárias que levaram ao desenvolvimento de um novo enfoque, científico e empírico, das relações humanas com o ambiente, que é a Agroecologia. Para tanto, recorreu-se aos estudos desenvolvidos por STÉDILE (1997, 2005 e 2012), SILVA (1997), ANDRADES (2007), GIRARDI, (2012), PEREIRA (2012), e outras pesquisadoras e pesquisadores.

Na sequência da compreensão sobre a realidade agrária dominante, este capítulo também se aprofundou nas alternativas de agricultura que serviram de influência conceitual para a Agroecologia, especialmente por meio do compêndio escrito por PETERSEN (2012).

E, por fim, com o subsídio dos estudos aprofundados de GLIESSMAN (2000), SEVILLA-GUZMÁN (2006), ALTIERI (2009), GUHUR e TONÁ (2012), dentre outras e outros, o capítulo se voltou para a conceituação específica da Agroecologia, enquanto ciência e movimento social, que conta com a participação íntima e constante de mulheres cientistas, militantes e agricultoras.

Na dinâmica interna dos movimentos sociais, o processo formativo das pessoas que compõem suas bases, bem como das e dos militantes é tido como fundamental

para o desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade. Nesta perspectiva que foram se fortalecendo as manifestações populares de comunicação que, inicialmente, no Brasil, surgiram para contribuir na mobilização popular e na articulação interna das organizações sociais, em meados das décadas de 1970 e 1980 (PERUZZO, 2008 e 2009).

Para os movimentos sociais, a comunicação supera a função de informar; ela também auxilia na formação intelectual das pessoas, bem como na manutenção e difusão das manifestações culturais populares. Desprovidos de espaços midiáticos, que são dominados pelo modo capitalista de produção, também da comunicação, os movimentos sociais passaram a criar veículos alternativos e independentes da lógica do lucro da mídia hegemônica.

Em *A comunicação do povo*, terceiro capítulo desta dissertação, um resgate do conceito de comunicação pela perspectiva dos movimentos sociais foi apresentado. Buscou-se apoio em FREIRE (1967, 1975 e 1979) e LIMA (1981 e 1996), para expor o caráter formativo, ou seja, educacional, que a comunicação recebeu na prática dos movimentos sociais. Segundo o educador Paulo Freire, a educação deve ser um processo, necessariamente, libertário, democrático e justo. Para ele, o diálogo é a base da educação, que só é alcançada por meio da comunicação entre as pessoas, em busca de ações coletivas por mudanças radicais da realidade social.

Outro assunto abordado neste capítulo foi o surgimento específico da chamada Imprensa Alternativa. Um resumo dos principais marcos do contexto histórico foi levantado; desde o período do regime militar brasileiro, quando se observou seu maior desenvolvimento, de acordo com BERGER (1990) e KUCINSKI (2003), aos tempos atuais de resistência e novas reconfigurações, como destaca FIORUCCI (2011), até chegar a 2003 no lançamento do jornal Brasil de Fato, conforme descreveu CASSOL (2010). Os detalhes sobre a política editorial, a estrutura e as recentes modificações gráficas foram apontadas por VIANA (2012 e 2014), editor-chefe do semanário desde a sua criação.

Para analisar, qualitativa e quantitativamente, a contribuição do jornal Brasil de Fato para a manutenção da comunicação dos movimentos sociais, em especial os feministas e de mulheres do campo, recorreu-se à Análise de Conteúdo como método de pesquisa, conforme sistematizaram BARDIN (2009) e FONSECA JÚNIOR (2009).

Os resultados obtidos no processo analítico das 52 edições publicadas ao longo de 2013 pelo jornal Brasil de Fato, e escolhidas como *corpus* para o estudo, foram descritos no último capítulo desta dissertação, intitulado *Análise*.

2. Sobre o conceito de Feminismo e seus movimentos sociais

O estudo proposto nesta dissertação aponta para o desafio de relacionar a Comunicação Popular-Alternativa e o jornalismo praticado no jornal Brasil de Fato com a participação das mulheres, enquanto feministas, camponesas e militantes da reforma agrária, na construção de um movimento popular e científico relativamente novo, que é a Agroecologia.

Para tanto, inicialmente, é necessário voltar-se ao histórico da criação dos movimentos feministas, em especial a atuação das mulheres naqueles que travaram e ainda travam as lutas pelo direito do acesso a terra para agricultura.

Dessa forma, a seguir, serão perpassados alguns aspectos do Feminismo, do Ecofeminismo, das articulações e das participação das mulheres na criação e manutenção de movimentos e organizações sociais. A intenção é a de nortear o objeto desta pesquisa, o jornal Brasil de Fato, no contexto dessas organizações e movimentos sociais que contribuíram para a sua criação.

2.1. O Feminismo como bandeira de luta

Quando as pesquisas em busca das origens do Feminismo são aprofundadas é possível observar inúmeras passagens de momentos de lutas distintas de mulheres, ou de grupos organizados de mulheres, ao longo da história. Essas lutas reivindicavam e continuam a reivindicar, principalmente, a paridade dos direitos sociais com os homens e o fim de atos de violência, sejam eles físicos ou morais.

Emma Siliprandi (2009) define o Feminismo como uma teoria militante, porque denunciando vieses ilegítimos que obscurecem o conhecimento, também pode se tornar um instrumento de mobilização, dando oportunidade aos grupos oprimidos (no caso, as mulheres) de se organizem em prol de mudanças sociais (SILIPRANDI, 2009).

As causas pelas quais lutam as mulheres, independente da época, sempre tiveram o patriarcado como fonte provocadora, por se tratar do principal perfil de comportamento determinante das injustiças sociais cometidas a elas.

Ao fazer do Feminismo uma busca pela igualdade dos direitos civis e uma corrente de pensamento, ao longo da História, as mulheres enfrentaram,

(...) continuamente, os discursos legitimadores de sua exclusão do mundo público – desde as teorias científicas sobre a evolução das espécies até a psicanálise, passando pelos dogmas religiosos e por todo o aparato legal. Todos, monótona e persistentemente, afirmando a sua inferioridade com relação aos homens, e atribuindo a elas, por consequência, o mundo privado e doméstico como o seu espaço natural. (SILIPRANDI, 2009, p.54)

Na literatura existente, conforme algumas obras mencionadas a seguir, autoras e autores consideram a trajetória de construção do Feminismo no ocidente dividida em três fases: a primeira caracterizada pelas lutas abolicionistas e de reconhecimento legal, como o direito ao voto, por exemplo, acontecida em meados do século XVIII e início do século XX; a segunda marcada pelas mobilizações mais focadas na igualdade de direitos no mercado de trabalho, podendo ser situada entre as décadas de 1960 e 1980; e, por fim, a terceira fase na qual se entrava uma luta na busca por direitos perpassando todas as esferas sociais e que pode ser localizada no início dos anos 1990, permanecendo até a atualidade.

Ao longo desse período, a luta feminista tem incorporado diversas outras lutas em busca da igualdade e libertação sexual, pela valorização da cultura popular, a luta pela terra, entre outras questões de diferentes grupos, tidos como minoritários.

Maria da Glória Gohn (2008), em *Novas teorias dos movimentos sociais*, livro no qual dedica um capítulo aos movimentos de mulheres e às mulheres em movimento, faz uma revisão desse histórico, destacando alguns exemplos emblemáticos dessas três fases do Feminismo.

Em meio aos pontos considerados importantes para o Feminismo em sua primeira fase, que são destacados por Gohn, está o episódio da fábrica têxtil de Nova Iorque onde morreram queimadas 129 mulheres, mantidas presas no local incendiado, em 08 de março de 1857, por estarem reivindicando a redução da jornada de trabalho, além do direito à licença maternidade. Este fato levou à promulgação da mesma data como o Dia Internacional da Mulher, em 1921 (GOHN, 2008).

O movimento sufragista norte-americano e europeu, nos anos de 1880, é lembrado não só como uma luta pelo direito das mulheres ao voto, mas, também, como um momento de protesto contra a superioridade masculina na família, igreja e

Estado. No Brasil, o direito das brasileiras à participação no processo eleitoral ocorreu em 1934, com o voto feminino garantido na Constituição daquele ano (GOHN, 2008). Segundo a autora, na esfera mundial, o que inclui no Brasil, já na primeira fase o Feminismo inspirou-se nos ideais socialistas e nas causas abolicionistas.

Um dos livros citados por Gohn em seu levantamento sobre a primeira fase do feminismo é *O segundo sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, considerado um marco teórico na luta das mulheres contra todas as espécies de discriminações (GOHN, 2008). Nesta obra, Beauvoir (1949) faz uma profunda análise sobre a mulher na sociedade, suas características históricas, biológicas e de opção sexual, as relações com os homens, entre outras observações, que foram precursoras para a época. O livro ainda é considerado uma referência importante na construção do pensamento feminista, assim como toda a trajetória desta filósofa francesa.

Na segunda fase do Feminismo, já durante as décadas de 1960 e 1970, o centro das reivindicações estava na problemática das diferenças; as mulheres atuavam em coletivos e se uniram a outras “minorias” oprimidas e em protesto na época, como os negros e estudantes (GOHN, 2008). Em sua pesquisa, Gohn destaca esse período como a fase de um Feminismo radical, caracterizado por movimentos que lutavam pela libertação feminina, como o direito à contracepção e ao divórcio, por exemplo. Foi quando as mulheres, literalmente, iniciaram a queima de seus sutiãs em protestos, o que trouxe muito simbolismo ao movimento.

Um fato interessante desta segunda fase mais radicalista, segundo Gohn, é o surgimento de revistas e outras publicações alternativas redigidas por coletivos feministas. Nesse período aconteceram grandes mobilizações e marchas, muitas vezes articuladas com a colaboração desses meios de comunicação (GOHN, 2008).

É também durante na segunda fase do Feminismo que começam a surgir os debates sobre a construção do termo “gênero”. Aqui não haverá um aprofundamento conceitual sobre gênero, mas é importante mencionar que os estudos da terminologia são desenvolvidos para refletir sobre a identidade sexual social, independente das diferenças sexuais biológicas entre homens e mulheres. Nos estudos acadêmicos, o conceito de gênero é utilizado em pesquisas empíricas para diferenciar e caracterizar categorias sociais, ou, analiticamente, pode ser empregado nos estudos que buscam explicar as relações que se estabelecem entre essas categorias (TEDESCHI, 2007).

Já na considerada terceira fase, a partir dos anos 1990, houve um aumento da participação de mulheres em organizações não governamentais (ONG's), que lutavam por diversas causas, além das comumente trazidas pelos movimentos feministas, até então. Essas organizações contribuíram para a consolidação do movimento, no incremento de pesquisas acadêmicas e na formulação de políticas voltadas à promoção dos direitos das mulheres.

No mesmo período, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu conferências, em diversas localidades do mundo, para fomentar o debate sobre o desenvolvimento social e outras causas, como meio ambiente, alimentação e direitos humanos. Paralelamente aos espaços oficiais, a sociedade civil organizou fóruns para discutir as mesmas temáticas, concomitantemente.

Nesse contexto, as mulheres estavam presentes nos espaços de discussão, bem como as questões trazidas por elas em suas lutas, mas foi na IV Conferência Mundial da Mulher de 1995, promovida em Pequim também pela ONU, que os movimentos feministas tiveram a oportunidade de fazer avaliações, formular estratégias e estabelecer alianças políticas a nível mundial (SILIPRANDI, 2009).

Dentre os resultados reunidos na declaração e na plataforma de ação da conferência foram enumeradas áreas prioritárias de preocupação, para guiar a formulação de políticas e programas de igualdade de gênero, pouco discutidos no âmbito governamental, até então. Dentre as áreas descritas estão:

(...) a 'feminização' da pobreza; a desigualdade no acesso à educação, capacitação e aos serviços de saúde; os efeitos da violência e dos conflitos armados sobre as mulheres; a desigualdade da participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas, acesso a recursos, no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade no acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente. (DECLARAÇÃO e PLATAFORMA DE AÇÃO da IV CONFERÊNCIA MUNDIAL DA MULHER, 1995, p.148).

Ainda nas últimas décadas do século XX, de acordo com Gohn (2008), surgiram duas correntes mais representativas do Feminismo, que são:

(...) o da igualdade, que enfatiza a similitude entre homens e mulheres e destaca as lutas gerais contra todas as formas de opressão, e o Feminismo da diferença, das desigualdades, que defende haver uma diferença fundamental entre os sexos que leva a práxis diferentes. (GOHN, 2008, p.143)

Já próximo e durante os anos 2000, o movimento feminista se consolidou dando continuidade ao estreitamento da relação com outros movimentos sociais, buscando o fortalecimento das causas comuns em articulações locais e globais. Neste período foi que, como menciona Siliprandi (2009):

Surgiram, então, os Fóruns Sociais Mundiais, realizados a partir do ano 2001 (...). Essa reorientação dos movimentos se deu a partir de uma sequência de processos de mobilização antiglobalização, no final da década de 1990, entre as quais se podem citar as grandes manifestações em Seattle, em 1999, contra a Organização Mundial do Comércio. Os movimentos feministas e de mulheres têm estado presentes em todas estas articulações, em sua enorme diversidade: “institucionalistas” e “autonomistas”, da igualdade e da diferença, terceiro-mundistas e pós-modernas, indígenas, camponesas, lesbianas, imigrantes, sindicalistas, entre tantas outras categorizações e movimentos organizados. (SILIPRANDI, 2009, p.66)

Um exemplo da articulação dos movimentos feministas do campo e da cidade, na esfera internacional, conforme mencionou Siliprandi, e que se fortaleceu nesse período é a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). O movimento se inspirou em uma manifestação realizada no Canadá, na cidade de Quebec, quando aproximadamente 900 mulheres marcharam 200 quilômetros reivindicando, simbolicamente, “pão e rosas”.

Como primeira ação enquanto movimento consolidado, em 2000, a MMM reuniu em Nova Iorque milhares de grupos de mais de 150 países. O encontro resultou em um manifesto com diversas reivindicações, entregue à Organização das Nações Unidas (ONU) e composto de cinco milhões de assinaturas sendo, também, a primeira ação de amplo alcance.

As mobilizações internacionais das mulheres em marcha são programadas para ocorrerem a cada cinco anos, nas localidades onde há grupos articulados do movimento. A MMM reúne mulheres camponesas, de movimentos indígenas, afrodescendentes, quilombolas, lésbicas, integrantes de movimentos estudantis, dentre outras representatividades, buscando abranger a diversidade feminista.

No Brasil, uma das ações mais significativa da MMM ocorreu em 2010, quando as mulheres prepararam um encontro que reuniu cerca de duas mil integrantes. Foram dez dias de ações e panfletagens de conscientização, denúncias, reivindicações e de formação política, que eram realizadas durante as manhãs. Nos períodos da tarde, as mulheres marcharam de Campinas a São Paulo.

Já em 2013, o 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres aconteceu durante sete dias do mês de agosto, no Memorial da América Latina, localizado na capital paulista, e contou com a participação de aproximadamente mil e seiscentas mulheres. Na declaração final acontecimentos recentes foram pontuados, como a repressão a índias e índios, quilombolas, no Brasil, e a exploração da natureza e do corpo feminino, imposta pelo sistema capitalista e patriarcal. O documento enfatizou as causas de luta da MMM, reafirmando que o movimento constrói o cotidiano a partir da realidade das mulheres, em uma ação global conectada com uma articulação de solidariedade. E que, assim,

(...) se consolida como uma força mundial, atualizando o feminismo como um projeto para garantir a igualdade entre todas as mulheres, nas estruturas de construção de uma sociedade de mulheres e homens livres e iguais, sem discriminação de raça/etnia e com livre exercício de sua sexualidade. (MMM-Brasil, 2013).

Dentre as especificidades das teorias feministas encontra-se uma corrente de pensamento caracterizada pelas lutas que atrelam as causas das mulheres às lutas pela conservação dos recursos naturais.

As ações e o surgimento de estudos sobre essas relações tiveram início ainda em meados da década de 1960, quando se observaram, entre outras frentes, o já mencionado Feminismo radical. A união das duas lutas resultou no Feminismo Ecológico. Porém, a terminologia utilizada até hoje resulta da junção das palavras Ecologia e Feminismo, ou seja, Ecofeminismo.

Na época de suas primeiras manifestações, a corrente era composta por mulheres que lutavam pelas reivindicações feministas, já características, mas também integravam movimentos ecológicos cada vez mais preocupados com os problemas ambientais que estavam se agravando, como o crescimento populacional desenfreado, o modelo agrícola mecanicista químico-sintético e a disseminação da energia nuclear, por exemplo. A preocupação das ecofeministas era mostrar, por um

lado, os impactos específicos que esses fenômenos tinham sobre a vida das mulheres; e, por outro, como esses problemas estavam interligados entre si (SILIPRANDI, 2009).

Para as ecofeministas, os impactos ambientais eram resultado do modelo econômico capitalista e seu sistema de produção baseado nos princípios patriarcais. Partiam, assim, do pressuposto de que a exploração das mulheres, praticada pelos homens, era semelhante às cometidas contra os recursos naturais. Por isso, as militantes do Ecofeminismo defendiam que os abusos e os processos de dominação das mulheres e dos recursos naturais estavam correlacionados.

Um exemplo que contribuiu para a consolidação do Ecofeminismo foi o movimento social indiano Chipko. Em meados dos anos 1970, mulheres camponesas do Himalaia permaneceram abraçadas a árvores do bosque de suas comunidades para impedir que fossem cortadas por empresas madeireiras. A resistência pacífica às empresas perdurou por anos, com a realização de vigílias, atividades de formação baseadas em princípios hindus e marchas em diversas localidades do país. O movimento conseguiu a paralisação do corte das árvores e teve sua trajetória retratada pela ativista Vandana Shiva, no livro *Staying Alive: Women, Ecology and Survival in India* (1991). A partir da repercussão das ações do Chipko, outras organizações camponesas com participação de mulheres surgiram e realizam trabalhos em toda a Índia até hoje. Shiva, que atualmente representa o instituto Navdanya, viaja o mundo participando de eventos e campanhas pela proteção das sementes crioulas, denunciando as condições de trabalho de camponesas, além dos malefícios dos organismos transgênicos (geneticamente modificados) para a conservação da biodiversidade e, também, é referência no movimento ecofeminista.

Movimentos sociais como o indiano, instituídos em outros continentes contribuíram, segundo Siliprandi,

“(...) para mostrar que as mulheres do terceiro mundo - em particular, as camponesas - não eram necessariamente nem vilãs, nem vítimas apáticas da destruição ambiental. Eram também ativistas e militantes com propostas de mudança dos modelos produtivos, construídas a partir de suas condições concretas de sobrevivência. Estas lutas combinavam a defesa do meio natural com a demanda de um protagonismo das mulheres nas decisões sobre o seu território, e contribuíram para enriquecer o conjunto das lutas feministas, mostrando

outras faces da opressão das mulheres – decorrentes da forma como as políticas de desenvolvimento as atingiam especificamente – que não estavam na ordem do dia para as mulheres dos países desenvolvidos” (SILIPRANDI, 2009, p.77)

Dessa forma, por meio de lutas ecofeministas em defesa dos recursos naturais, outras reivindicações no âmbito político vêm ganhando força, em especial as causas trazidas pelos movimentos de mulheres camponesas que atrelam esses temas com a defesa das sementes crioulas e da soberania alimentar, por exemplo. Essas lutas serão mencionadas com mais detalhes, a diante.

Nesse contexto, é necessário observar como o trabalho das mulheres se dá, na prática, para o desenvolvimento de propostas mais consonantes com a preservação dos recursos naturais, assistidos pelo movimento ecofeminista.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o trabalho das mulheres sempre se mostrou indispensável na dinâmica de vida camponesa, porém é visto de forma coadjuvante. Ao longo da história parece natural que elas administrem suas rotinas para conseguir suprir as tarefas domésticas, muitas vezes sozinhas, além de também contribuírem para o andamento das atividades no roçado.

Assim como na cidade, os afazeres domésticos e os cuidados com as filhas e filhos são ignorados enquanto trabalho, pois até a atualidade não são considerados produtivos no contexto do sistema econômico capitalista vigente. Ou seja, conforme sintetiza Faria (2009),

(...) no campo, essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Dessa forma, historicamente, muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado. (FARIA, 2009, p. 18)

Em 2011, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), publicou uma edição do relatório *O Estado da Agricultura Mundial*, com o subtítulo *As mulheres na agricultura: superar a brecha de gênero em prol do desenvolvimento*. No documento, a organização faz uma reflexão sobre como as

mulheres camponesas podem contribuir para a alimentação da população subnutrida no mundo.

Segundo a FAO, as mulheres representam, em média, 43% da força de trabalho agrícola nos países em desenvolvimento, variando de 20%, na América Latina, até 50% na Ásia oriental e África subsaariana. Mas, no mesmo levantamento, em colaboração com outras instituições mundiais, a FAO afirma que se pode falar em participação de 60% a 80% de trabalho feminino na agricultura dos países em desenvolvimento, principalmente do hemisfério Sul. Essa grande diferença é observável porque, geralmente, as mulheres veem os campos em volta de suas moradias como uma extensão da casa e não fazem distinção do trabalho nesses dois espaços, declarando todas as atividades como trabalho doméstico (PAULILO, 2013).

Paulilo (2013) analisa os resultados publicados no relatório e menciona que, apesar de ser um avanço importante no sentido de evidenciar as desigualdades entre homens e mulheres no que se refere à valorização enquanto profissionais no campo, o documento da FAO toma como padrão de medida ideal a produtividade agrícola masculina. Ou seja, o sistema de produção de desenvolvimento capitalista patriarcal, tal como é majoritário hoje. Segundo a análise da autora, o documento não pontua os diversos fatores que não possibilitam as mulheres de chegarem ao mesmo nível de desenvolvimento masculino, como acesso a créditos, insumos e até mesmo de propriedade exclusiva da terra.

Sobre informações mais específicas relacionadas ao trabalho rural no Brasil, Nobre (2012) extrai dados do último Censo Agropecuário, de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgados em 2009, para analisar a força das mulheres camponesas brasileiras, relacionando-os com outras informações e pesquisas sobre agricultura familiar.

No referido censo ficou estabelecido que agricultura familiar é aquela praticada por membros da própria família, ou pelo menos a maioria daqueles que trabalham e possuem a maior parte da renda proveniente das atividades desenvolvidas dentro do limite de uma área com até quatro módulos fiscais, ou seja, quatro unidades de medida agrária, que correspondem à área mínima necessária para que a exploração da propriedade se torne viável, economicamente. É importante ressaltar que a medida agrária, expressa em hectares (o que equivale a 10 mil metros quadrados),

varia de região para região, pois é calculada e dividida a partir do total de área útil para a agricultura de um determinado município.

Segundo a pesquisadora, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar e apenas pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares (13,7%) eram dirigidos por mulheres. Desse total, 39% estavam associadas a uma entidade de classe e/ou cooperativa. Considerando as pessoas com ocupações no meio rural, dois terços são homens, mas o número de mulheres ocupadas também era expressivo: 4,1 milhões (um terço do total).

Uma grande demonstração de atividade econômica de mulheres estava no extrativismo e manejo florestal. Elas ainda são maioria na coleta e na manipulação de plantas medicinais e aromáticas, na extração de óleos (babaçu, copaíba), além de participar de atividades extrativistas que mobilizam toda a família nos períodos de coleta, como látex, castanha-do-pará e açaí (NOBRE, 2012).

Dentre suas conclusões, Nobre enfatiza que uma das limitações do Censo Agropecuário está na percepção do trabalho realizado pelas agricultoras que não são responsáveis pelo estabelecimento, como as esposas e filhas, por exemplo. Essa omissão corrobora as constatações anteriores, também observadas na interpretação dos dados da pesquisa publicada pela FAO, de que a sociedade ainda enxerga a mulher como uma coadjuvante no trabalho do campo.

Paralelamente ao senso comum da imagem de 'sexo frágil', reforçando as ações das mulheres que lideraram lutas feministas ao longo da história, podemos destacar alguns exemplos de camponesas que contribuíram para desmitificar o trabalho no campo, nas lutas agrárias e movimentos, bem como nas organizações dominadas pelos homens.

No Brasil, há diversos exemplos de mulheres que foram lideranças políticas, na História contemporânea, e muitas podem ser mencionadas. Dentre elas está a paraibana Elisabeth Teixeira, com 88 anos completos em 2013. Foi sucessora do seu marido, João Paulo Teixeira, da liderança na Liga Camponesa de Sapé, interior da Paraíba, depois que ele foi assassinado. As Ligas foram importantes movimentos de associação de camponesas e camponeses iniciados em meados da década de 1950 e que se organizaram para lutar pela reforma agrária em vários Estados, principalmente da região nordeste do país. Elisabeth Teixeira continua sendo referência política de empoderamento feminino de tarefas antes realizadas apenas

pelos homens, além de ser exemplo de resistência para os movimentos camponeses e feministas.

A também paraibana Margarida Maria Alves, outro exemplo representativo, foi líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, interior da Paraíba, durante a década de 1970. Foi responsável pela denúncia de dezenas de casos de abuso contra trabalhadoras e trabalhadores rurais dos grandes engenhos de cana-de-açúcar da região. Em agosto de 1983 foi assassinada a tiros, na frente da sua casa e de sua família. Na época, além das ações que movia no sindicato, Margarida tornava pública as ameaças que recebia dos latifundiários das usinas, dizendo que era melhor “morrer lutando que morrer de fome”. Sua morte continua impune.

Desde 2000, Margarida Maria Alves é homenageada na Marcha das Margaridas, que se trata de uma mobilização permanente encabeçada pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de outros movimentos de mulheres camponesas e feministas. A Marcha das Margaridas tem a coordenação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), por meio das Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG's) e dos próprios sindicatos, com o apoio de outras organizações.

Além de promover a formação política das mulheres, articulação e proposição de políticas públicas, o movimento tem como principal ação a própria marcha em si, que desde sua primeira edição reúne milhares de mulheres militantes do campo e da cidade. Na primeira marcharam cerca de 20 mil mulheres. Nas edições seguintes, o número foi crescente: em 2003 teve a participação de 40 mil, em 2007 cerca de 50 mil e em 2011 a marcha reuniu, aproximadamente, 70 mil mulheres.

No Brasil, os anos de 1980 aparecem como o período de consolidação das lutas populares e da retomada de vários movimentos feministas e de mulheres camponesas, em diferentes regiões do país, principalmente no âmbito do movimento sindicalista rural, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Pastoral da Juventude (PALUDO e DARON, 2012).

Durante essa década aconteceram as seguintes mobilizações nas regiões nordeste e sul do país, que possuem forte histórico de pioneirismo nas lutas camponesas, conforme sistematizou Siliprandi (2009) na tabela abaixo:

Tabela 1: Sistematização das mobilizações na década de 1980, no sul e nordeste

Ano	No Sul	No Nordeste
1982	I Congresso da Mulher Camponesa do Rio Grande do Sul	Mobilizações das mulheres pelas frentes de emergência em vários estados
1983	I Encontro de Líderes Trabalhadoras Rurais (RS)	
1984	Em 8 de março, mil agricultoras fazem uma passeata em Erechim (RS) e é criado o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), em Santa Catarina	I Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central do Pernambuco, em Serra Talhada
1985	I Encontro Estadual da Mulher Trabalhadora no RS, com 10 mil mulheres, que formam uma Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais e tiram uma delegação para comparecer ao IV congresso da CONTAG; Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná (MMTR-PR)	
	3º Encontro Feminista da América Latina e Caribe, em Bertioga (SP), em que participaram mulheres rurais de todo país	
1986	Caminhada das Mulheres da Roça no RS: mobilização para a Assembleia Constituinte	I Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Paraíba e fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco
1987		Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, em João Pessoa (PB), com a presença de delegadas de oito Estados
1989	Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS (MMTR-RS)	

(Quadro: Principais eventos de organizações das mulheres rurais do sul e nordeste do Brasil, década de 1980. SILIPRANDI, 2009, p.130)

Nesse sentido, os debates realizados em meados dos anos 1980 pelas camponesas eram mais específicos que aqueles levantados pelas mulheres nos movimentos feministas, predominantemente, urbanos da mesma época. Elas se articulavam para lutar pelos direitos do acesso à terra por meio de titulação conjunta ou não, pelos assentamentos de reforma agrária, o reconhecimento profissional como trabalhadoras rurais com a garantia dos direitos sociais e previdenciários, além de questões sobre atendimento de saúde. (SILIPRANDI, 2009).

Em 1985, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que então nascia, realizou o seu 1º Congresso Nacional, na cidade de Cascavel, Paraná. Apesar da discussão sobre o papel das mulheres no movimento e na realidade camponesa se concretizarem em um setor específico apenas anos depois, como será mencionado mais adiante, no documento resultante do primeiro congresso já ficava explícito o cuidado do MST com a garantia de paridade entre

homens e mulheres. Na cartilha *Normas Gerais do MST*, impressa e distribuída nacionalmente em 1989, ficou registrado no capítulo VIII que:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deve estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, em todas as instâncias de poder e de representatividade. Devemos combater todo e qualquer tipo de discriminação e lutar contra o machismo que impede a igualdade de direitos e condições, em todas as atividades. (Normas Gerais do MST, 1989, p. 31)

Ainda em 1986, em Barueri, ocorreu uma primeira tentativa de unificação dos movimentos autônomos de mulheres camponesas, entre eles o MST e as mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1988, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC,) a Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do Paraná (CEQMTR), o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), o Movimento de Mulheres do Mato Grosso do Sul e o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo criaram a Articulação das Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AIMTR).

Mais tarde, em 1995, essas organizações promoveram um encontro nacional que resultou na criação da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que também integrou a CPT, o MST, a Pastoral da Juventude, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), alguns sindicatos de trabalhadores rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), (PALUDO e DARON, 2012). Dessa maneira, houve um fortalecimento e, sobretudo, uma ampliação das lutas.

O movimento nacional unificado, conhecido hoje como Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), recebeu esse nome em 2003 com a realização de um primeiro congresso, que aconteceu depois de vários trabalhos de base regionais e estaduais e que teve a participação de 1.200 mulheres, de 16 Estados. No encontro ficou definido que a luta central do MMC é contra o modelo neoliberal e machista e pela construção do socialismo. Com base nesses princípios são definidas as seguintes bandeiras: projeto popular de agricultura, ampliação dos direitos sociais, participação política da mulher na sociedade e projeto popular para o Brasil (PALUDO e DARON, 2012).

Já em 2013, durante quatro dias de fevereiro daquele ano, em Brasília, o MMC realizou o I Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, com o lema “Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher”. Além de uma mostra de artesanatos, sementes, plantas medicinais, alimentos e outras produções levadas pelas mulheres, no encontro foi organizado um ciclo de discussões baseado em vários eixos temáticos, que teve o objetivo de fomentar a discussão permeada pelo tema central. Na declaração coletiva sistematizada na conclusão do encontro, as participantes afirmaram que a violência contra as mulheres é resultante do sistema capitalista, baseado em uma cultura patriarcal e machista, que perpassa todas as dimensões da sociedade. A situação atual das trabalhadoras, os desafios e os compromissos no campo também foram pautados na mesma declaração e serão mencionados, mais adiante.

No entanto, a década de 1990, que antecede a consolidação do MMC enquanto movimento unificado, também teve acontecimentos gerais que devem ser destacados, conforme resume Siliprandi (2009).

Os eventos denominados Gritos da Terra, que ocorreram a partir de 1994 e foram organizados por vários movimentos sindicais, mobilizaram milhares de agricultoras e agricultores no país, em torno de pautas de reivindicações que foram entregues ao governo federal e aos governos estaduais (SILIPRANDI, 2009). As mulheres fizeram parte da construção dessas pautas e das mobilizações, com reivindicações específicas relacionadas, especialmente, às condições de produção, como acesso a crédito e assistência técnica especializada. Como principal resultado dessas mobilizações, de acordo com Siliprandi (2009), em 1995 foi instituído pelo governo federal o Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAPE), posteriormente denominado Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). Atualmente, o PRONAF continua sendo oferecido pelo governo federal e disponibiliza diversas modalidades de créditos, como o PRONAF Mulher e o PRONAF Jovem.

Em 1996, o MST realizou o I Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST, no qual foi formado um Coletivo de Mulheres. Esse coletivo, na ocasião, editou a cartilha *A questão da mulher no MST*, em que foram feitas uma série de críticas sobre o discurso e a prática dos militantes do movimento com relação às mulheres. Hoje, o MST trabalha a questão de gênero desde a formação da base acampada e assentada até a composição das instâncias que dirigem as ações do movimento,

estipulando que as direções devem garantir a paridade de sexo. A direção nacional, por exemplo, é composta por uma mulher e um homem indicados em cada direção estadual e regional do movimento.

Conforme destaca Siliprandi (2009), também em 1996, em Fortaleza, a realização do I Encontro Latino Americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural, com a participação de 237 delegadas de 21 países, assentou as bases para a criação, posteriormente, da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe.

Algo de mais significativo ocorrido ainda na década de 1990 foi a criação do movimento internacional La Via Campesina, ou somente Via Campesina, que surgiu para articular em rede os movimentos camponeses, indígenas e pescadores, em diversos países. Seu início se deu, mais precisamente, em 1992, quando organizações se reuniram no II Congresso de la Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG), realizado na Nicarágua. No ano seguinte, 1993, aconteceu a primeira conferência oficial, na Bélgica, quando ficaram estabelecidas as primeiras linhas estratégicas de atuação da, então fundada, Via Campesina.

Atualmente, o movimento é composto por organizações dos cinco continentes. Do Brasil, fazem parte a CPT, Pastoral Rural da Juventude (PRJ), o Conselho Indígena Missionário (CIMI), a Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), o MST, o MPA, o MAB e o MMC.

Entre os objetivos da Via Campesina estão o desenvolvimento da solidariedade e unidade entre as organizações que a compõem, promoção da igualdade econômica e da justiça social, preservação dos recursos naturais e da soberania alimentar, a participação política na formulação de proposta para esses e outros temas, como reforma agrária em todos os países em que está presente, produção e comércio justo em pequena e média escala, além do fortalecimento do protagonismo das mulheres no âmbito social, econômico, político e cultural (VIA CAMPESINA, 2014).

No mesmo período de criação da Via Campesina também foi instituída a Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo, a CLOC, para atuar como a instância continental de articulação dos movimentos.

Recentemente, estão entre as principais ações da Via Campesina a Campanha Permanente Contra os agrotóxicos e pela Vida, que teve início no Brasil em 2009 e foi lançada mundialmente em 2011, e a Campanha “Basta de Violência contra as Mulheres”, iniciada em 2008. Para articular as ações de conscientização sobre

esses temas, a Via Campesina confecciona cartilhas e outros materiais de caráter formativo para que as organizações que as compõe possam trabalhar as temáticas com suas bases.

2.2. Considerações sobre o capítulo

Na atualidade, baseando-se no andamento das lutas e dos estudos dedicados aos movimentos feministas, é possível observar que o Feminismo se transformou em diversos Feminismos, que se desenham conforme a realidade de cada época e dos grupos que buscam diminuir as diferenças entre homens e mulheres.

Os princípios ecofeministas estão intrínsecos nas lutas das mulheres e também dos homens do campo, não só pela preservação dos recursos naturais como também pela busca dos direitos sociais. Além das questões citadas acima é muito forte a luta contra a cultura do uso de agrotóxicos, contra a cultura transgênica, pela conservação da água, entre outras bandeiras. Dessa forma, muitas vezes, mesmo sem citar terminologias e conceitos, o Ecofeminismo é discutido e praticado na rotina camponesa.

A formação política das militantes dos movimentos sociais do campo e, conseqüentemente, das bases camponesas preservam e fortalecem os princípios do Feminismo como condição básica para que ocorra uma transformação social justa, tanto para as pessoas e demais seres, quanto para os ambientes habitáveis e cultivados, bem como para a preservação daqueles ainda intocados do planeta. Isso demonstra que, apesar de feminino em sua maioria, o Feminismo precisa ser entendido como uma visão de mundo de mulheres e homens unidos, considerando e respeitando suas diversidades.

Como conclui Beauvoir (1967) a sua obra *O segundo sexo*:

Não há como dizer melhor. É dentro de um mundo dado que cabe ao homem fazer triunfar o reino da liberdade; para alcançar essa suprema vitória é, entre outras coisas, necessário que, para além de suas diferenciações naturais, homens e mulheres afirmem sem equívoco sua fraternidade. (BEAUVOIR, 1967, p.500)

Outra importante conjuntura histórica a ser feita para contextualizar a luta das mulheres, suas preferências predominantes de manejo da terra e o objeto deste

estudo, o jornal Brasil de Fato, é a de como se deu a origem da estrutura fundiária brasileira, na atualidade.

Por isso, o próximo capítulo é dedicado a pontuar como se desenvolveram as alternativas de agricultura frente ao modelo adotado pelos latifundiários no desenvolvimento da chamada Revolução Verde, até o surgimento da Agroecologia enquanto prática camponesa e teoria acadêmica.

3. O cultivar no campo

Neste momento, cabe dar continuidade à contextualização da realidade em que estão inseridos os movimentos sociais do campo que contribuíram para o surgimento do jornal Brasil de Fato, objeto deste estudo, no que concerne à questão agrária e como ela se configura no território brasileiro, atualmente.

Assim, a seguir, serão elencadas as características e passagens históricas dessa realidade, de modo que possa ficar entendido o cenário de desenvolvimento da alternativa agrícola adotada pelos movimentos sociais do campo, inclusive das organizações de mulheres, que é a Agroecologia. Também serão problematizadas as bases teóricas da ciência agroecológica e a participação das mulheres nos movimentos sociais que vêm consolidando a Agroecologia enquanto prática de campo no Brasil.

3.1. A estrutura fundiária brasileira

Para dar início ao entendimento sobre as características da estrutura agrícola brasileira, é válido levar em consideração a terminologia empregada em diversas áreas de estudo que pesquisam esse tema. De acordo com Stédile (2005), na Sociologia, o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas de desenvolvimento das relações sociais na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão para explicar como as pessoas vão se apropriando da terra e como ocorre a ocupação humana nos territórios. Na História, o termo “questão agrária” é usado para explicar a evolução da luta política e da luta de classes no domínio e controle dos territórios e de posse da terra.

Dessa forma, e no contexto histórico, os anos imediatos à Segunda Guerra Mundial ficaram conhecidos como “Guerra Fria”, um período de intensas disputas e conflitos indiretos entre os dois blocos socioeconômicos: o capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o comunista, representado pela extinta União Soviética.

Dentre as características desse período podemos apontar a intensificação do desenvolvimento tecnológico, evidenciado pela corrida espacial, que culminou na chegada da missão Apollo 11 à Lua em 1969, e o incremento da produção capitalista com Ford e Taylor, incentivando o consumo excessivo, consequência do aumento da produção de bens materiais (COLOMBO, *et al*, 2008).

A partir do final da Segunda Guerra, porém, outra importante área de investimento econômico e tecnológico foi a agricultura. A produção de alimentos foi vista como um caminho para o lucro permanente de grandes corporações, como as fundações Ford, Rockefeller, Banco Mundial, indústrias químicas, dentre outras (ZAMBERLAM e FRONCHET, 2001) que investiam, principalmente, no desenvolvimento de maquinário pesado para o agronegócio, fabricação de fertilizantes sintéticos e técnicas de melhoramento de sementes, denominadas Variedades de Alta Produtividade (ANDRADES, 2007).

Para compreender esse contexto, também é importante apresentar alguns fatos que possibilitam entender o papel da expansão do modelo de agricultura que passa a ser assumido em nível mundial e que foi, igualmente, implantado no Brasil.

Um desses fatos vincula-se a um efeito do final da Segunda Guerra. A sobra de materiais químicos fez com que a indústria bélica norte-americana produzisse e incentivassem o uso de agrotóxicos, tanto em plantações como em guerras posteriores. Exemplo clássico foi a Guerra do Vietnã. No transcorrer dela, a empresa Monsanto forneceu o herbicida 2,4,5-T, que contém dioxina, constituinte do “agente laranja”, usado com o propósito de desfolhar florestas vietnamitas (ROBIN, 2008) para facilitar a incursão dos soldados americanos naquele território.

Maquinários pesados, utilizados durante as guerras, como tratores e colheitadeiras, naquele dado momento sem serventia, também foram introduzidos nas diversas fases da agricultura, desde o plantio até a colheita (ANDRADES, 2007), como mecanismo para possibilitar a cultura e manuseio de produções em larga escala.

Esse período de alto investimento em tecnologias na agricultura, durante as décadas de 1950 e 1960, ficou conhecido como Revolução Verde e se caracterizou pela oferta de “pacotes tecnológicos” envolvendo tecnologias, como a motomecanização, sementes geneticamente modificadas (transgênicas), fertilizantes, pesticidas, herbicidas e irrigação, sempre objetivando a ampliação da produção, na perspectiva de monocultivos em grandes extensões de terra.

Portanto, a Revolução Verde não foi apenas um avanço técnico para aumentar a produtividade, utilizando o discurso de favorecer alimentos a populações carentes sem acesso, mas também existiu uma intencionalidade política inserida em uma estrutura de um processo histórico (ANDRADES, 2007): controlar as sementes e a produção desses alimentos (VIA CAMPESINA, 2003). Suas consequências foram

extremamente desiguais em termos de distribuição, pois os maiores e mais ricos agricultores que controlavam, e ainda controlam o capital e as terras férteis, permaneceram privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos (ALTIERI, 2009). Esse modelo de agricultura, portanto, não produz alimentos, e sim *commodities*, ou seja, mercadorias e dólares (STÉDILE, 2012).

Essa tendência agrícola, que se organiza mundialmente, produziu e ainda produz inúmeros efeitos. Um deles, particularmente no Brasil, pode ser constatado no seguinte fato: o país está em primeiro lugar na utilização de agrotóxicos no mundo, com média de consumo de 5,2 litros por habitante por ano. Além disso, um terço de todos os alimentos produzidos em território brasileiro estão contaminados, segundo dados publicados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em 2011. Os grandes focos de utilização dos agrotóxicos aparecem, em maior intensidade, nas áreas de monoculturas de soja, milho, cana, cítricos, algodão e arroz (CARNEIRO, 2012), sendo o milho e a soja, predominantemente, de origem transgênica.

Na ótica geográfica da questão agrária, essa exploração exacerbada do território brasileiro teve início na colonização do país pela monarquia portuguesa que, objetivando solucionar uma crise de abastecimento no reino português, fez doações de terras brasileiras em abundância para quem pudesse cultivá-las. No entanto, os responsáveis por essas terras tinham o dever de torná-las produtivas no prazo de cinco anos, caso contrário, seriam devolvidas à Coroa. Por ineficiência do controle de fiscalização, além das condições adversas para exploração e plantio, as terras, conhecidas como sesmarias, se tornaram grandes latifúndios improdutivos que não foram devolvidos ao Reino (SILVA, 1997).

Além da doação de terras, outro modo de ocupação de território foi a “posse”, realizada por pequenos lavradores sem condição de solicitar uma sesmaria, e que foram chamados de “posseiros” (LIMA, 1954 *in* SILVA, 1997). Sem o devido controle sobre o limite das posses por parte da Coroa, com o passar o tempo, esta prática iniciada por pequenos lavradores também passou a ser assumida pelos grandes proprietários (SILVA, 1997).

Somente em 1850 o território brasileiro teve a primeira Lei de Terras, que tinha por objetivo demarcar as terras públicas e privadas ocupadas até o momento e que restringia o acesso a todas as terras declaradas públicas, a partir de então, sendo estas condicionadas à compra. Para Silva (1997), essa lei não seria

necessariamente negativa, porém trouxe benefícios quase exclusivamente aos grandes proprietários e não garantiu a democratização da terra, fato observado após a libertação dos escravos e a chegada dos imigrantes europeus ao Brasil, que tinham de comprar terras, porém não dispunham de recursos. Assim, a apropriação fraudulenta de terras após 1850, com a falsificação de títulos, deu origem às terras devolutas, um dos agravantes da situação fundiária atual (GIRARDI, 2012).

Com a República, as terras devolutas passaram para o domínio dos Estados, sendo quase nulas as iniciativas de estabelecimento de políticas de colonização ou assentamentos, agravando a situação fundiária que estava cada vez mais concentrada nas mãos de latifundiários, que multiplicavam as posses (“grilos”) irregulares (SILVA, 1997).

Durante o Estado Novo, em 1930, chegou ao fim a vigência da Lei de Terras. Mas, ainda sem uma nova legislação fundiária, a Lei de 1850 continuava servindo em casos de pendências entre Estado e proprietários. Algumas leis foram decretadas como, por exemplo, a lei que dispõe sobre a ilegalidade de propriedade por usucapião, o que não significou o fim de posses desse tipo. Somente a partir das discussões da Constituição de 1934, passou-se a questionar a função social da propriedade, o que reestruturaria a situação fundiária no país, pois, assim, o latifúndio deveria atender ao bem estar coletivo e ser destinado à reforma agrária, conforme se estipulava na legislação vigente. Porém, uma versão atenuada do texto foi acatada pelo governo e, ao invés de realizar a reforma agrária, Getúlio Vargas estimulou a implantação de projetos de ocupação do interior, favorecendo a ocupação ilegal de vastas áreas de terras devolutas (SILVA, 1997).

Já a Constituição de 1946 trazia um caráter dúbio quanto à função social da propriedade e a viabilidade de desapropriações dos latifúndios. Contudo, entre as décadas de 1950 e 1960, houve grande mobilização social em torno das reformas de base, dando novo impulso à discussão sobre o latifúndio. Segundo Silva (1997),

A reforma agrária, vista como um processo social amplo, parte fundamental das transformações estruturais que deveriam liquidar a dominação tradicional no campo, melhorar a distribuição de renda e dar novo impulso ao processo de industrialização através da ativação do mercado interno, dominou o cenário e polarizou as discussões sobre a questão agrária. A ênfase era dada ora na ampliação do mercado, ora na melhoria das condições de vida e de trabalho da população

rural (na verdade faces da mesma moeda). (SILVA, 1997, p. 19)

Em meio às discussões sobre a reforma agrária, os grandes latifúndios brasileiros já adotavam o pacote tecnológico da Revolução Verde. Segundo Montoya e Finamore (2001), o modelo do agronegócio não parou de crescer até a década de 1970. O processo de modernização da agricultura tornou-se ainda mais evidente à medida que a participação do montante cresceu de 5,14% para 7,51%, em virtude do incremento do consumo de máquinas e insumos modernos. (MONTTOYA E FINAMORE, 2001). É importante salientar que “montante” é a parte anterior à produção rural, que engloba o conjunto de setores fornecedores de insumos.

Podemos reconhecer, assim, a caracterização de dois fenômenos: por um lado, a pressão do agronegócio vinculado ao latifúndio, que adotava o então modelo capitalista da Revolução Verde e, por outro, uma evidente discussão, em diversos setores da sociedade, sobre a questão agrária.

Nesse contexto, em 17 de novembro de 1961, foi realizado um encontro que marcou a história do campo brasileiro: o 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em Belo Horizonte. Na ocasião, pela primeira vez, organizações do campo se uniram para traçar metas em comum, como a luta em favor da reforma agrária e contra a concentração de terras naquele tempo.

De 1961 a 1964, os movimentos sociais do campo seguiram juntos na luta contra o latifúndio e pela socialização da terra, sob a influência de Francisco Julião, um dos líderes das Ligas Camponesas, surgidas em Pernambuco no final da década de 1950, que logo se expandiu aos estados vizinhos, principalmente, como já mencionado no capítulo anterior. A palavra de ordem proclamada por Julião no Congresso foi: “A reforma agrária será feita na lei ou na marra, com flores ou com sangue”.

Em 13 de março de 1964, em pleno desenvolvimento da indústria e do agronegócio, e com intensa discussão acerca de reformas no país, o então presidente João Goulart (Jango), em um comício para mais de trezentas mil pessoas, anunciou uma série de reformas de base, como as reformas educacional, urbana, fiscal e agrária. Menos de um mês depois, o golpe militar se concretizou e, em 1º de abril de 1964, o general Humberto Castello Branco assumiu o poder,

dando início a 21 anos de ditadura militar no país e a intensificação da adoção do modelo econômico liberal.

Com o regime militar, o governo adotou a opção de investir no modelo da Revolução Verde, implantando os chamados pacotes tecnológicos e ignorando as questões fundiárias. E, aos poucos, o eixo da economia brasileira em desenvolvimento passou a migrar do setor agroexportador para o setor urbano-industrial (LIRA, 2010), levando ao êxodo rural que atingiu, em vinte anos (1960-1980), metade dos trabalhadores rurais do país (HOBSEBAWM, 1995).

Durante todo o período de ditadura militar, o processo de reforma agrária permaneceu adormecido (STÉDILE, 2005) e tal debate só foi retomado em 1979, com a ocupação de dois latifúndios no Rio Grande do Sul (STÉDILE, 1997) e impulsionado com a redemocratização em meados da década de 1980. Durante a década de 1990, os movimentos sociais do campo fizeram mobilizações intensas pela reforma agrária, no contexto de adesão total à ideologia neoliberal por parte do governo brasileiro.

Atualmente, já na primeira década do século XXI, o cenário fundiário do Brasil não é tão diferente daquele observado na década de 1960, em relação à concentração de terras. Em 2006, 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros correspondiam à agricultura familiar e apresentavam em média 18,37 hectares, porém a área ocupada por esses estabelecimentos era de apenas 24,3% do total de área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Enquanto isso, os estabelecimentos não familiares (grandes fazendas que representam o agronegócio), apesar de serem 15,6% do total de imóveis rurais, concentram 75,7% da área agrícola total, com tamanho médio de 309,18 hectares (Censo Agropecuário, 2006). Apesar dessa grande área ocupada pelos latifúndios, não há no mundo, hoje, nenhum país em que o agronegócio produza a maior parte dos alimentos consumidos pela população local (ANAP, 2012). Essa função é desenvolvida pela agricultura familiar.

Este movimento fundiário, articulado com o modelo da Revolução Verde, tem demonstrado cada vez mais seu caráter insustentável, principalmente pelos danos que promove (SOARES, 2004), tanto a camponesas e camponeses, quanto à natureza. Os conflitos de terra e os crimes ambientais, ainda não resolvidos, são denunciados por diversos movimentos sociais, dentre eles, o MMC, o MST, o MPA e a Via Campesina.

Esses mesmos movimentos sociais do campo, bem como outros, defendem outra agricultura como forma de reverter os danos ambientais e sociais ocasionados por anos do modelo da Revolução Verde, adotado pelo agronegócio. O modelo de agricultura, que também se tornou uma das principais bandeiras de luta dos movimentos, engloba não só uma maneira de produção contrária ao que é proposto pela monocultura dos latifúndios, mas também contempla os objetivos políticos trazidos por esses grupos, ao longo de suas trajetórias.

No período da Revolução Verde, foram suprimidos os conhecimentos tradicionais sobre possíveis formas mais harmoniosas entre a preservação da natureza e o cultivo de alimentos. O intenso investimento de grandes corporações nas tecnologias agrícolas disseminou, também, que esses conhecimentos eram ultrapassados, sem validade científica e que deveriam ser ignorados.

Outro fator que contribuiu, e continua contribuindo, para a desvalorização dos conhecimentos tradicionais é o constante financiamento de pesquisas acadêmicas por parte das empresas que ainda comercializam os pacotes tecnológicos (sementes transgênicas e agrotóxicos), fazendo com que a universidade seja fundamental para a consolidação desse modelo agroquímico, desde a formação dos profissionais até o desenvolvimento de novas tecnologias. A Revolução Verde foi difundida como a solução para uma agricultura moderna e de alta produtividade, porém sua maior contribuição foi marginalizar grande parte da população rural (PEREIRA, 2012). E, assim, o modelo da Revolução Verde passou a ser chamado de agricultura convencional e os demais modelos foram generalizados como agriculturas alternativas.

Apesar disso, muitos foram os movimentos sociais que propuseram outras formas de cultivar a terra. Dentre elas está a agricultura biodinâmica, intimamente vinculada à Antroposofia, uma filosofia elaborada pelo austríaco Rudolf Steiner (1861-1925), que influenciou o desenvolvimento de abordagens metodológicas em diferentes campos do conhecimento, como a pedagogia, a medicina e a psicologia. (PETERSEN, 2012). O conceito de agricultura biodinâmica foi atribuído a um ciclo de palestras proferidas por Steiner em 1924, nas quais ele enfatizou a importância da manutenção da qualidade dos solos para que as plantas cultivadas se mantivessem saudáveis e produtivas. Steiner desenvolveu propostas de manejo dos solos com a utilização de adubos confeccionados com matéria orgânica, como o calcário, por exemplo. Essa técnica ficou conhecida como 'preparado biodinâmico', que visa

reestimar as ‘forças naturais’ dos solos. Outra noção-chave da Agricultura Biodinâmica de Steiner é a concepção da propriedade agrícola como um organismo vivo, integrado em si mesmo, ao homem e ao cosmo. (PETERSEN, 2012).

A agricultura denominada como orgânica foi uma vertente relacionada ao trabalho do botânico e agrônomo inglês Albert Howard (1873-1947), ainda segundo Petersen (2012). Ao enfatizar a importância da matéria orgânica na manutenção da fertilidade, Howard afirmava que o solo não poderia continuar sendo concebido como um mero substrato físico, dado que nele ocorrem processos biológicos essenciais para o desenvolvimento equilibrado das plantas.

Já o conceito de agricultura natural, associado à obra dos japoneses Mokiti Okada (1882-1953) e Madanobu Fukuoka (1913-2008), defende que a agricultura necessita seguir as leis da natureza e que as atividades agrícolas devem ser realizadas com o mínimo de interferência na dinâmica ecológica dos ecossistemas (PETERSEN, 2012). Diferente das técnicas desenvolvidas por Steiner e Howard, na concepção da agricultura natural desenvolvida pelos japoneses acredita-se que não é função das pessoas intervir na dinâmica da natureza, para que os processos ecológicos naturais possam guiar a atividade produtiva agrícola, sem o emprego desnecessário de energia (PETERSEN, 2012), ou incorporação de compostos externos, como esterco animal para adubação, por exemplo.

Outro conceito bastante difundido, e baseado nas ideias de Fukuoka e Okada, é a Permacultura, que significa “cultura permanente”. Desenvolvida na Austrália por Bill Mollison e David Holmgren, em 1974, a Permacultura tem um caráter mais científico. Assim com a agricultura natural, ela é baseada no desenho de analogias entre os ecossistemas naturais e os agroecossistemas por meio de sistemas agroflorestais que valorizem os padrões naturais de funcionamento ecológico (PETERSEN, 2012), que possibilitam o estabelecimento de agriculturas estáveis, produtivas e harmoniosamente integradas à paisagem em que são desenvolvidas.

As décadas de 1960 e 1970 podem ser consideradas como o período em que começaram a ganhar força os estudos acadêmicos em busca de uma agricultura alternativa consonante com os ciclos ecológicos.

Uma das primeiras pesquisas científicas que influenciou, sobremaneira, essa tendência foi realizada pela bióloga norte-americana Rachel Carson, publicada em 1962 e que resultou no livro *Silent spring*. Nele, a pesquisadora denunciava os impactos que o acúmulo das substâncias químicas agrícolas ocasionava no

desequilíbrio dos ecossistemas. Carson constatou, ainda, que os inseticidas impactavam a reprodução dos pássaros e que, depois do uso dos agrotóxicos, a incidência de câncer em humanos havia aumentado drasticamente. Ainda hoje o livro é considerado um marco referencial para o desenvolvimento da consciência ambiental na agricultura, a nível mundial.

A associação do número crescente de pesquisadoras e pesquisadores aos movimentos de agriculturas alternativas resultou em importantes desdobramentos nas décadas seguintes, com a sistematização de um novo enfoque científico (PETERSEN, 2012). Dessa forma, por meio dos estudos sobre a ecologia aplicada à agricultura, remanescentes da década de 1930 (GLIESSMAN, 2000) e, mais tarde, sobre o manejo de agroecossistemas, começou a se desenhar uma nova veia científica no ambiente acadêmico: a Agroecologia.

Segundo Guhur e Toná (2012), inicialmente, o surgimento do termo foi relacionado a uma disciplina acadêmica específica pensada para estudar esses conceitos dentro da ciência agrônômica, mas nas décadas seguintes outras áreas de conhecimento foram se apropriando do estudo de sistemas tradicionais de produção que, por sua vez, foram se somando para dar a conformação atual da Agroecologia.

No contexto histórico, é possível identificar duas correntes mais expressivas que vêm se dedicando, nos últimos 30 anos, ao desenvolvimento da Agroecologia (MOREIRA, 2012): a norte-americana, encabeçada por pesquisadores mais especializados no conhecimento técnico de manejo dos agroecossistemas, como Miguel Altieri e Stephen R. Gliessman; e a europeia, principalmente na Espanha, com a contribuição mais voltada para a interação entre as disciplinas biológicas, agrárias e sociais, representada por pesquisadores como Manuel González de Molina e Eduardo Sevilla-Guzmán (GUHUR e TONÁ, 2012).

3.2. O desenvolvimento do conceito científico da Agroecologia

Tecnicamente, no cultivo da terra, a Agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas, tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 2009). Os modelos de produção agroecológicos se mostram mais resistentes diante dos fenômenos

ambientais e climáticos, são mais produtivos e favorecem a relação de agricultoras e agricultores com sua produção, desde o plantio, passando pela colheita até a comercialização, fazendo com que não dependam de meios de produção alheios e nem vendam suas forças de trabalho para terceiros (ANAP, 2012).

Além disso, o modelo de produção agroecológico otimiza a diversidade dos ambientes, buscando soluções para cada situação/contexto específico (SOARES, 2004), sem o uso de insumos químicos externos (agrotóxicos e adubos químicos), de alto custo e provenientes de mercados instáveis, com a implantação de diversos cultivos que respeitem os ciclos dos elementos naturais. Sendo assim, a produção de um agroecossistema é resultado do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos, fazendo com que essas interações criem, elas próprias, a produtividade e a proteção das culturas (ALTIERI, 2009).

Contudo, a Agroecologia não se limita a um conjunto de formas técnicas para uma agricultura ecológica. Como ciência, a Agroecologia também se dedica aos estudos que têm por objetivo compreender o sujeito e a sociedade, ou seja, fazer o manejo ecológico dos recursos naturais mediante formas coletivas de ação social que apresentem alternativas à atual crise civilizatória (SEVILLA-GUZMÁN, 2006). Assim, inter-relaciona o conhecimento empírico camponês, praticado desde sempre, com as técnicas da Agronomia, utilizando da Ecologia e do que possibilita a Sociologia, a Comunicação, a Antropologia, a Geografia, a Economia, dentre outras ciências, para compreender e manter um cultivar sustentável que respeite as diversidades socioculturais e ambientais.

Partindo do desenho dos agroecossistemas são levadas em consideração as relações sociais no campo entre mulheres e homens, jovens e com mais idade, as discussões sobre relações econômicas mais justas de comercialização da produção excedente e, sobretudo, as estratégias de resistência e superação do modelo agroindustrial hegemônico.

Dessa perspectiva, a estrutura interna dos agroecossistemas resulta em uma construção social, produto da coevolução dos seres humanos e da natureza. (SEVILLA-GUZMÁN, 2006). Dentre as considerações mais significativas dessa abordagem da Agroecologia está a de que os conhecimentos das pessoas do campo são indispensáveis, pois, afinal, ao contrário da maioria das e dos cientistas, estes coevoluíram com a natureza de forma mais harmônica e melhoraram, em

muitos casos, seus sistemas produtivos ao longo dos milênios (MOREIRA, 2012), baseados na observação e experimentação, especialmente.

Essa nova visão acadêmica tem ganhado força no Brasil, principalmente, desde os anos de 1980, quando Miguel Altieri publicou *Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável*, mais precisamente em 1983. Segundo Altieri (2009), a construção do conhecimento agroecológico enquanto ciência não se trata de ignorar as descobertas científicas e tecnológicas, mas de não empregá-las como um modelo imposto. Trata-se, precisamente, do inverso, que considera a camponesa e o camponês como pesquisadores ativos nas especificidades de seus agroecossistemas, para que sejam desenvolvidas tecnologias apropriadas, não só às condições ecológicas, mas também às interações econômicas e sociais (GUHUR e TONÁ, 2012) de cada território.

Como resume Miguel Altieri,

(...) os camponeses que trabalham com sistemas de produção tradicionais têm conhecimento e compreensão sofisticados sobre a biodiversidade agrícola que manuseiam. É por essa razão que os agroecologistas opõem-se àquelas abordagens que separam o estudo da biodiversidade agrícola do estudo das culturas que as alimenta (ALTIERI, 2009, p. 34)

Justamente por apresentar essas bases ideológicas que a Agroecologia surge como a forma de agricultura mais próxima dos objetivos traçados pelos movimentos sociais do campo. Desde meados de 1990 e dos anos 2000, esses movimentos, em especial aqueles vinculados a Via Campesina, incorporaram o conceito agroecológico ao debate, às suas estratégias políticas de luta e enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração, tanto de camponesas e camponeses, quanto dos recursos naturais (GUHUR e TONÁ, 2012). Assim, os movimentos sociais têm contribuído de maneira fundamental para o desenvolvimento e consolidação teórico-prática da Agroecologia.

Como uma das formas de contribuição, a Via Campesina tem realizado encontros regionais e internacionais para formação da sua militância, a fim de aprofundar o debate sobre o modelo de produção agroecológico no combate à crise alimentar e climática mundial.

Na declaração final do II Encontro continental de formadoras e formadores agroecológicos, ocorrido em agosto de 2011 na Guatemala, a Via Campesina

reafirmou que esse processo formador tem permitido o fortalecimento das bases que orientam as organizações camponesas que compõem o movimento, bem como que a Agroecologia se faz necessária para a garantia da soberania alimentar e energética, na busca da emancipação humana e que ela é, também,

(...) vital para o avanço da luta dos povos na construção de uma sociedade onde não haja a propriedade privada dos meios de produção e dos bens naturais, sem nenhum tipo de opressão e exploração, cujo fim não é a acumulação (...), ela inclui o cuidado e a defesa da vida, a produção de alimentos, de consciência política e organizativa, avançando nos processos de cooperação para a transformação, intercâmbio e destino dos frutos do trabalho, promovendo uma aliança entre os povos da cidade e do campo. (Declaração final do II Encontro (...), 2011)

Articulado à Via Campesina, o MMC, especificamente, também toma como desafio a luta pela construção de um projeto de agricultura camponesa agroecológica, porém focado na realidade, necessidades e potencialidades das mulheres. Para tanto, embasado na Agroecologia, o movimento destacou, entre outros, os seguintes compromissos em seu último encontro, realizado em 2013:

- Avançar na construção de relações de igualdade entre os seres humanos e com a natureza;
- Ampliar as relações com os consumidores e divulgar a importância da alimentação saudável e diversificada para a saúde e o bem estar das pessoas e ambiente;
- Lutar e denunciar todas as formas de violência do sistema capitalista, da cultura patriarcal, machista e racista que se fazem presentes no campo e na floresta através da violência doméstica, do latifúndio, agrotóxicos, transgênicos, monocultivos, doenças e outros. (Declaração do I Encontro Nacional do MMC, 2013)

As mulheres do MMC elencaram, ainda, quais são os desafios a serem enfrentados no campo, para que esses compromissos sejam alcançados, tais como:

- Fortalecer e ampliar a organização dos grupos de mulheres como espaço de reflexão, conscientização de sua condição na sociedade e formulação de estratégias da luta camponesa e feminista;
- A produção de alimentos saudáveis e diversificada supõe por um lado, o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento capitalista industrial monopolista globalizado e suas políticas que favorecem o agronegócio e a exploração dos recursos naturais, em vista do lucro e da concentração de renda; e, por

outro, exige que intensifiquemos a luta pela construção do projeto de agricultura camponesa agroecológica investindo nas práticas de recuperação de sementes crioulas, plantas medicinais, produção orgânica, reeducação alimentar, avançando nas ações de preservação, proteção e recuperação dos nossos biomas. (Declaração do I Encontro Nacional do MMC, 2013)

Nota-se, assim, que os movimentos sociais de mulheres camponesas também estão em consonância tanto com os princípios agroecológicos, como com os principais objetivos dos movimentos do campo, mundialmente.

3.3. A Agroecologia como movimento e a participação das mulheres

Em território brasileiro, a Agroecologia começou a demonstrar representatividade no fim da década de 1980, quando o já mencionado livro do chileno Miguel Altieri foi reeditado em português pela primeira vez, em 1989 (PETERSEN, 2013).

Aqui, a Agroecologia toma outro rumo como corrente de pensamento, diferente daquela de influência norte-americana, mais técnica; e daquela com características mais teóricas, como a espanhola. Com o passar dos anos, no Brasil, assim como em toda a América Latina, o campo agroecológico pode ser visto como um movimento social, pois se organizou em torno de demandas que ultrapassavam o foco apenas da questão tecnicista, ou mesmo acadêmica, e passou a incorporar outros temas e problemáticas sociais (SILIPRANDI, 2013) adquirindo, portanto, um viés mais politizado.

Dentre as ações realizadas pelos braços brasileiros dos movimentos sociais do campo na formação do movimento agroecológico, estão as Jornadas de Agroecologia, organizadas anualmente em cidades do Paraná. A primeira aconteceu em 2002 e, desde então, vem se repetindo todos os anos, como um espaço de estudo, mobilização e troca de experiências. Em meio aos animadores estão membros do MST, MMC, MPA, MAB e movimentos estudantis.

Nesse mesmo período em que se iniciaram as jornadas, os movimentos sociais do campo, aliados a organizações não governamentais, técnicos estatais, professores, pesquisadores, consumidores, enfim, um amplo espectro social (SILIPRANDI, 2009), se articulou para fazer acontecer o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2002, e o I Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em 2003. Após a concretização desses encontros também foram instituídas a

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em 2002 e 2004 (GUHUR e TONÁ, 2012), respectivamente.

Em novembro de 2013 aconteceu a oitava edição do CBA, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. E o III ENA aconteceu em maio de 2014, na cidade baiana de Juazeiro do Norte. Mais detalhes sobre os resultados do III ENA serão expostos adiante.

A ANA é composta por membros de organizações sociais diversas e assume um papel articulador de redes, a fim de mapear e fomentar experiências de camponesas e camponeses que estejam consolidadas ou em processo de transição para a Agroecologia. Estruturalmente, é resultante de um aglomerado de articulações regionais e funciona em núcleos executivos, grupos de trabalhos temáticos (Financiamento, Biodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar, Construção do Conhecimento Agroecológico e Mulheres) e por meio de uma coordenação nacional, formada por representantes de diferentes regiões do país, atuantes no campo e na cidade.

Já a ABA está mais dedicada à construção do conhecimento agroecológico, com enfoque na divulgação científica e técnica. Assim como a ANA, está dividida em grupos de trabalhos, que são: Educação em Agroecologia, Agrotóxicos e Transgênicos, Construção do Conhecimento e Gênero. A ABA também está articulada com a Sociedad Latinoamericana de Agroecologia (SOCLA).

Ambas, ANA e ABA, participam de discussões e mantêm representações políticas em comissões e conselhos, como é o caso da Comissão Nacional da Política de Agroecologia e Produção Orgânica que, depois de um longo período de trabalho contribuiu, significativamente, para a elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

O plano se tornou público e vigente por meio do decreto presidencial nº 7794, em 20 agosto de 2012, com o

(...) objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. (Artigo I do Decreto)

Coincidentemente, ou não, no mesmo período do decreto acontecia, em Brasília, o Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas: Por Terra, Território e Dignidade, que apresentou como reivindicações:

- Reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável;
 - Soberania alimentar como direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação adequada a toda a população, respeitando suas culturas e a diversidade dos jeitos de produzir, comercializar e gerir estes processos;
 - A agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio.
- (Documento final do Encontro Unitário (...), 2012)

Ao longo de 2013, as organizações relacionadas ao movimento agroecológico, composto por essa gama de movimentos sociais do campo e organizações não governamentais, continuaram lutando para fazer parte do processo de formação da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) que, junto com a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), são responsáveis pela gestão e controle social do Planapo.

Em outubro de 2013, o Plano Brasil Agroecológico (2013-2015) foi apresentado pela presidenta Dilma Rousseff, na II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que aconteceu em Brasília. Em seu discurso de lançamento, a presidenta anunciou, ainda, que os investimentos do governo brasileiro ao longo dos três anos previstos para o desenvolvimento do Planapo chegarão a R\$ 8,8 bilhões, envolvendo nove ministérios.

No Planapo está contemplada a paridade entre as mulheres camponesas e os homens camponeses, no que diz respeito as 14 metas traçadas para a implantação das verbas, prevendo 50% da participação feminina, principalmente, no recebimento de assistência técnica e extensão rural agroecológica. O objetivo “2” do plano estabelece que seja reconhecido e valorizado o protagonismo das mulheres na produção orgânica e de base agroecológica, fortalecendo sua autonomia econômica (BRASIL AGROECOLÓGICO, 2013).

Como pôde ser constatado, esse protagonismo das mulheres é característico do movimento agroecológico. No âmbito da ANA, especificamente, de acordo com Siliprandi (2009), desde a criação da articulação, as mulheres questionaram uma participação feminina mais representativa nas discussões e ficou estabelecido o compromisso de criar um grupo de trabalho específico. Assim, em 2004, foi instituído o GT-Gênero, que mais tarde passou a ser chamado de GT-Mulheres da ANA, composto por lideranças femininas provenientes de organizações mistas ou exclusiva de mulheres. O grupo de trabalho tem como principal objetivo dar visibilidade à participação feminina na construção do movimento agroecológico.

A partir da sua criação, o GT assumiu a tarefa de fomentar o diálogo entre o Feminismo e a Agroecologia, em todas as instâncias da ANA, além de trabalhar para garantir a participação de 50% de delegação feminina nos ENA's. Em 2006, depois de iniciado o processo de mobilizações regionais, as mulheres conseguiram que as delegadas somassem 46% do total de 1500 participantes do II ENA, contra as 30% do encontro anterior (SILIPRANDI, 2009). No documento final do Encontro foi enfatizado e registrado que as mulheres:

(...) chamam a atenção para a necessidade de valorização do seu trabalho, criticam a hierarquização e a fragmentação entre trabalho produtivo e reprodutivo; defendem o compartilhamento das responsabilidades pelo cuidado da casa e da família; reafirmam o direito de serem reconhecidas como agricultoras, camponesas e agroextrativistas. (Carta Política do II ENA, 2006)

Já no III ENA, que aconteceu em maio de 2014 e teve como lema “Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde e Cultivar o Futuro”, as mulheres ocuparam vários espaços de discussão e reivindicações. Ainda nas etapas preparatórias foram organizados seminários de mulheres, no âmbito estadual, para contribuir na construção do encontro nacional, com a tarefa de tentar responder à pergunta: por que interessa à sociedade apoiar a Agroecologia?

Pela primeira vez, a comissão organizadora determinou que 70% do total de participantes do ENA fossem agricultoras e agricultores. A exigência de 50% de participação das mulheres também permaneceu em 2014.

Na manhã do último dia do III ENA, as participantes realizaram uma ocupação simbólica na sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa),

regional de Petrolina, para protestar contra o baixo índice de financiamentos públicos específicos para as mulheres e contra a falta de investimentos do órgão em pesquisas agroecológicas.

Por fim, na assembleia organizada pelo GT-Mulheres da ANA, e também na Carta Política resultante do III ENA, elas reafirmaram o lema: “Sem feminismo não há Agroecologia”, por compreenderem que:

(...) a construção da agroecologia prima por uma visão ética de justiça social e ambiental, que pressupõe o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados e da gestão da produção, uma vida sem violência, regida pelo respeito e pela igualdade. (Carta Política do III ENA, 2014, p.3)

Outra ação constante das Mulheres da ANA tem sido a realização de pesquisas participativas para identificar, sistematizar e intercambiar experiências em Agroecologia protagonizadas por agricultoras, camponesas, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhas, entre outras (CARDOSO e RODRIGUES, 2009).

Até dezembro de 2009, foram mapeadas mais de 50 experiências, nas regiões sul, sudeste, nordeste e amazônica, em parceria com organizações que atuam nessas áreas. Apesar do número pouco significativo de sistematizações, até então a pesquisa havia levantado resultados qualitativos importantes.

Ao sistematizar suas experiências, as mulheres relataram que houve uma melhora na percepção do próprio trabalho, aumentando a autoestima, pois assim ganharam mais confiança para sair do isolamento e ocupar espaços antes destinados apenas aos homens (CARDOSO e RODRIGUES, 2009).

Por meio da aproximação das organizações envolvidas no processo, das sistematizações e intercâmbios entre experiências foi possível contribuir, segundo Cardoso e Rodrigues (2009), para o aprofundamento da discussão sobre os elos entre o Feminismo e a Agroecologia; o acesso das mulheres aos mercados para comercialização da produção e a incorporação da valorização da autonomia financeira e política.

Para Siliprandi (2013), uma característica observada sobre a participação feminina nos espaços agroecológicos é que as mulheres estão mais presentes nas discussões que envolvem as questões de alimentação e saúde. Talvez isso seja notado por conta do papel que exercem, comumente, no âmbito doméstico e nos

quintais das propriedades. É dessa forma que as mulheres focalizam, também, a sua ação política na produção de alimentos, *in natura* ou processados de pequena escala, como é o caso dos canteiros e hortas e o preparo de compotas e farinha, na transmissão de conhecimentos sobre o cultivo e uso das plantas medicinais, na preservação de sementes crioulas e na criação de pequenos animais.

Apesar de serem atividades intrínsecas do manejo agroecológico, de maneira geral, essas atividades ainda não são valorizadas no contexto social, por serem vistas apenas como “complementares” aos cultivos comercializáveis, considerados principais e que estão, frequentemente, sob a responsabilidade dos homens (SILIPRANDI, 2013), conforme também ficou constatado no primeiro capítulo desta dissertação.

3.4. Considerações sobre o capítulo

O que a Agroecologia proporciona às mulheres enquanto sujeitas políticas ativas, como enfatiza Siliprandi (2013), é que elas não permanecem isoladas, discutindo entre si “assuntos de mulher”.

Ao contrário, no movimento agroecológico, elas assumem o papel de questionadoras das políticas públicas e acordos internacionais, se posicionam com relação aos problemas gerados pela monopolização das sementes transgênicas, o uso dos agrotóxicos, a alimentação industrializada, a exploração da terra na produção de *commodities*, dentre outras problemáticas que atingem a sociedade como um todo.

Por se encontrarem em uma posição de resistência ao modelo de produção agrícola dominante de alimentos envenenados, procurando superar a lógica da exploração da força de trabalho e do esgotamento dos recursos naturais, tanto as mulheres como a Agroecologia, se reconhecem na busca de uma transformação social, em escala local e global. Como sintetizou Maria Emília Pacheco na palestra que proferiu no VIII CBA (2013), a Agroecologia está, inegavelmente, junto à luta das mulheres.

Com relação à participação feminina nesses processos de construção, em particular, fica evidente a presença constante de sujeitas ativas e decisivas no desenvolvimento de propostas e no desempenho de ações concretas para o fortalecimento do perfil político agroecológico brasileiro. Falar de mulheres na

Agroecologia é mencionar figuras presentes tanto no cotidiano do campo, enquanto produtoras, quanto nos espaços de articulação, de formação política e técnica.

Dessa maneira, por se tratar de um veículo que nasceu das articulações dos movimentos sociais do campo, supõe-se que o jornal Brasil de Fato contempla e contribui na construção do movimento agroecológico protagonizado pelas mulheres no território brasileiro; onde pode-se considerar que a Agroecologia incorporou conotações mais políticas.

Na tentativa de corroborar essa premissa, o próximo capítulo se debruçará no intuito de também contextualizar o jornal Brasil de Fato nos conceitos da Comunicação Popular e Alternativa, bem como trazer mais detalhes sobre sua configuração, características editoriais e, por fim, o método de pesquisa elegido para analisá-lo.

4. A comunicação do povo

Cabe, a este capítulo, a função de trazer as particularidades do conceito da Comunicação Popular e Alternativa, principalmente sob a ótica dos movimentos sociais do campo. Também compete retomar a trajetória desta corrente da comunicação social no Brasil, destacando algumas passagens históricas, a fim de situar o jornal Brasil de Fato no cenário da Imprensa Alternativa e nas alternativas de comunicação utilizadas pelos movimentos sociais brasileiros.

Outro empenho deste capítulo será o de apresentar as características editoriais do jornal Brasil de Fato, bem como do método de pesquisa elegido na busca de elucidar suas contribuições na divulgação das ações dos movimentos de mulheres feministas e camponesas agroecológicas.

Originária do latim *communicatio*, a palavra “comunicação” traz em sua definição vários significados. O prefixo *co* remete ao sentido de reunião; a raiz *munis* quer dizer “estar encarregado de” e o sufixo *tio* significa “atividade”. Ou seja, comunicação é o ato de se reunir em determinada atividade, repartir, distribuir, tornar público. Há, ainda, a palavra latina *comunicare*, “comunicar” em português, que conota ao fazer comum, participar, unir, transmitir. Já a palavra “alternativa”, que também é de origem latina, guarda em seu prefixo *alter* (outro) o significado “colocar-se no lugar do outro”.

Juntas, essas definições carregam alguns dos ideais buscados pelos movimentos sociais em suas lutas: estar ativo, participar, tornar comum, transmitir, por meio da solidariedade, aquilo que vem do povo para o povo, legitimamente.

Desde quando começaram a emergir dos movimentos sociais as primeiras manifestações de comunicação popular no Brasil, em meados das décadas de 1970 e 1980 (PERUZZO, 2008), o seu caráter era o de contribuir para a mobilização coletiva e na articulação dos grupos marginalizados para determinadas ações políticas.

Mas os objetivos não eram apenas esses. No empenho de produzir o próprio conteúdo informativo, os movimentos sociais garantiram, também, a expressão e a valorização de suas manifestações culturais.

Dessa maneira, na contemporaneidade e na Comunicação Popular, a cultura popular transcende a ideia de ser a transmissão dos conhecimentos tradicionais de

geração para geração para uma via que também manifesta as reivindicações pela garantia dos direitos sociais, como um todo. A cultura popular culmina, assim, em um processo de formação e de exigência da participação política na sociedade. Na perspectiva dos movimentos sociais, os meios de comunicação também são importantes ferramentas utilizadas no andamento das atividades de formação política e educacional.

Contudo, torna-se imprescindível retomar aqui o conceito de educação pensado pelo educador Paulo Freire, que está entre as principais bases conceituais dos movimentos sociais para a concepção de uma Comunicação Popular Alternativa que seja, sobretudo, formativa.

Antes, entretanto, é necessário frisar que para Freire a educação deve ter como princípio a liberdade, a democracia e a justiça. Deve proporcionar que as pessoas, unidas, despertem a visão crítica sobre a própria realidade e que essa ação precisa ser, necessariamente, baseada no diálogo. Essa forma de dialogar, por sua vez, possibilita a comunicação, o conhecimento e proporciona a igualdade entre as pessoas. Em sua obra intitulada *Educação como prática da liberdade* (1967), Freire explica que o diálogo:

É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação. (FREIRE, 1967, p.114)

Em contraponto à relação igualitária que o diálogo proporciona, Paulo Freire desenvolve o conceito de antidiálogo. Mais tarde, em *Pedagogia do Oprimido* (1970), esse conceito foi chamado por ele de “educação bancária”, que se trata da relação opressora entre duas pessoas que se comunicam, no caso, educadoras, educadores, educandas e educandos. No antidiálogo, portanto, se estabelece uma relação vertical, impositiva e acrítica, que não comunica: faz comunicados (FREIRE, 1967) e quebra a relação de empatia proporcionada pelo diálogo.

Segundo Freire (1967) seria necessário o desenvolvimento de uma Pedagogia da Comunicação para superar os malefícios gerados pelo antidiálogo acrítico nas pessoas. Entre esses malefícios, por exemplo, está a opressão social imposta ao

povo e constituída, historicamente, desde a colonização. Esse fenômeno é chamado por Freire de “cultura do silêncio”.

Percebe-se que, apesar das reflexões sobre uma epistemologia da Comunicação, ou mesmo as consequências da prática dos meios de comunicação de massa nas pessoas não serem objeto de estudo direto de Freire, suas reflexões sobre o processo educacional são indispensáveis para se entender, também, os fundamentos ideológicos que servem de base para a construção de uma comunicação feita pelo povo.

Apesar de debruçar todo o seu trabalho intelectual sobre a educação e o desenvolvimento de propostas para uma pedagogia crítica e libertadora, Paulo Freire possui em sua vasta obra um estudo importante sobre a problemática da comunicação humana que influenciou, sobremaneira, a formulação das correntes de Comunicação Popular e Alternativa, principalmente no território camponês.

No ensaio *Extensão ou Comunicação?*, publicado originalmente em 1969, Paulo Freire faz uma reflexão sobre a formação e atuação do engenheiro agrônomo no trabalho desenvolvido por esse profissional como extensionista rural no campo. Apesar de ter sido um estudo desenvolvido durante o período em que esteve exilado no Chile e que, portanto, refletia a realidade local e a experiência do educador naquele país, o resultado do ensaio é passível de ser aplicado no que ocorre nas áreas rurais latino-americanas, incluindo a brasileira, até a atualidade.

Partindo da análise semântica da palavra “extensão”, Paulo Freire evidencia as diversas significações do termo, até o sentido real e equivocado do próprio ofício exercido pelo agrônomo no campo. E vai além; destaca que essa importante tarefa não se resume ao fato de levar informações técnicas de cultivo a camponesas e camponeses, mas também é o estabelecimento de um processo educacional-comunicativo.

Todo o esforço reflexivo sobre a raiz conceitual, tanto da ação de trabalho das pessoas quanto da própria palavra, levou Paulo Freire a concluir e reafirmar, que a saída para superar a prática reprodutora opressiva antidialógica, e de invasão cultural impositiva, era o estabelecimento de uma relação dialógica-comunicativa.

Nesse sentido, Freire opõe o conceito de extensão ao de comunicação, justificando a pergunta título do ensaio: a extensão seria a imposição depositária de um conteúdo, incidido de uma pessoa à outra. Já a comunicação é o processo de pensar sobre um conteúdo de forma coparticipada entre sujeitos.

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. Esta coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. (FREIRE, 1975, p. 66)

Assim, a relação direta estabelecida por Paulo Freire entre a educação e a comunicação resulta na essência do que buscam os movimentos sociais nas transformações estruturais da sociedade que propõem: um rompimento radical com o sistema capitalista de exploração cultural e do trabalho do povo.

Para Freire, ambas, educação e comunicação, fazem parte de um processo constante de libertação das pessoas. A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 1975). Juntas e em uma relação igualitária de pertencimento da realidade em que estão inseridas, as pessoas geram o conhecimento acerca do objeto que querem conhecer.

Já em uma aproximação dos estudos da área da Comunicação, especificamente, é possível encontrar as pesquisas de Venício de Artur Lima, por exemplo, que em seu livro *Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire* (1981), com reedição em 2011, busca sistematizar o pensamento de Paulo Freire sob essas duas óticas. Em particular, Lima apresenta o conceito de comunicação elaborado por Paulo Freire em quatro fases:

- A relação de humanas e humanos com o mundo, levando em consideração que estes são, essencialmente, comunicativos;
- O viés filosófico do diálogo, no sentido que permite o relacionamento social;
- A relação política da comunicação/diálogo como forma de atingir a igualdade e a liberdade entre as pessoas e, por fim;
- O caráter revolucionário da ação social que o diálogo possibilita.

Em outro texto, mais sintético, também sobre o conceito de comunicação em Paulo Freire, Lima (1996) discute e define que a perspectiva comunicacional é elemento fundamental da educação freireana em três níveis: antropológico, porque a comunicação é elemento básico da natureza humana; epistemológico, pois Freire se debruça sobre o desenvolvimento de uma teoria do conhecimento por meio da comunicação humana e, sobretudo, é político, porque a comunicação que gera conhecimento exige uma relação igualitária entre as pessoas.

Como mencionado, anteriormente, as pesquisas específicas dedicadas a estabelecer o que é a Comunicação Popular e quais são seus princípios surgiram nas décadas de 1970 e 1980. Dentre elas, destacam-se as definições elaboradas pela pesquisadora Cicília Peruzzo que, em síntese, coloca que no processo dos estudos acadêmicos,

(...) a comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social. (PERUZZO, 2009, p.47)

Nas pesquisas que desenvolveu sobre o tema, Peruzzo (2009) revisitou as conceituações de outras autoras e autores latino-americanos, como Mario Kaplún (1985) e Regina Festa (1984 e 1986), para definir, ainda, a Comunicação Popular como um processo emancipatório e transformador das pessoas, que nasce a partir dos movimentos sociais, urbanos e do campo, e que mantém o povo como produtor e protagonista de conteúdos críticos. Por nascer do povo e servir a ele, essa comunicação se tornou um processo democrático e educativo (PERUZZO, 2009), ao longo do seu desenvolvimento. Constata, assim, que a Comunicação Popular é vista como um instrumento político para a construção de uma sociedade mais igualitária. Por meio dela, os grupos sociais viabilizam sua organização, formação política, manutenção de seus ideais e conservação da sua cultura.

Peruzzo debruça seus estudos, principalmente, na história da Comunicação Popular-Alternativa na América Latina, em especial no Brasil, que surgiu como resultado das manifestações populares de pressão e reivindicação por mudanças no contexto social durante o período de censura dos governos militares de regime ditatorial. Nesse contexto histórico, um grupo de jornais que traziam uma visão crítica não alinhada à postura da mídia que se adequava ao governo, fosse por opção político-ideológica ou pela coerção e pela censura, passou a ser chamado de Imprensa Alternativa.

Como visto acima, ao longo da construção teórica dessa comunicação, os conceitos 'popular' e 'alternativo' ora aparecem como sinônimo e ora são unidos

para determinar o tipo ou origem de um fenômeno comunicacional específico. Desse modo, outra importante contribuição de Cicilia Peruzzo foi, precisamente, o detalhamento dessa conceituação teórica.

Para a pesquisadora, além da derivação *popular-alternativa*, que se manifesta nos movimentos populares por meio de suas lutas por direitos sociais há, também, outras correntes do fenômeno da Comunicação Popular, como o:

(...) popular-folclórico, abarcando as manifestações culturais tradicionais e genuínas do povo presentes em manifestações de folkcomunicação (literatura de cordel etc.); e como popular-massivo, quando permeia a grande mídia privada. (PERUZZO, 2009, p.54)

Nesta última corrente, ainda, Peruzzo coloca que três tendências podem ser observadas. A *culturalista* que se caracteriza por comunicar as dimensões culturais do povo; já a *popularesca* explora as necessidades do povo de forma sensacionalista e apelativa, a fim de atingir altos níveis de audiência e, por fim, a de *utilidade pública*, mais focada em contribuir para a resolução de problemas compartilhados por uma comunidade específica, além de auxiliar mobilizações sociais com conteúdos de cunho informativo ou motivacionais.

Conforme esclarece a pesquisadora, as manifestações da Comunicação Popular, independente do perfil popular-alternativo, popular-folclórico ou popular-massivo, não se tratam unicamente de jornais impressos, mas também de outros meios como o rádio, vídeo, televisão, alto-falante, internet, cartazes, poesia de cordel, teatro popular, etc. (PERUZZO, 2008). Ou seja, a principal característica da Comunicação Popular não está no veículo utilizado para estabelecê-la, mas sim nas relações sociais práticas que ela viabiliza.

Especificamente, a Imprensa Alternativa, ainda segundo Peruzzo (2008), é uma corrente que agrega o jornalismo praticado no âmbito dos movimentos sociais populares, caracterizado por se comprometer com as causas sociais. Geralmente, é publicado em versões diárias, semanárias ou mensais, mais bem elaboradas e com tiragens maiores. Além desses jornais, também há aqueles mais institucionais, ligados a organizações não governamentais, por exemplo, os político-partidários e os sindicalistas.

Cabe aqui utilizar as terminologias Imprensa Alternativa e Comunicação Popular-Alternativa como referência conceitual. Isso porque esta dissertação tem por objetivo

se debruçar sobre as manifestações da participação das mulheres militantes dos movimentos sociais feministas, do campo e da Agroecologia demonstrados no jornal Brasil de Fato, bem como a contribuição deste veículo para o fortalecimento desses movimentos, por meio de sua visão popular do Brasil e do mundo.

Entende-se que a prática do jornal Brasil de Fato se aproxima da Comunicação Popular-Alternativa, bem como da Imprensa Alternativa, por sua configuração e seu conteúdo, que contemplam e colaboram com as lutas dos movimentos sociais. Além disso, o próprio jornal surgiu da necessidade de comunicação observada por esses movimentos, principalmente aqueles comprometidos com a luta pela reforma agrária e com o desenvolvimento de um projeto popular para o Brasil, como será descrito adiante.

Entretanto, não se pode ignorar que esse segue e se encaixa em um processo histórico de jornais impressos que, com a mesma configuração que o Brasil de Fato, colaboraram na construção da Imprensa Alternativa brasileira. Realizar um levantamento desses jornais ajuda na contextualização do jornal Brasil de Fato, enquanto objeto de estudo desta dissertação.

No artigo *Movimientos sociales y comunicación en Brasil*, Christa Berger (1990) faz um levantamento sobre o momento histórico do período entre as décadas de 1960 e 1980, no âmbito da mobilização política e cultural. Desde a década anterior, 1950, movimentos operários e camponeses e grupos de intelectuais ligados a organizações de esquerda estavam engajados na publicação de jornais. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) editava o jornal Novos Rumos. Padres dominicanos paulistanos publicavam Brasil Urgente. E o jornal Ligas trazia as informações relacionadas ao movimento das Ligas Camponesas (BERGER, 1990).

Em seus estudos reunidos em *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, Kucinski (2003) define a história da Imprensa Alternativa brasileira em três grandes momentos: os pasquins panfletários na época da Regência, por volta de 1830, os periódicos anarquistas operários, meio século depois e, finalmente, os jornais produzidos durante a ditadura militar, entre 1964 e 1980. Mais precisamente focado neste último momento histórico, Kucinski (2003) fez o levantamento de 150 jornais alternativos que circularam no período de repressão ditatorial. Como exemplos podem ser mencionados O Pasquim, Coojornal, Versus, Posição, Opinião, Movimento, De Fato, dentre outros.

Tanto para Berger (1990), quanto para Kucinski (2003), a produção jornalística que se desenvolveu nos primeiros anos após o golpe militar, em 1964, e a instauração do Ato Institucional nº5, em 1968, é a fase em que se caracteriza a Imprensa Alternativa. Foi um período de resistência dos movimentos sociais e de articulação de forças, entre jornalistas que buscavam espaços alternativos à grande imprensa e a universidade (KUCINSKI, 2003), constantemente censuradas, e militantes políticos que procuravam materiais para suas análises de conjuntura (BERGER, 1990).

Segundo Berger (1990), já na década de 1970, com o que viria a ser o início da reabertura política prometida por Figueiredo em 1978, alterações no processo eleitoral, de anistia e com o fim da censura à imprensa, há mudanças na correlação de força dos jornais brasileiros:

Na grande imprensa a política volta a ocupar as primeiras páginas, os jornalistas anteriormente identificados com a imprensa alternativa são contratados pelos grandes diários que publicam algumas denúncias até então impensáveis. Consequentemente, a imprensa alternativa se retrai. (BERGER, 1990, p. 22) ¹

Apesar do fechamento de alguns jornais representativos, como Movimento e De Fato, se iniciam outras experiências de Imprensa Alternativa, principalmente com a abertura de jornais sindicais, que contrataram jornalistas profissionais para trabalhar após as greves de operários que tiveram grande força, ainda no fim da década de 1970. Um exemplo é o jornal Tribuna Metalúrgica, do sindicato de São Bernardo do Campo (SP).

De acordo com Berger (1990), nos movimentos do campo também houve manifestações jornalísticas nesse período. A CPT publicava boletins regionais e em 1981 começa a ser editado o jornal Sem Terra.

Na década de 1990, a imprensa alternativa, que antes tinha como principal pauta a repressão imposta pela ditadura militar, buscava reformular sua linha editorial, mas ainda baseada numa reflexão crítica da situação política vivenciada pelo país,

¹ No original: “En la gran prensa la política vuelve a ocupar las primeras páginas, los periodistas anteriormente identificados con la prensa alternativa son contratados por los grandes diarios que publican algunas denuncias hasta entonces impensables. Consecuentemente, la prensa alternativa se retrae”.

notadamente a adoção do modelo neoliberal. As publicações desse período, como observado por Fiorucci (2011), são idealizadas pelos mesmos jornalistas que compuseram os quadros da Imprensa Alternativa durante o regime militar, na maioria das vezes. Foi assim com o periódico semanal Bundas lançado em 1999 por Ziraldo, com a colaboração de Millôr, Angeli, Jaguar e outros.

A publicação buscava resgatar a linha editorial de O Pasquim e já trazia no próprio título uma sátira, no caso à revista Caras, da editora Abril. Mas no ano seguinte ao lançamento, em 2000, o semanário parou de circular por motivos de desentendimentos internos; enquanto alguns queriam que a publicação mantivesse um tom de escárnio dos costumes burgueses, Ziraldo queria veicular matérias de cunho político (FIORUCCI, 2011).

Em 2001, depois da realização do primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS), surgiram outros veículos, como a revista Fórum, o portal eletrônico Carta Maior e o jornal Brasil de Fato.

4.1. O jornal Brasil de Fato

O projeto que deu origem ao jornal impresso Brasil de Fato foi lançado, oficialmente, no dia 25 de janeiro de 2003, durante a terceira edição do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre. Idealizado pelo MST, em parceria com a Consulta Popular, Via Campesina e outros movimentos sociais, o projeto iniciou a circulação do jornal em todo país em março daquele mesmo ano, quando também foi constituída uma instituição jurídica sem fins lucrativos para administrá-lo, denominada “Sociedade Editorial Brasil de Fato”.

Cassol (2010) menciona que, conforme constava no editorial da edição zero distribuída durante o lançamento ocorrido em Porto Alegre, o contexto histórico da época marcado pela política norte-americana incisiva de combate ao terrorismo, bem como as mobilizações dos movimentos sociais ao redor do mundo e as eleições de presidentes, na América Latina, contrários às ações dos Estados Unidos, aparecem como os motivos que incentivaram os movimentos sociais a darem início ao projeto de criação do jornal. O momento no qual o Brasil se encontrava, em particular, com a primeira eleição de Lula (PT) à presidência gerava, na massa política de esquerda, grandes expectativas de mudanças sociais no país.

Nessa conjuntura, segundo Viana (2012), o jornal Brasil de Fato nascia com a missão audaciosa de disputar espaço no cenário da mídia brasileira com a imprensa hegemônica comercial, buscando como objetivos:

- Expressar uma visão de esquerda sobre os fatos e a realidade brasileira, e uma visão de solidariedade internacional entre os povos;
- Ser plural nas ideias, mas comprometido profundamente com os interesses de transformação social do povo brasileiro;
- Servir de subsídio, com informação e reflexão para toda militância social do país;
- Estimular as lutas sociais, os movimentos de massa e o engajamento político dos leitores;
- Promover, permanentemente, os valores humanistas e socialistas. (Nilton Viana, editor-chefe do jornal Brasil de Fato, em entrevista concedida em 2012)

O nome escolhido para a publicação e a legenda que o acompanha: “Uma visão popular do Brasil e do mundo” (Figura 1) trazem explícitos esses objetivos do jornal. Para Cassol (2010), “de fato” conota a objetividade almejada pelo jornalismo e mais que isso, mostra que o jornal busca reportar um Brasil omitido pela mídia hegemônica. Da mesma maneira, a frase da legenda revela a postura política e ideológica na qual o jornal se alinha. As duas ideias juntas, tanto do nome quanto da legenda, permitem interpretar que, para o jornal, o Brasil “de fato” só é possível por meio da “visão popular” (CASSOL, 2010).



(Figura 1: Cabeçalho da edição impressa)

Conforme também pode ser visualizado na figura 1, até o período de redação desta dissertação, o jornal Brasil de Fato era vendido nas bancas a R\$ 3 (três reais). O tamanho do jornal variou pouco desde o lançamento. Atualmente, é confeccionado nas dimensões de 56 centímetros de altura por 32 centímetros de largura, que se aproxima do formato padrão *standard* (60 cm x 38 cm ou 75 cm x 60 cm), utilizado por jornais convencionais, como O Estado de S. Paulo e Folha de

S. Paulo. Geralmente, a diagramação interna dos textos varia na composição de uma a quatro colunas de textos e fotos, que ficam dispostas nas 16 páginas coloridas, divididas em dois cadernos. Atualmente, a tiragem do jornal é de 50 mil exemplares semanais.

Ao longo dos anos de circulação, o jornal passou por algumas reformatações em seu projeto gráfico como, por exemplo, a mudança das fontes de capa e dos textos internos. Nas imagens que seguem (Figuras de 2 a 6), é possível visualizar o projeto gráfico mais recente do jornal:



(Figura 2 e 3: capas dos números 492 e 494, publicados em agosto de 2012)



Alinhamento de nossas matrizes

LIBERDADE RELIGIOSA

Por meio de suas rádios e TVs, neopentecostais incutem seu discurso de intolerância contra religiões de matriz africana

(Gilberto Soares de Fátima)

ESTIMATIVA: aproximadamente 10 milhões de brasileiros se dizem evangélicos. Mas, se a maioria é de matriz cristã, há uma parcela crescente de neopentecostais, que se autodenominam "evangelizadores". Eles são liderados por pastores e líderes locais, que usam rádios e TVs para transmitir seu discurso de intolerância contra religiões de matriz africana. Segundo o pesquisador da Universidade de Brasília, Roberto de Almeida, "há uma tendência de que as igrejas neopentecostais sejam mais intolerantes do que as igrejas tradicionais".

As perseguições do Estado e da lei

Barroca legislação ameaça o direito à liberdade religiosa das religiões de matriz africana

(Gilberto Soares de Fátima)

Barroca legislação ameaça o direito à liberdade religiosa das religiões de matriz africana. Segundo o pesquisador da Universidade de Brasília, Roberto de Almeida, "há uma tendência de que as igrejas neopentecostais sejam mais intolerantes do que as igrejas tradicionais".

Organizados para resistir

Marginalizados em pontos dos movimentos sociais, comunidades de terreiro promovem organização

(Gilberto Soares de Fátima)

Marginalizados em pontos dos movimentos sociais, comunidades de terreiro promovem organização. Segundo o pesquisador da Universidade de Brasília, Roberto de Almeida, "há uma tendência de que as igrejas neopentecostais sejam mais intolerantes do que as igrejas tradicionais".

O medo, a ignorância e o preconceito

"Tudo o que é diferente do mínimo causa no mínimo uma reação", analisa psicólogo

(Gilberto Soares de Fátima)

"Tudo o que é diferente do mínimo causa no mínimo uma reação", analisa psicólogo. Segundo o pesquisador da Universidade de Brasília, Roberto de Almeida, "há uma tendência de que as igrejas neopentecostais sejam mais intolerantes do que as igrejas tradicionais".

As perseguições do Estado e da lei

Barroca legislação ameaça o direito à liberdade religiosa das religiões de matriz africana

(Gilberto Soares de Fátima)

Barroca legislação ameaça o direito à liberdade religiosa das religiões de matriz africana. Segundo o pesquisador da Universidade de Brasília, Roberto de Almeida, "há uma tendência de que as igrejas neopentecostais sejam mais intolerantes do que as igrejas tradicionais".

Organizados para resistir

Marginalizados em pontos dos movimentos sociais, comunidades de terreiro promovem organização

(Gilberto Soares de Fátima)

Marginalizados em pontos dos movimentos sociais, comunidades de terreiro promovem organização. Segundo o pesquisador da Universidade de Brasília, Roberto de Almeida, "há uma tendência de que as igrejas neopentecostais sejam mais intolerantes do que as igrejas tradicionais".

O medo, a ignorância e o preconceito

"Tudo o que é diferente do mínimo causa no mínimo uma reação", analisa psicólogo

(Gilberto Soares de Fátima)

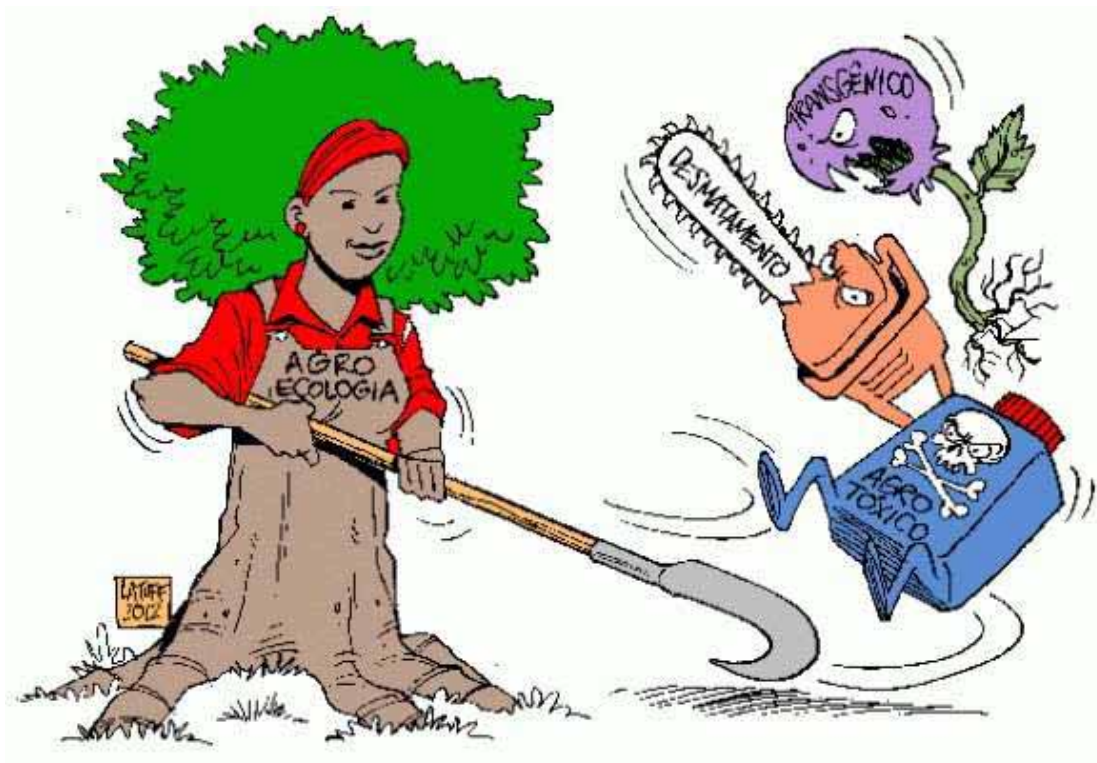
"Tudo o que é diferente do mínimo causa no mínimo uma reação", analisa psicólogo. Segundo o pesquisador da Universidade de Brasília, Roberto de Almeida, "há uma tendência de que as igrejas neopentecostais sejam mais intolerantes do que as igrejas tradicionais".

(Figura 4 e 5: páginas internas da seção Brasil, número 498, de setembro de 2012)

As seções, ou seja, as partes que compõem o jornal estão divididas da seguinte maneira:

- Capa: No projeto gráfico mais recente, a capa do jornal traz no cabeçalho uma chamada para um texto interno de destaque, sempre ilustrada com uma foto. Geralmente, a maior parte do espaço da capa é ocupada por uma foto ou uma ilustração com título do texto principal da semana e de outras chamadas, dispostas sobre a própria imagem. No rodapé também há outras chamadas para o conteúdo interno.

- Editorial: O espaço de opinião está localizado nas páginas 2 e 3 do primeiro caderno. Trazem crônicas e textos opinativos redigidos por convidados e colaboradores, como Igor Fuser, Ademar Bogo, Frei Betto, dentre outros. Há, ainda, a seção "instantâneo", com charges (Figura 7) dos ilustradores Latuff, Gama ou Tiago Silva e, ainda, o espaço "da redação", com pequenas notas sobre fatos gerais da semana, nacionais e internacionais.



(Figura 7: charge do cartunista Latuff, 2012, com uma representação da Agroecologia)

- Brasil: Esta seção é destinada aos assuntos ocorridos no território nacional e abrange temas como política, economia, saúde, meio ambiente, entre outros, sendo que corresponde à maior parte do conteúdo da publicação.
- América Latina e Internacional: Focada nos assuntos exteriores, na seção também são publicados temas como política, economia, meio ambiente e outros.
- Cultura: Geralmente é composta por textos sobre assuntos relacionados tanto à cultura nacional quanto internacional. Em algumas edições também traz textos opinativos, tiras de quadrinhos ilustrados e palavras-cruzadas.

A redação principal do jornal Brasil de Fato está localizada no centro da cidade de São Paulo, mas também há correspondentes em Brasília (DF), Curitiba (PR), Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ), além dos internacionais no Oriente Médio, Itália, Venezuela e Peru. O jornal conta, ainda, com um conselho editorial e um conselho político, composto por colaboradores.

Segundo Cassol (2010), o objetivo dos conselhos, além sugerir pautas e realizar reuniões mensais de avaliação do conteúdo publicado, é observar a manutenção da linha editorial do jornal, por meio de uma análise de conjuntura da atual situação política no Brasil e no mundo, a fim de nortear a abordagem do que será publicado.

Assim, a periodicidade semanal do jornal se justifica pela necessidade de trazer análises mais aprofundadas de temas que ocuparam a pauta da grande imprensa de forma superficial, por exemplo, no intuito de fomentar debates que interessam à sua linha político-editorial. Sem a premência do fechamento, é possível buscar mais elementos que contribuem para o esclarecimento de fatos e acontecimento no Brasil e no mundo. (CASSOL, 2010).

Desde 2005, o jornal Brasil de Fato também mantém uma página na *internet*, onde são publicados conteúdos complementares à edição nacional impressa e outros textos, fotos e vídeos provenientes de outros veículos alternativos parceiros, bem como de assessorias de comunicação de movimentos sociais.

Em 2013, a publicação completou 10 anos de circulação. E como forma de comemoração e expansão foram lançadas as edições regionais Brasil de Fato SP, na capital paulista, Brasil de Fato RJ, na cidade do Rio de Janeiro e Brasil de Fato BH, que passou a circular na capital mineira. As edições também são semanais, distribuídas gratuitamente e confeccionadas no formato *tabloide* (38 cm x 30 cm), em 16 páginas coloridas.

Com relação à receita financeira do jornal, a principal fonte resulta de doações, bem como das assinaturas, que podem ser anuais ou bianuais. Os assinantes recebem os exemplares impressos, em suas residências, e uma cópia digitalizada que é enviada por correio eletrônico, também semanalmente. Tanto a edição nacional quanto as edições regionais ficam disponíveis, na íntegra, para visualização no *site*.

A escolha do jornal Brasil de Fato como objeto de estudo desta dissertação se deu justamente pela sua natureza. Por se tratar de um veículo que foi idealizado, lançado e que continua sendo mantido com a contribuição direta dos movimentos sociais ligados à questão agrária e, conseqüentemente ao Feminismo, entende-se que a sua postura editorial, bem como seu conteúdo, estejam condizentes com os ideais das mulheres camponesas na construção de um projeto agroecológico no território brasileiro.

Nesse sentido, dando continuidade ao estudo proposto, a seguir será apresentado o método elegido para orientar as análises do jornal Brasil de Fato, bem como a justificativa que levou à sua escolha.

4.2. Sobre o método escolhido para a análise

Muito utilizado em trabalhos realizados nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, a Análise de Conteúdo é um método de pesquisa que apresenta um apanhado de técnicas que visam a identificar aspectos do conteúdo das mensagens.

Esse método tem como objetivo contribuir na investigação de frequências, ocorrências ou deduções lógicas observáveis nas mensagens que podem ser agrupadas, numericamente, e indicar informações sobre o contexto do emissor e os possíveis efeitos dessas mensagens sobre o receptor, por exemplo. Nesse sentido, Bardin (2009) define a Análise de Conteúdo como um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas que procuram avaliar, descritivamente, o conteúdo das comunicações de forma a permitir a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e, eventualmente, de recepção das mensagens.

Apesar de passar por diversos aprimoramentos e adaptações, dependendo do campo em que é aplicada, a Análise de Conteúdo é uma das técnicas analíticas mais antigas utilizadas nas pesquisas de Ciências Humanas. Os registros mais remotos datam do século XVIII, segundo Fonseca Júnior (2009), porém sua utilização passou a ser mais significativa já durante a década de 1940, em estudos de Sociologia, Psicologia, Ciência Política, Literatura, dentre outras áreas de conhecimento. Nos Estados Unidos, neste mesmo período, a técnica passou a ser empregada com frequência em análises de materiais jornalísticos impressos, propagandas políticas e questões relacionadas à opinião pública (FONSECA JÚNIOR, 2009), ou seja, em pesquisas gerais de Comunicação Social. Dessa forma, foi no campo de estudos sobre os impactos que o jornalismo sensacionalista e hegemônico causa no público que ocorreu grande parte do desenvolvimento metodológico da Análise de Conteúdo.

A partir dos anos de 1960 também começaram a surgir trabalhos que tinham como objeto a comunicação sonora e/ou audiovisual. Nas décadas seguintes, os recursos oferecidos pelo computador contribuíram de forma prática para o aprimoramento da técnica, com o uso de programas específicos que possibilitaram a reunião automática dos dados e a geração de tabelas e índices, facilitando o processo de análise.

Na sequência serão apresentadas as características e os procedimentos para aplicabilidade do método, com mais detalhes.

De acordo com as descrições de Bardin (2009), a organização da pesquisa que utiliza a Análise de Conteúdo segue três fases cronológicas; e são elas:

- Pré-análise: planejamento do trabalho a ser elaborado, sistematizando as ideias iniciais com o desenvolvimento de operações sucessivas (plano de análise).
- Exploração do material: a análise propriamente dita, com a codificação em função de regras previamente formuladas (administração sistemática das decisões anteriores);
- Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos.

Após a escolha do objeto do estudo e antes da pré-análise, Bardin (2009) coloca como primeira atividade da pesquisa, ainda, um primeiro reconhecimento do conteúdo total do *corpus* escolhido, com a intenção de já efetuar a primeira seleção do que será analisado.

Dentre outras particularidades que devem ser consideradas durante o estudo, Bardin (2009), levanta quatro regras gerais, que são:

- Exaustividade: o *corpus* definido para a pesquisa, ou seja, o material a ser analisado, precisa ser estudado até que estejam exauridos os dados relevantes e que comporão o estudo, a fim de que nenhuma característica do objeto seja descartada.
- Representatividade e Homogeneidade: a amostragem definida para o *corpus* deve ser representativa, bem como coerente com as características do objeto.
- Pertinência: os elementos levantados para compor o estudo devem estar alinhados com os objetivos traçados para a pesquisa e que, assim, possam apresentar as informações necessárias para que as metas do estudo sejam alcançadas.

Dessa maneira, partindo, inicialmente, dessas regras apontadas por Bardin (2009), ficou definido como *corpus* para o estudo do jornal Brasil de Fato nesta dissertação as edições publicadas ao longo de 2013, que totalizam 52 exemplares, visto que são semanárias. Além da delimitação do número de edições, também ficou estipulado como prioridade de análise os conteúdos publicados nos espaços da seção “Brasil”. A escolha se justifica por se tratar de um espaço que, de acordo com a hipótese levantada para o estudo, contempla as notícias sobre a Agroecologia e sobre os movimentos sociais feministas e de mulheres camponesas, que atuam no território brasileiro.

Após essa primeira fase, de definição do *corpus* e da primeira observação geral do *corpus*, é realizada a identificação de indicadores que mais se destacaram na amostragem do conteúdo como um todo. De acordo com Bardin (2009), as próximas etapas do estudo tomam conta da análise em si, seguindo os critérios apontados, em detalhes, a seguir:

- Codificação: é a etapa do processo em que são organizados os dados brutos de forma sistemática, segundo regras de enumeração, agregação e classificação, visando esclarecer as características do material selecionado e a sua relação com o referencial teórico levantado para o estudo. A codificação compreende três outras fases: o recorte, que é a escolha das unidades de registro (partes de uma unidade de amostragem, como palavras-chaves, personagens, dentre outros) e das unidades de contexto (referências ao contexto ou contextualização de palavras); também a enumeração, que se refere aos modos de quantificação das unidades de registro que levarão ao estabelecimento de índices e a classificação e agregação, que se trata da escolha das categorias.

- Categorização: consiste no trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em número reduzido de categorias, com o objetivo de tornar inteligível a massa de dados, bem como sua diversidade. Essa fase envolve, ainda, outras duas etapas; o inventário (isolar o elemento) e classificação (repartir os elementos reunindo-os em grupos similares). Para Fonseca Junior (2009), uma boa categorização deve possuir as seguintes características: exclusão mútua (um elemento incluído numa categoria não pode entrar na outra); homogeneidade (incluir em uma categoria unidades de registro da mesma natureza); pertinência (o sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação); objetividade e fidelidade (os processos classificatórios devem ser objetivos para garantir a fidelidade dos resultados); e produtividade (um conjunto de categorias deve fornecer resultados férteis).

- Inferência: também segundo Fonseca Junior (2009), esse é o momento mais produtivo da análise, pois está centrado no conteúdo implícito das mensagens, buscando evidenciar o sentido que se encontra em segundo plano. (FONSECA JUNIOR, 2009). No campo da comunicação, este procedimento é utilizado para desvendar as condições de produção das mensagens analisadas, como as variáveis psicológicas, sociológicas e culturais de quem emitiu a mensagem e relativas ao contexto de produção da mesma. As inferências podem ser específicas ou gerais,

quando vinculadas à situação particular do problema investigado ou quando extrapolam a situação específica do problema analisado.

Por possibilitar, principalmente, trazer à tona as sutilezas e as intenções de quem redigiu, ao mesmo tempo em que permite a extração das características explícitas nos textos, compreende-se que a Análise de Conteúdo é o método mais adequado para alcançar o objetivo traçado para o estudo proposto nesta dissertação, bem como para a averiguação da hipótese levantada.

Através das ferramentas de coleta e as possibilidades de abordagens interpretativas dos dados que a Análise de Conteúdo proporciona, o estudo procurará elucidar as características da prática jornalística exercida no jornal Brasil de Fato. E, dessa forma, constatar como se dá a contribuição do veículo para a formação política da militância dos movimentos sociais feministas e camponeses, principalmente, sobre os aspectos contemporâneos do Feminismo e da participação das mulheres, de forma equânime, no processo de construção do movimento agroecológico no território brasileiro.

5. A análise

Nos capítulos anteriores foram apresentadas as conceituações teóricas norteadoras desta dissertação. Passagens históricas dos movimentos feministas foram apontadas, em especial aquelas de cunho ecofeminista e, sobretudo, os movimentos de mulheres camponesas. Também foi descrita a situação contemporânea agrária brasileira, as principais bases conceituais da Agroecologia, além das características do movimento agroecológico brasileiro, bem como este dialoga com os movimentos de mulheres camponesas e feministas.

Por fim, outro esforço empregado entre os capítulos anteriores esteve no resgate do conceito da Comunicação Popular e Alternativa, sua aproximação da educação pensada por Paulo Freire, o histórico da Imprensa Alternativa brasileira, até o surgimento do Jornal Brasil de Fato nesse cenário, pontuando sua trajetória e características editoriais.

Dessa forma, dando continuidade ao final do capítulo anterior, quando foi apresentado o método de pesquisa elegido para analisar o jornal Brasil de Fato, neste capítulo estarão descritos os resultados, quantitativos e qualitativos, do estudo e obtidos a partir da Análise de Conteúdo. O motivo pelo qual este método foi escolhido está descrito no capítulo anterior, mas, deve-se às possibilidades que a Análise de Conteúdo proporciona, tanto de relacionar aspectos quantitativos e qualitativos, quanto no destaque de inferências dos textos. Por essas características, principalmente, acredita-se que a técnica é a adequada para atingir o objetivo traçado para este estudo.

A análise pretende, portanto, respaldada pelo levantamento teórico descrito nos capítulos anteriores, responder à seguinte pergunta:

Como o jornal Brasil de Fato retrata as mulheres dos movimentos sociais brasileiros, feministas e do campo?

É importante ressaltar que as análises estão debruçadas na avaliação dos conteúdos internos dos textos, títulos, chapéus e linhas-fina. Não serão destacadas questões relativas à diagramação ou análises detalhadas das imagens, ilustrações e infográficos. Por conta disso, a intenção não é fazer uso de reflexões trazidas por teorias e métodos imagéticos.

Na primeira etapa, o processo de análise esteve dedicado à realização de uma leitura flutuante das 52 edições do jornal Brasil de Fato publicadas ao longo das semanas de 2013. Nessa leitura foi contabilizado o total de textos publicados na seção “Brasil”, que corresponde ao maior espaço do jornal.

Dessa maneira, acredita-se que a determinação do período de um ano, bem como da seção específica, garante a representatividade e a homogeneidade do estudo.

Na sequência, foram selecionadas e destacadas do conteúdo total da seção “Brasil” os textos que apresentavam os temas norteadores desta dissertação e que foram categorizados da seguinte maneira:

- Mulher;
- Agroecologia;
- Movimentos sociais do campo/ Agricultura Familiar;
- Reforma Agrária;
- Agrotóxicos/ Transgênicos e
- Agronegócio.

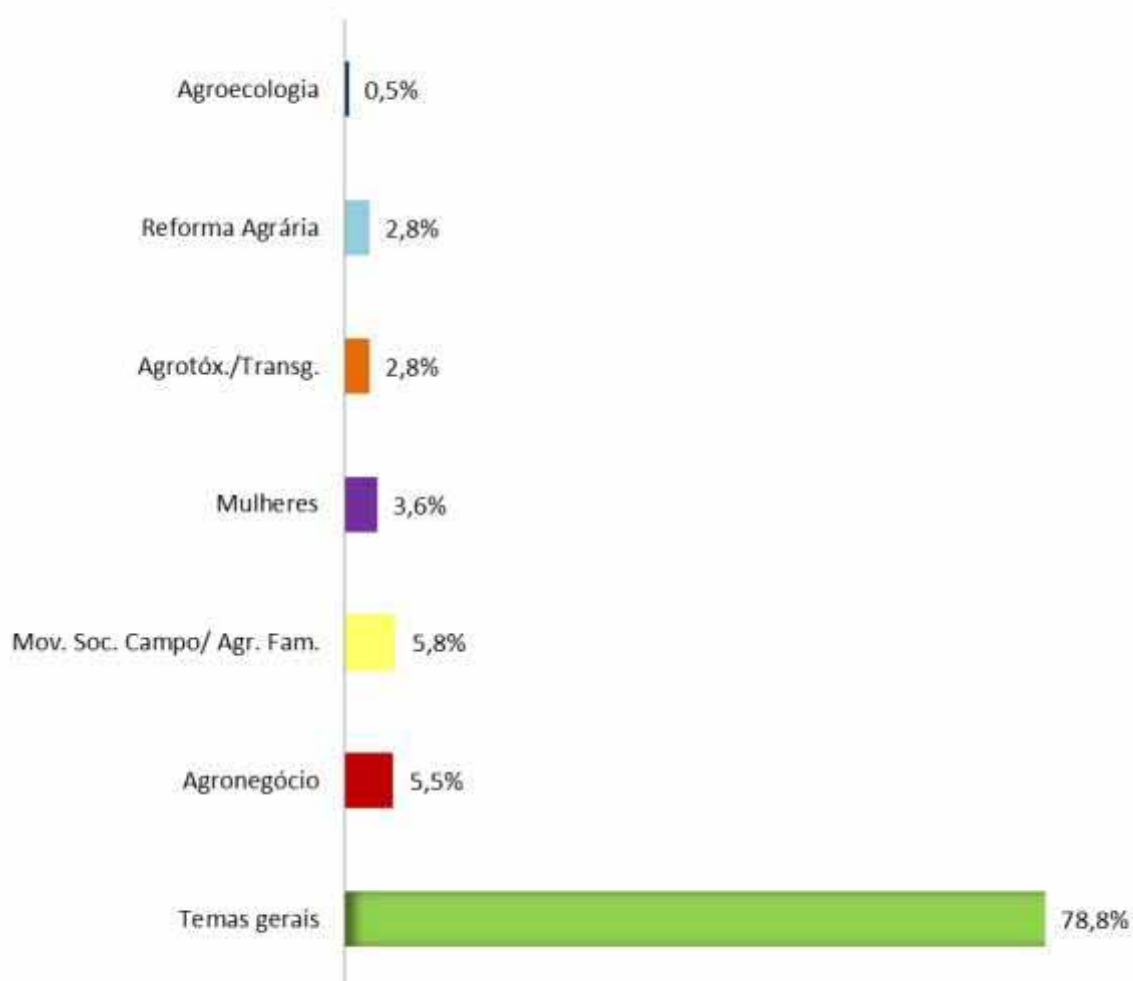
A princípio planejou-se, também, a realização da Análise do Conteúdo dos textos publicados na seção “América Latina”, principalmente para verificar os conteúdos que abordavam ou mencionavam a Via Campesina no território latino-americano. Porém, avaliou-se que o estudo se tornaria muito amplo, levando em consideração a diversidade dos movimentos sociais camponeses e feministas dos países latino-americanos, além do perfil agroecológico que estes adquirem de acordo com a realidade política e socioambiental em que estão inseridos. Da mesma maneira, considera-se que a Via Campesina está representada pelos movimentos sociais do campo, noticiados na seção “Brasil”, que a compõe.

Mesmo assim, foi feita a contagem dos textos da seção “América Latina” durante a leitura flutuante. E, do total de 131 textos publicados, 13 estavam relacionados às temáticas norteadoras propostas neste estudo e que foram categorizados, o que representa 9,9% do conteúdo da seção “América Latina”.

Especificamente sobre a seção “Brasil”, o jornal publicou, ao todo, 605 textos durante 2013. Desse montante, 478 textos traziam temas gerais. Já 33 abordaram o tema do Agronegócio (publicadas em 13 edições); 17 trouxeram conteúdos sobre Agrotóxicos e/ou Transgênicos (em 12 edições); 17 textos sobre Reforma Agrária (em 11 edições); 3 sobre Agroecologia (em 3 edições); 35 mencionaram os

Movimentos Sociais do Campo e/ou a Agricultura Familiar (em 21 edições) e 22 estavam relacionados a assuntos sobre as Mulheres (em 14 edições), totalizando 127 textos. Ou seja, menos da metade do conteúdo total publicado no jornal Brasil de Fato, ao longo de 2013, tinha como pauta a questão agrária e aos movimentos sociais feministas e do campo. O gráfico abaixo ilustra, em percentual, a quantidade de textos categorizados:

Gráfico 1: Percentual de textos publicados na seção “Brasil”



5.1. Detalhamento da análise

Após a visualização geral do conteúdo do jornal Brasil de Fato por meio da leitura geral das edições e do levantamento dos textos por categorias que representam os temas norteadores, mais um recorte foi feito para dar continuidade à análise.

Focando no objetivo de responder à pergunta proposta para o estudo: os textos que trouxeram as questões relacionadas às mulheres militantes dos movimentos

sociais feministas e do campo, as etapas da análise descritas a seguir estiveram debruçadas nos textos categorizados que trouxeram assuntos relativos às mulheres, diretamente. Ou seja, as próximas etapas da análise estiveram debruçadas sobre o conteúdo correspondente a 3,6% do espaço total da seção “Brasil”, ou seja, os 22 textos encontrados em 14 edições publicadas ao longo de 2013.

Baseando-se na pergunta problematizadora do estudo, alguns critérios para as análises foram estabelecidos, que são:

- a) Autoria: Quem são as pessoas que escreveram os textos; a fim de averiguar e pontuar a quantidade de homens, mulheres e se são jornalistas ou pessoas colaboradoras convidadas;
- b) Tema: Quais foram os temas apresentados em cada texto;
- c) Fonte: De quem são as falas utilizadas na construção dos textos;
- d) Linguagem: Conferência de quais os tipos de texto jornalístico utilizados, que permitirá inferências de como o tema foi abordado e como se deu a construção textual, tanto dos títulos, chapéus e linhas-fina, quanto do corpo do texto em si;

A tabela abaixo apresenta o número da edição, título, chapéu e linha-fina do montante de textos selecionados e que serão analisados de acordo com esses critérios:

Tabela 2: Títulos, chapéus e linhas-fina por edições

Edição	Título/ Chapéu/ Linha-fina
514	Estado laico e combate à homofobia, grandes desafios/ 10 ANOS DE PT/ Movimento feminista aponta que, mesmo com limitações, criação de secretaria e de conferências são pontos positivos da gestão
	Lei Maria da Penha e o desafio da efetivação/ Criminalização da violência doméstica foi conquista importante, mas legislação precisa ser aplicada
517	“Militância é ação” / PERFIL/ Viúva de Carlos Marighela, a militante Clara Charf relembra os 87 anos de uma vida que se confunde com a história da política nacional
519	A violência histórica e atual contra a mulher no país/ GÊNERO/ Brasil é um dos países com maior incidência de assassinatos de mulheres. Cultura de opressão sobre a mulher está marcada em todas as esferas
	Desenvolvimento econômico e exploração da mulher/ A proposição de políticas esbarra na violação contra os direitos das mulheres no interior dos grandes projetos econômicos

520	Camponesas e feministas/ ENTREVISTA/ Mulheres do campo preparam encontro histórico em Brasília para denunciar violência de gênero e debater políticas públicas e desenvolvimento do meio rural
522	Educadoras da reforma agrária/ PEDAGOGIA DA TERRA/ Assentadas formadas em Pedagogia da Terra narram desafios e obstáculos que enfrentaram para alcançar vitórias coletivas e pessoais
524	Trabalho doméstico ainda é tarefa feminina/ LUTA DA MULHER/ A quantidade de horas dedicadas pelo gênero feminino às atividades, por vezes ingratas, de manutenção do lar chega a ser 2,5 vezes maior que a do gênero masculino
	As faces de Kátia Abreu/ CAMPO/ Ocupação de mulheres sem-terra na propriedade da senadora denuncia a relação da ruralista com trabalho escravo, crime ambiental e grilagem de terras
534	Casa de parto, alternativa humanizada/ SAÚDE/ Em São Paulo a Casa de Parto de Sapopemba – única mantida pelo SUS – é um destes lugares exclusivos à realização de partos naturais e humanizados sem intervenções médicas desnecessárias
	Proibição de vans na zona sul do Rio piora segurança das mulheres/ RIO DE JANEIRO/ Sem transporte complementar, trabalhadoras do Rio ficam ainda mais vulneráveis à espera de ônibus que não circulam 24 horas, em ruas precariamente iluminadas
538	Quando o crime é ser mulher/ GÊNERO/ Projeto de lei que institui o Estatuto do Nascituro viola os direitos reprodutivos até em casos de estupro. Entidades e movimentos sociais veem retrocesso na pesquisa científica e mais risco para a população pobre
544	Em nome do pai, em nome do filho/ DIREITO Projetos que discutem o aborto em tramitação no Legislativo não levam em consideração uma peça importante: a mulher
547	Brasil sedia encontro pela primeira vez/ ORGANIZAÇÃO/ Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres quer fortalecer a agenda feminista
	Mobilização e solidariedade/ Programação do Encontro resgata ações da MMM
	O perigo dentro de casa/ ENTREVISTA/ A socióloga Fátima Pacheco Jordão fala sobre estudo inédito que revela percepção de que mulheres sofrem mais violência no lar do que em espaços públicos
549	Severinas, as novas mulheres do sertão do Piauí/ LUTADORAS/ Titulares do Bolsa Família, elas estão transformando seus papéis na sociedade e se libertando da servidão ao homem, milenar como a miséria

550	Uma visão feminista da igreja/ ENTREVISTA/ Segundo Ivone Gebara, combate às teólogas feministas é o castigo pela busca por direito e justiça no interior da igreja católica
551	Mães e profissionais relatam a desumanização do parto/ CASAS DE PARTO/ Práticas vão na contramão do parto mecanizado e industrializado dos hospitais
	Financiada, mas invisível/ Sem divulgação, número de partos cai mais que a metade em dez anos
553	Lei Maria da Penha: quando uma política pública não é o suficiente/ VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER/ De acordo com o Ipea, a cada uma hora e meia uma mulher morre vítima de conflito de gênero no Brasil
	O machismo e a pobreza/ No Brasil, 61% dos feminicídios foram de mulheres negras

5.2. Autoria

A intenção deste item é visualizar, quantitativamente, quem são os autores dos textos selecionados para o estudo. O jornal Brasil de Fato conta com correspondentes e colaboradores para redação dos textos, porém não fica explícito qual o vínculo que possuem com o semanário. Fica descrita apenas a localidade (cidade e Estado) onde se encontra a autora ou autor, bem como se o texto foi escrito na “Redação”, em São Paulo, capital. Alguns escreveram mais de um texto na mesma ou em mais de uma edição do material selecionado.

A tabela, a seguir, traz a autoria e o local onde os textos selecionados foram escritos, dispostos por edição. Nota-se que o número de mulheres é dobro do número de autores homens:

Tabela 3: Autoras e autores dos textos por edição

Edição	Autoras	Autores
514	Maíra Gomes (Belo Horizonte /MG)	
517	Aline Scarso (Da Redação)	
519		Pedro Carrano (Curitiba/PR)
520 e 538		Pedro Rafael (Brasília/DF)

522		Helton Ribeiro (São Paulo/ SP)
524		Marcio Zonta (enviado a Palmas/TO)
534	Mayra de Castro (São Paulo/ SP)	
	Vivian Virissimo (Rio de Janeiro/RJ)	
544	Viviane Tavares (Rio de Janeiro/RJ)	
547	Patrícia Benvenuti (Da Redação)	
549	Eliza Capai (Documentarista independente)	
550, 551 e 553	Simone Freire (Da redação)	
TOTAL	8	4

Segundo informações concedidas por Nilton Viana (2014), editor-chefe do jornal Brasil de Fato, com exceção da colaboradora Eliza Capai, que é documentarista independente, autora do filme “Tão longe é aqui” e que escreveu o texto “Severinas, as novas mulheres do sertão do Piauí” (edição 549), todas e todos são jornalistas de formação.

No critério de análise que abordará a linguagem dos textos selecionados, descrito mais adiante, está discriminada a autoria dos textos, na tentativa de verificar se há implicações ou influências de gênero na redação.

5.3. Temas

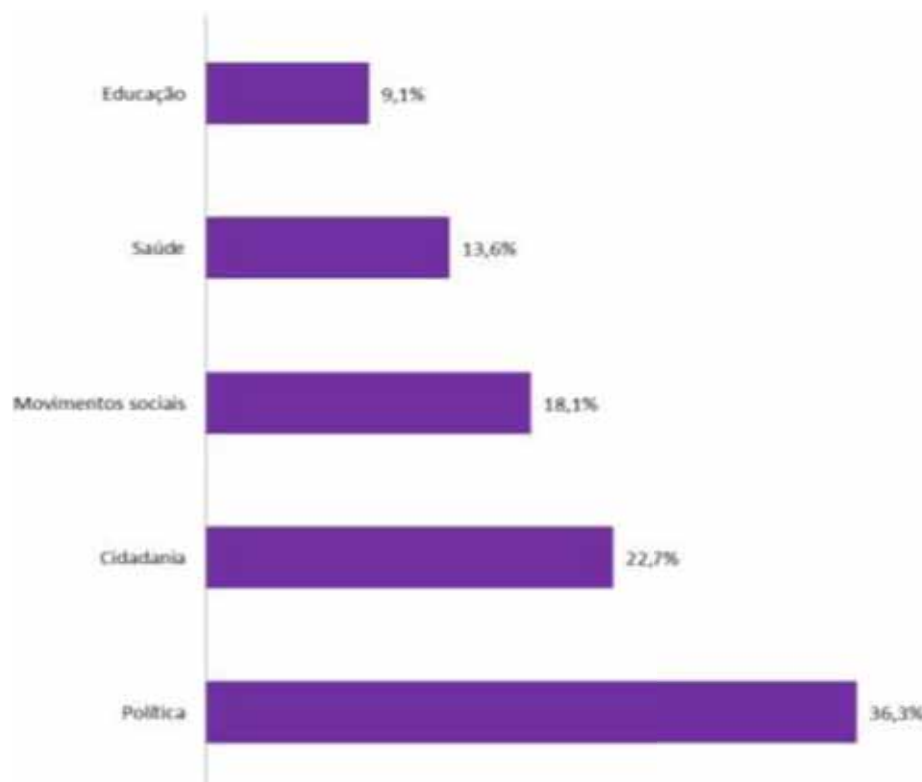
Outra categorização julgada pertinente para a análise foi quantificar e especificar os temas abordados nos textos. Foram elencados os seguintes: Política, Cidadania, Educação, Saúde e Movimentos sociais. Assim, foram contabilizados os textos, considerando essas categorias e o resultado ficou como demonstrado na tabela, a seguir:

Tabela 4: Temas por textos

Temas	Número de textos
Política	8
Cidadania	5
Movimentos sociais	4
Saúde	3
Educação	2
TOTAL	22

Para otimizar a visualização, o gráfico abaixo mostra em percentual a predominância de textos que abordam questões sobre Política, Cidadania, Movimentos sociais e Saúde:

Gráfico 2: Temas dos textos



Essa verificação é importante para demonstrar que, mesmo com a realização de um recorte específico do jornal Brasil de Fato, como é o caso da escolha dos textos que trazem como assunto principal questões relativas às mulheres, ainda é possível destacar informações de temas diversos. Outra constatação que contribuirá no desenvolvimento dos próximos critérios de análise (“Fonte” e “Linguagem”) é que nesses temas elencados também aparecem motivações de lutas dos movimentos sociais feministas e do campo, como a violência contra a mulher, discussões sobre gênero, a relação entre feminismo e religião, por exemplo. Dessa maneira, evidencia-se a diversidade de temas presentes nos textos.

5.4. Fonte

Na leitura detalhada de cada um dos textos selecionados, de acordo com o estabelecido neste critério de análise, foram listados o nome e a ocupação de todas as fontes encontradas.

Inicialmente, foi possível observar que predominam as falas de mulheres nos textos: foram publicadas entrevistas de 39 mulheres e três homens. Outro fator observável neste levantamento foi a média de fontes por texto, que variou de duas a quatro pessoas.

Com relação à ocupação, a maioria das fontes representava a sociedade civil organizada ou não em instituições não governamentais (32 pessoas) e aquelas ligadas a movimentos sociais (sete mulheres). Por último, com seis fontes, estão representantes governamentais, tanto no âmbito municipal, quanto estadual e federal.

Entre as pessoas classificadas como representantes da sociedade civil estão donas de casa, estudantes, profissionais da saúde e professoras universitárias, por exemplo, evidenciando a diversidade do nível de escolaridade das fontes priorizadas pelas redatoras e redatores do jornal Brasil de Fato. Já dentre aquelas classificadas como sociedade civil organizada aparecem fontes representantes de instituições não governamentais, tais como as Promotoras Legais Populares, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFêmea), Instituto Patrícia Galvão, Grupo de Apoio à Maternidade Ativa (GAMA), a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), e outros.

A representação governamental aparece por meio de fontes relacionadas ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto de Segurança Pública, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Câmara Federal de Deputados, por meio da deputada federal Manuela D'Ávila, do Partido Comunista do Brasil (PC do B), dentre outras.

Por fim, as fontes mais interessantes para este estudo, classificadas como porta-vozes dos movimentos sociais e que aparecem nos textos estão ligadas, principalmente, a organizações como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

5.5. Linguagem

Neste critério de análise a intenção foi conferir quais foram os tipos de textos jornalísticos utilizados pelos redatores do jornal na construção dos textos selecionados, a fim de fomentar inferências de como as temáticas relativas às mulheres foram abordadas.

Do total dos 22 textos selecionados, um foi denominado como perfil e três como entrevista, pelo próprio jornal, pois assim estavam descritos nos chapéus. Desses três, uma entrevista foi feita com duas fontes, porém todas apresentaram a estrutura de perguntas seguidas de respostas (ping-pong). Já o denominado como perfil apresentou estrutura de texto corrido, com falas da entrevistada entre aspas.

Os outros 18 textos puderam ser classificados como textos de cunho informativo, redigidos em terceira pessoa e, conforme foi descrito no critério de análise anterior ("Fonte"), apresentaram trechos de falas de duas a quatro fontes distintas, em média.

Nos títulos dos textos pôde-se observar que o jornal Brasil de Fato adotou uma postura baseada em alguns dos princípios feministas, abordados no primeiro capítulo desta dissertação, expondo, por exemplo, a posição política do semanário sobre os temas relativos às mulheres.

"Grandes desafios", "Militância é ação", "Violência histórica e atual contra a mulher", "Desenvolvimento econômico e exploração da mulher", "Camponesas e feministas", "O perigo dentro de casa", "Quando o crime é ser mulher" estiveram entre os títulos em que foi possível observar a exposição da postura política do jornal, que se mostrou partidário das causas populares e feministas.

“Campo”, “Luta da Mulher”, “Lutadoras” foram os termos encontrados nos chapéus dos textos que remeteram aos temas prioritários deste estudo, diretamente ou por meio de jargões utilizados pela militância dos movimentos sociais feministas e do campo, por exemplo. Dentre os demais chapéus utilizados que remetaram às causas dos movimentos feministas, principalmente, estão os termos “Gênero”, “Organização”, “Direito” e “Violência contra a mulher”.

Nas linhas-finas, que complementaram as informações dos títulos e chapéus, apareceram os termos e frases: “Movimento feminista”, “Cultura de opressão sobre a mulher está marcada em todas as esferas”, “Mulheres do campo preparam encontro histórico (...) para denunciar violência de gênero e debater políticas públicas e desenvolvimento no meio rural”, “Titulares do Bolsa Família estão transformando seus papéis na sociedade (...) e se libertando da servidão ao homem, milenar como a miséria”. Esses termos e frases destacados também explicitam a abordagem política e a linha editorial do jornal, de estimular as lutas sociais, os movimentos de massa e o engajamento político dos leitores (VIANA, 2012).

No corpo dos textos selecionados, bem como nos títulos, chapéus e linhas-finas, também foi observada a frequência de algumas expressões, conforme sistematizado na tabela, a seguir:

Tabela 5: Frequência das palavras no corpo dos textos, títulos, chapéus e linhas-finas

Palavra	Frequência
Mulher(es)	333 vezes
Feminismo	15 vezes
Feminista(s)	43 vezes

Adiante, estão detalhadas algumas descrições dos textos selecionados, organizados por temas. Além dos temas, foram destacadas algumas falas das fontes, bem como está pontuado quem redigiu os textos.

Política

1) Edição 514: Os dois textos selecionados dessa edição, escritos por Maíra Gomes, trouxeram uma avaliação dos movimentos sociais e da sociedade civil,

organizada em partido político, sobre os 10 anos de governo federal na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), completados em 2013. Em especial, foram analisadas as ações e políticas públicas voltadas às mulheres e às Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis e Transexuais (LGBT).

No primeiro texto, inicialmente, a dirigente da MMM, Nalu Faria, falou sobre a expectativa que os movimentos sociais tinham de que Lula rompesse com o sistema político neoliberal: *“Tínhamos claro que não seria um governo de ruptura tal como se esperava, por exemplo, se Lula tivesse sido eleito em 1989. Mas havia a expectativa de superação do neoliberalismo”*. Em seguida, a dirigente comenta que não são apenas as ações direcionadas às mulheres que devem ser avaliadas sob a perspectiva feminista: *“Por exemplo, se um governo tem uma boa política de saneamento básico, isso impacta a vida das mulheres (...)”*.

Por fim, a última fala da dirigente utilizada no texto se referiu à sua avaliação sobre os avanços e limites da participação social, durante os governos do PT: *“Um dos pontos que vale comemoração foi a combinação das políticas de transferência de renda com a valorização do salário mínimo, que tem um impacto grande sobre a vida das mulheres, mesmo que essa valorização ainda tenha sido muito aquém da nossa proposta”*. E em outra fala: *“Assim, um aspecto importante foram as conferências, que envolvem milhares de mulheres e levam o debate feminista a vários municípios. Mas tem limites, tanto do ponto de vista do seu poder de decisão, como também de romper com certa fragmentação e setorização”*.

2) Edição 514: O segundo texto, mais específico sobre a criação da Lei 11.340, de agosto de 2006, a Lei “Maria da Penha”, também trouxe falas das mesmas fontes, tanto do movimento feminista e LGBT, quanto da sociedade civil organizada em partido político. O comentário da dirigente da MMM, Nalu Faria, é sobre a cultura machista e a violência contra as mulheres, fatos que contribuíram para a promulgação da lei: *“A avaliação de mudanças em relação à violência contra a mulher ainda é muito difícil de ser feita, em função de seu registro, das poucas denúncias. Mas uma coisa certa é que a questão da violência contra a mulher se constituiu como uma agenda na sociedade, mesmo que ainda limitada e com pouca compreensão de sua complexidade”*; e *“A violência existe por uma relação de poder. É uma forma de manutenção da submissão das mulheres, um mecanismo para manter o controle sobre elas”*.

3) Edição 517: O texto desta edição, descrito como perfil e redigido por Aline Scarso, traz momentos da trajetória política da militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e companheira de Carlos Marighella, Clara Charf, em comemoração aos seus 87 anos. A jornalista narrou passagens da história da entrevistada, seguindo seu depoimento, desde a adolescência à vida adulta. O foco principal do texto foi a sua atuação política de Clara no PCB.

Dentre as falas de Clara, principalmente sobre a prática da militância, pode-se destacar: *“Para mim a militância política é a compreensão dos problemas sociais e ação. Não existe militante não-ativo, militar é fazer, é intervir”*.

4) Edição 519: O segundo texto selecionado desta edição, também escrito por Pedro Carrano, apontou como avanços as políticas públicas voltadas à proteção das mulheres, durante o governo PT, como a Lei Maria da Penha e a Central de Atendimento à Mulher, por meio do Ligue 180. Porém, em contraponto, o jornalista colocou a tendência de aumento da exploração sexual recorrente em regiões de implantação das mega-obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), utilizando outra fala de Jackeline Florêncio: *“O modelo de desenvolvimento brasileiro é, assim como o liberalismo, uma manifestação do patriarcado e uma expressão de violência estatal contra as mulheres”*.

5) Edição 534: Já o segundo texto, de Vivian Virissimo, trouxe um problema pontual da cidade do Rio de Janeiro, sobre a proibição da circulação de vans informais na zona sul da cidade, para descrever a violência contra as mulheres e casos de estupros em transportes públicos. Um dado importante utilizado pela jornalista no texto foi a relação do número de denúncias de estupros no Estado no primeiro trimestre de 2013, que chegou a 1.503 casos notificados.

6) Edição 538: Escrito por Pedro Rafael, o texto discute o Projeto de Lei (PL) nº 478/2007, criado para instituir o Estatuto do Nascituro e garantir os direitos civis de embriões. As falas das fontes representantes da sociedade civil organizada, do âmbito governamental e de movimento social trouxeram argumentos contrários à promulgação do Estatuto.

Expondo a posição da MMM, a militante Sônia Coelho comenta sobre as consequências que o PL traria à autonomia e saúde das mulheres *“Esse projeto é nefasto porque tira qualquer possibilidade de autonomia e autodeterminação das mulheres, tornando a maternidade algo absolutamente compulsório”*; e *“Como o embrião passa a ter mais direitos que as genitoras, as mulheres teriam de*

interromper um tratamento de câncer se este implicasse em medicação potencialmente prejudicial à gravidez, visando à saúde da mãe”.

7) Edição 544: O texto de Viviane Tavares, publicado nesta edição, também abordou o Projeto de Lei sobre o Estatuto do Nascituro, já mencionado na edição 538. Mas, neste caso, o enfoque foi dado na influência de ideologias religiosas nos trâmites políticos, conforme resumiu a fala da representante da organização não-governamental Católicas pelo direito de decidir (sociedade civil organizada), Rosângela Talib: *“A gente está vendo com bastante restrição o papel da bancada religiosa, a sua crença e as decisões tomadas devido a esta crença de foro íntimo, ela não deve pautar a nação (...)”*; e *“A gente apoia o direito das mulheres de decidirem, de acordo com a sua consciência (...) Queremos que ela possa tomar a decisão do que é ideal para a vida dela (...)”*.

8) Edição 553: Neste texto dessa edição, Simone Freire recorreu à pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulada *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*, para apresentar mais dados sobre os homicídios de mulheres. Dentre eles estavam: *“50 mil feminicídios ocorreram no Brasil de 2001 a 2011, que equivalem a cinco mil mortes por ano, ou uma morte por causas violentas a cada uma hora e meia”*.

Freire aborda, ainda, as falhas existentes na estruturação pública, nos âmbitos municipal, estadual e federal, para garantir a proteção das mulheres no caso de denúncias amparadas na Lei Maria da Penha.

Cidadania

1) Edição 519: O primeiro texto selecionado desta edição, escrito por Pedro Carrano descreveu, inicialmente, casos de estupro ocorridos em datas próximas à publicação, em fevereiro de 2013, para abordar o assunto da violência contra as mulheres. O redator utilizou dados do *Mapa da Violência contra as Mulheres*, publicados pelo Instituto Sangari, que trouxe o panorama brasileiro sobre a questão e comparou-o com índices de outros países. Por conta de o texto ter sido enviado ao jornal Brasil de Fato pelo correspondente de Curitiba, alguns dados do estado do Paraná foram destacados, que afirmaram que a região é a terceira do país no número desses atos de violência; foram registrados 9,4 homicídios a cada 100 mil mulheres.

Na sequência, Carrano enfocou nos índices de violência contra as mulheres afrodescendentes e utilizou falas de Heliana Hemérito dos Santos, representante da Rede de Mulheres Negras do Paraná (sociedade civil): *“É uma tradição em nossa cultura, na qual bater na mulher nunca foi vergonhoso. O Estado brasileiro anda de mãos dadas com essa concepção”*; *“Houve um aumento da violência no caso da mulher negra? Não. Na realidade, nós sempre estivemos no topo das estatísticas. Sempre as mais violentadas dentro e fora de casa, numa situação histórica e permanente”*, e *“(...) O racismo e a violência contra a mulher são estruturantes. Precisamos de formação para termos as respostas que precisamos”*.

Outra fala utilizada pelo jornalista é de Jackeline Florêncio, representante das Promotoras Legais Populares (sociedade civil), para explicar um termo presente na pesquisa e que passou a ser utilizado pelos movimentos feministas: *“O feminicídio é um termo político que caracteriza o homicídio de mulheres pelo fato de serem mulheres, baseado numa discriminação de gênero, em meio a formas de dominação, exercício de poder e controle sobre elas”*.

Ainda utilizando uma fala de Florêncio, o jornalista descreveu, rapidamente, a trajetória dos movimentos feministas nas reivindicações contra a violência: *“Houve uma luta muito intensa do movimento feminista e de mulheres das Américas para caracterizar e definir formalmente a violência numa região (principalmente América Latina) tão encharcada pelo sangue feminino”*.

2) Edição 524: No texto publicado nessa edição, redigido por Aline Scarso, a questão do trabalho doméstico é tratada por meio da apresentação da pesquisa *Uma análise das condições de vida da população brasileira*, de 2012, baseada nos dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, de 2011. Também são utilizadas falas da sociedade civil, neste caso retratada por uma mulher que se denomina “dona de casa” e que contou sobre sua experiência na mudança de hábitos e responsabilidades pelos afazeres domésticos da família, além da atuação no movimento social feminista. O enfoque dado à questão da mulher se dá por meio da comparação de horas dedicadas ao trabalho doméstico por gênero. As mulheres dedicam 2,5 vezes mais tempo que os homens na manutenção da casa.

A fala de Maria Fernanda Monteiro, da secretaria executiva da MMM, complementou os dados da pesquisa, na medida em que tece comentários gerais sobre a cultura machista: *“Existe uma construção social de relação de gênero que reafirma que a tarefa natural das mulheres é prover esses cuidados. E isso é*

reforçado o tempo todo pelos meios, de que as mulheres nascem para cuidar, que têm mais jeito com os filhos”; e “Não existe coisa de homem ou de mulher. O que existe são crianças para serem cuidadas e tarefas para serem feitas”.

3) Edição 547: Nesta entrevista com a pesquisadora Fátima Pacheco Jordão, consultora do Instituto Patrícia Galvão (sociedade civil organizada), a redatora Patrícia Benvenuti apresentou o resultado do estudo intitulado *Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres*. A pesquisa constatou, ao ouvir 1,5 mil mulheres e homens em 100 municípios, que sete em cada 10 entrevistados consideram que as brasileiras sofrem mais violência no ambiente doméstico do que em espaços públicos. Dentre as falas da pesquisadora, pôde-se destacar uma em que comentou sobre as mudanças ocorridas na sociedade com relação à percepção do que é violência contra a mulher: *“Basicamente é uma questão cultural. Há dois lados, de um está a cultura patriarcal, machista, que está em xeque, e obviamente de outro, o avanço das mulheres em termos sociais e culturais, maior escolaridade, maior autonomia econômica, maior denúncia, ou seja, são todos aspectos ligados à cultura (...) Agora a sociedade tem noção de que essa é uma questão grave, ou seja, no conjunto da percepção de todas as violências da sociedade, a violência contra a mulher é um aspecto predominante para homens e mulheres”.*

4) Edição 549: No texto da colaboradora Eliza Capai, publicado nesta edição, cinco mulheres do município de Guaribas, no Piauí, relataram as mudanças ocorridas em suas vidas após se tornarem beneficiárias do programa Bolsa Família. O município foi escolhido, em 2003, para ser o local piloto do Programa Fome Zero e, como também mencionou Capai, foi um dos campos da pesquisa realizada por Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), (sociedade civil), que resultou no livro intitulado *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*.

Da pesquisadora se destacaram as falas a respeito do desenvolvimento da autonomia das mulheres, por meio da possibilidade de socialização, principalmente econômica, proporcionada pelo recebimento do benefício: *“A experiência anterior de vida era sempre de ser desrespeitada, desconsiderada, porque ela não tinha dinheiro”* e, especificamente, sobre o programa Bolsa Família: *“Quando você tem um*

patamar de igualdade mínimo, você muda a sociedade. Claro que não são coisas automáticas. Isto não pode ser posto como salvação da nação, mas é um começo”.

5) Edição 553: No segundo texto, especificamente, a jornalista também enfatizou a discrepância étnica no índice de feminicídios: *“61% das vítimas eram negras e pobres”*. A fala da coordenadora do Centro de Defesa e Convivência da Mulher de Cidade Tiradentes (representante governamental), Fabiana P., finalizou o texto: *“A violência contra as mulheres só vai acabar no dia em que os homens também perceberem que eles também são vítimas do machismo. Que eles precisam mudar o seu comportamento de um valor que está enraizado, tanto neles quanto em muitas mulheres”*.

Movimentos Sociais

1) Edição 520: O texto desta edição, redigido por Pedro Rafael e disposto no formato de entrevista, apresentou os depoimentos das dirigentes do MMC, Noeli Taborta e Rosângela Piovezani Cordeiro.

Permeando as informações sobre os preparativos do I Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, que teve como tema “Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher”, Rafael destacou falas das dirigentes sobre questões como a violência contra as mulheres, o Feminismo, de influência Ecofeminista, e a Agroecologia, porém sob a perspectiva das mulheres camponesas e do próprio movimento:

“(...) Na sociedade patriarcal esse trabalho no campo executado pela mulher não é tido como renda. Mas, se existe produção de alimento saudável, pode crer que é pelas mãos das mulheres. Esse trabalho tem que ser reconhecido e valorizado como renda e produção. (...) Não dá para continuar vivendo numa sociedade onde os seres humanos, principalmente o homem, continua maltratando, matando e explorando as mulheres nesse país. A gente quer construir outra sociedade, sem violência, com respeito às relações de gênero, respeito à natureza. A gente defende a punição severa ao agressor, mas se não muda as relações entre as pessoas, o sistema de relações na sociedade, não adianta. Só há uma transformação se a sociedade não estiver ancorada nesse projeto de desenvolvimento ficando no capitalismo e no patriarcado”.

“(...) A grande maioria das camponesas fica muito limitada ao que o companheiro decide na unidade de produção. Elas não tomam decisão, muitas vezes são sequer

consultadas, somente para assinar algum tipo de documentação, por exemplo. Na hora de decidir se vamos plantar milho, feijão, o papel preponderante é do companheiro. A gente vê isso muito claro nos depoimentos das companheiras. Nos cursos de formação que o movimento promove, muitas delas dizem: “foi aqui que aprendi a ler e escrever, que eu aprendi de que sou capaz, que meu trabalho tem valor”. (...)”.

“O feminismo em que a gente se reconhece enquanto mulher está muito associado à ideia de igualdade no sentido mais amplo, das relações sociais e de classe. Está associado ao nosso projeto de agricultura camponesa, baseado nos pilares da agroecologia, o cuidado com os filhos, com os idosos, com a natureza. Nós não entendemos um feminismo pra libertar apenas nós, mulheres. A sociedade como um todo está doente em suas relações, de exploração, com o corpo da mulher, que designa códigos de beleza, de idade, etc. A gente repudia, tudo isso faz parte de uma sociedade onde o que vale é o produto e não o bem comum das famílias, das pessoas, da natureza. O feminismo camponês está colado a uma luta mais ampla, conectada com a luta geral da classe trabalhadora, do campo e da cidade”.

Outra observação importante pode ser feita sobre texto introdutório às perguntas e respostas, feito pelo jornalista, que demonstram como o mesmo abordou o tema. Rafael inicia com o lema do I Encontro, já citado, e complementa: *“A frase não encerra somente o grito de denúncia contra as violações de gênero que agridem cotidianamente a dignidade humana das mulheres. Pronunciadas pela boca de milhares de camponesas, essas palavras desvelam o lugar no qual a opressão se manifesta de forma perversamente silenciosa, oculta, distante. O meio rural brasileiro é um enclave do patriarcado. Construir o feminismo camponês onde impera a orientação masculina nas relações sociais tem sido o maior desafio do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (...)”.*

2) Edição 524: Esta edição trouxe publicado o texto do jornalista Marcio Zonta sobre uma ocupação específica realizada pelas mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da região do Tocantins, em uma fazenda de familiares da senadora Kátia Abreu (PSD-TO), com o intuito de denunciar a relação dos mesmos com casos de trabalho escravo, crime ambiental e grilagem de terras.

O que chamou a atenção foi que, apesar de tratar de uma ação direta realizada por mulheres militantes do MST, o texto não apresentou nenhuma fala que

representasse o movimento. O título remeteu à senadora; ao passo que a linha-fina mencionou a ação das mulheres do MST. Porém, o foco dado pelo jornalista esteve na reunião de comentários e depoimentos sobre as denúncias, com a fala de um professor universitário especialista em questão agrária, Eliseu Ribeiro Lima, e de um funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que preferiu não se identificar.

Houve, ainda, uma fala da senadora Kátia Abreu divulgada em nota pública sobre o acontecimento, na qual ela disse que o MST é o “*movimento dos sem lei*”.

3 e 4) Edição 547: Os dois textos escritos por Patrícia Benvenuti abordou os detalhes da organização do nono Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, que aconteceu na capital paulista em agosto de 2013.

No primeiro texto, a redatora abordou ações e objetivos mais gerais do MMM e do encontro, como a organização das mulheres urbanas e rurais em busca de um novo modelo de desenvolvimento social, a deliberação do novo secretariado do movimento, que até então estava sob a responsabilidade das militantes brasileiras, e a organização inicial da quarta ação mundial do movimento, prevista para ser realizada em 2015.

Complementares aos assuntos trazidos por Benvenuti, as falas apresentadas foram das integrantes da coordenação nacional do MMM, Conceição Dantas e Tica Moreno, que comentam desde a origem até os ideais do movimento e do Feminismo: “*Vamos fortalecer, com esse encontro, a lógica de que só mudaremos a vida das mulheres se a gente transformar o mundo e só mudaremos o mundo se transformarmos a vida das mulheres*”; “*Queremos, cada vez mais, fortalecer uma agenda em que o feminismo seja um movimento verdadeiramente de massas, que consiga mobilizar multidões para transformar o mundo e a vida das mulheres*”; e “*Para conseguir igualdade, autonomia e liberdade para todas as mulheres não basta conquistar algumas leis. Tem que ter capacidade de alterar a correlação de forças e transformar as relações sociais de opressão entre os homens e as mulheres e as relações anticapitalistas*”.

Mais um ponto abordado no texto pela redatora e comentado pelas militantes do MMM, tido como importante no âmbito das temáticas deste estudo, foi a aliança entre movimentos sociais, de mulheres e mistos, com o objetivo de pautar ações conjuntas e incentivar o debate sobre o Feminismo com a base: “*Não é só apresentar uma agenda geral e depois lembrar das mulheres*”; e “*O conjunto dos*

movimentos sociais que estão em luta para transformar a sociedade precisam incorporar a igualdade entre homens e mulheres como um princípio”.

Já o segundo texto desta edição é complementar ao primeiro, que detalhou a programação de atividades previstas para o encontro.

Saúde

1) Edição 534: No primeiro texto dessa edição, a jornalista Mayra Castro apresentou o trabalho realizado na Casa do Parto de Sapopemba que, até então, era o único local mantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em São Paulo, que oferecia a opção do parto natural e humanizado.

Foram apresentados dados sobre o alto percentual brasileiro de realização de cesáreas, que se aproxima dos 80%, enquanto o recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 15%.

A redatora recorreu a depoimentos de parteiras e de uma mãe que optou pelo parto humanizado. Entre as falas destacam-se: *“(...) a assistência obstétrica brasileira, extremamente tecnocrata e intervencionista, tira das mulheres a oportunidade de vivenciar o parto e o nascimento como um evento único, mágico e transformador”*; e *“O hospital também lucra muito mais com um processo cirúrgico complexo e com as possíveis intercorrências relacionadas à cesariana que com o parto natural”*.

2 e 3) Edição 551: Os dois textos de Simone Freire publicados nesta edição também trouxeram relatos de mães e profissionais sobre a tendência de mecanização do parto e a alternativa, cada vez mais frequente, do parto humanizado. Um diferencial foi que o texto apresentou dados de 2010 da pesquisa *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, da Fundação Perseu Abramo, que afirmaram: *“uma em cada quatro mulheres que realizou parto natural tanto na rede pública quanto na privada sofreu algum tipo de violência no atendimento”*.

Destacou-se a fala da obstetra Ana Cristina Duarte, representante do Grupo de Apoio à Maternidade Ativa (sociedade civil organizada), sobre os abusos realizados nos procedimentos de parto hospitalares: *“A rotina de qualquer mulher que chega em um hospital público é tirar a roupa, colocar uma camisola, ir para o centro obstétrico, ficar deitada e colocar soro. Com seis centímetros rompe a bolsa dela, manda ela fazer força, deitar com as pernas pra cima e amarrada, empurram a*

barriga, cortam a vagina dela. Quer dizer, isso não é um parto normal! Mas os médicos acham que isso é um parto”.

Educação

1) Edição 522: Nesta edição, o texto redigido por Helton Ribeiro contou a experiência de algumas educandas graduadas em Pedagogia da Terra pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O curso foi financiado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e foi formulado com a contribuição dos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. O jornalista contou a trajetória de duas assentadas e a experiência profissional das mesmas depois do ingresso no ensino superior, destacando a oportunidade de darem continuidade à formação proporcionada pelo PRONERA, conforme enfatizou a fala da pedagoga Albertina Pereira dos Santos: *“Eu nem pensava nisso, achava que nunca ia conseguir. A única chance que eu tive foi por meio do movimento social”.*

2) Edição 550: A entrevista com a feminista e católica pertencente às Cônegas de Santo Agostinho, Ivone Gebara, realizada pela jornalista Simone Freire, abordou diversos temas sobre a igreja católica, principalmente sobre as relações de gênero.

Nas falas priorizadas por Freire vale destacar os comentários de Gebara sobre a teologia feminista como campo de estudo: *“A centralidade do masculino expressa nas diferentes áreas da teologia católica favoreceu a manutenção das mulheres como cidadãs de segunda categoria. Em muitos lugares da América Latina, a teologia feminista acompanhou a pauta de luta das feministas na sua diversidade. Entretanto, também atuou desde os conteúdos bíblicos e teológicos vigentes tentando apresentar uma leitura mais inclusiva dos conteúdos teológicos”.*

E, ainda: *“A autoridade masculina além de exercer controle sobre as consciências tenta exercer controle sobre os corpos e muito especialmente os corpos femininos na expressão da vivência de sua sexualidade. Este é o ponto mais vulnerável dos conflitos entre teologia feminista e Vaticano. A atitude de tutela das autoridades da Igreja Católica Romana, em pleno século 21, sobre os corpos e particularmente sobre os corpos femininos é um anacronismo e um abuso de poder que o feminismo vem denunciando. O combate às teólogas feministas, o silenciamento, a falta de espaço acadêmico nas universidades católicas são o castigo à nossa busca de direito e justiça no interior da instituição. Entretanto, há uma audiência das vozes das teólogas e biblistas feministas em espaços não necessariamente religiosos”.*

5.6. Considerações sobre a análise

Ao iniciar a leitura flutuante das 52 edições de 2013 escolhidas como *corpus* do estudo e durante a categorização dos textos da seção “Brasil”, acreditava-se que haveria uma quantidade maior de conteúdo relacionado às temáticas norteadoras. Pressupunha-se, principalmente, que isso se daria por conta da criação do jornal Brasil de Fato estar enraizada nos movimentos sociais, em especial os camponeses, que debatem e trabalham a Agroecologia, o Feminismo e a reforma agrária, desde suas bases, bem como combatem os agrotóxicos, transgênicos e o agronegócio.

Dentro do montante de textos relacionados à questão agrária categorizados por meio da Análise de Conteúdo, 20,7% do total da seção “Brasil”, que é a maior parte do jornal Brasil de Fato, apenas 0,4% referia-se à Agroecologia, diretamente. Em contrapartida, os textos relacionados aos agrotóxicos/ transgênicos e ao agronegócio somaram 8,2%. Percebe-se que a posição do jornal, sobre essas temáticas, esteve no contra-ataque. Ou seja, as pautas não trataram do desenvolvimento da Agroecologia como alternativa para a superação do agronegócio. Ao contrário, apontaram as negatividades do agronegócio, sem apresentar formas de solucioná-las.

Segundo a interpretação de Cassol (2010), as pautas que são priorizadas pelo jornal Brasil de Fato seguem a lógica das organizações políticas e movimentos sociais que fazem a análise de conjuntura. Ou seja, tendem a seguir a lógica dos representantes que compõem os conselhos político e editorial do semanário:

Assim, vira matéria no Brasil de Fato aqueles temas que seguem a linha político-editorial do jornal de estimular as lutas sociais, formar politicamente a militância social, elevar o nível de consciência dos leitores, denunciar e combater os inimigos de classe (...). (CASSOL, 2010, p. 126)

Quando ficou constatado o percentual total de textos (20,7%) correspondentes aos temas determinados como prioridade de estudo, também foram avaliados os critérios que levariam ao destaque de uma amostragem mais específica entre as categorias, para que fosse analisada em profundidade.

Percebeu-se, portanto, que na priorização do conjunto de textos referentes às mulheres poderiam estar contempladas tanto as temáticas dos movimentos sociais

de mulheres camponesas, quanto da Agroecologia e dos movimentos sociais feministas. E, assim, as análises aprofundadas se aproximariam do objetivo do estudo: verificar como o jornal Brasil de Fato retrata as mulheres dos movimentos sociais brasileiros, feministas e do campo.

Dentre os 22 textos selecionados, seis estavam relacionados, diretamente, aos movimentos sociais feministas e de mulheres camponesas. Ou seja, trouxeram como pauta as ações e como fontes as militantes dos movimentos. Nesses textos, as falas predominantes foram de militantes ou dirigentes da Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), mas também apresentaram depoimentos de representantes governamentais, da sociedade civil organizada, ou não, e dados de pesquisas. Os assuntos, ou subtemas, referiam-se à política, cidadania e aos próprios movimentos sociais.

Principalmente no texto “Camponesas e feministas/ ENTREVISTA/ Mulheres do campo preparam encontro histórico em Brasília para denunciar violência de gênero e debater políticas públicas e desenvolvimento do meio rural”, publicado na edição 520, há referências à Agroecologia e a um Feminismo Camponês, que são expostos como os pilares do MMC.

Nas falas das dirigentes é possível corroborar o que discutem as teorias feministas apresentadas neste estudo para demonstrar o predomínio, ainda existente, de uma cultura machista e patriarcal na rotina camponesa e urbana, conforme foi refletido no primeiro e no segundo capítulo desta dissertação, principalmente. As dirigentes relacionam os ideais do MMC a um Feminismo camponês muito próximo às reflexões do Ecofeminismo, que enfatiza a necessidade de estimular o respeito igualitário entre mulheres e homens e recursos naturais, no campo e na cidade.

Foi possível observar, ainda, nas falas das dirigentes e militantes, várias críticas sobre aspectos do predomínio das decisões sociais lideradas pelos homens, baseadas na economia capitalista e exploratória do meio ambiente e das mulheres, em especial das relações no ambiente doméstico/familiar. O trabalho feminino é desvalorizado enquanto fonte monetária de renda, tanto no campo quanto na cidade; e isso também é recorrente nas falas das entrevistadas, bem como em estudos do Feminismo e das relações entre homens e mulheres.

Nos demais 16 textos, que totalizam a maior parte selecionada, também há menções a movimentos sociais como, por exemplo, o que se refere à ocupação

organizada pelas mulheres do MST na fazenda de familiares da senadora Kátia Abreu (edição 524) e sobre os cursos do PRONERA (edição 522). Porém, não são utilizadas falas de representantes desses movimentos. Entretanto, os subtemas abordam questões relacionadas, intimamente, às reivindicações, lutas e formações dos movimentos de mulheres camponesas e feministas, como saúde, direitos civis, cidadania, educação, política, e outros.

O assunto mais recorrente é a violência contra as mulheres, que aparece em 11 textos com diferentes abordagens, conforme ficou constatado no critério de análise “Linguagem”. Porém, todos os textos se remeteram à realidade das mulheres que vivem nas regiões urbanizadas e, em nenhum deles, não abordou a violência da qual as mulheres camponesas também são vítimas.

Todavia, no geral dos textos selecionados, um aspecto específico observado foi a repetição das mesmas fontes em textos distintos. Dentre os 22 textos, seis apresentaram falas de fontes ouvidas anteriormente, o que corresponde a $\frac{1}{4}$ do total dos textos relacionados às mulheres, aproximadamente.

Desses seis, quatro podem ser considerados complementares a outros textos que foram publicados na mesma página da edição. Traziam, assim, uma abordagem acerca do mesmo subtema e foram redigidos pela mesma ou pelo mesmo jornalista, como ocorreu nos textos sobre o Encontro Internacional da MMM (edição 547) e nos textos sobre a avaliação dos 10 anos de governo do PT e a Lei Maria da Penha (edição 514), para exemplificar.

Já os outros dois textos apresentaram a mesma fonte em mais de uma edição e foram redigidos por jornalistas diferentes. Trouxeram abordagens distintas, mas se referenciavam ao mesmo subtema, como o Estatuto do Nascituro, as problemáticas do alto índice de cesarianas e a opção pelo parto humanizado.

É possível observar, no entanto, que as fontes que se repetem nesses textos representam instituições da sociedade civil organizada que estão envolvidas, diretamente, em articulações políticas e debates sobre mudanças em políticas públicas, por exemplo, o que leva a considerar que são referências nos assuntos abordados. De acordo com Cassol (2010), essa é uma constante no jornal Brasil de Fato; as fontes preferenciais são aquelas pessoas que lideram algum tipo de organização social (CASSOL, 2010).

Ainda com relação à linguagem nota-se, também, que as falas das fontes são transcritas com fidelidade, aparentemente, pois em muitos casos apresentam expressões informais de linguagem.

Em sua análise, Cassol (2010) alega que no jornal Brasil de Fato os conflitos de classe, tão presentes entre as pautas prioritárias, são expressos de maneira abstrata, por não trazerem uma personificação:

No lugar do latifundiário, o agronegócio. No lugar do patrão, o capital financeiro internacional. Se por um lado aparecem como preocupação importante dos movimentos sociais temas como reforma agrária, produção de energia e a transposição do Rio São Francisco, os inimigos são o agronegócio e as transnacionais. (CASSOL, 2010, p. 117)

Entretanto, na análise aprofundada dos textos sobre as mulheres considerou-se que foi possível constatar a referência direta aos alvos de embate feitos pelo jornal. Como exemplo pode ser citado o texto As faces de Kátia Abreu/ CAMPO/ Ocupação de mulheres sem-terra na propriedade da senadora denuncia a relação da ruralista com o trabalho escravo, crime ambiental e grilagem de terra (edição 524), em que o jornal Brasil de Fato personifica as acusações enfáticas ao agronegócio, através das ações da senadora.

Por fim, após esmiuçar as 22 edições selecionadas de acordo com os critérios de análises estabelecidos foi possível: inferir sobre prováveis influências da autoria no conteúdo dos textos; constatar a diversidade de subtemas acerca das abordagens sobre as mulheres; elencar a quem recorreram as redatoras e redatores como fontes para os textos; e, também, destacar a construção textual escolhida, as falas e expressões mais utilizadas em títulos, chapéus, linhas-fina e no corpo dos textos.

Pode-se concluir que as mulheres estão representadas nos textos encontrados, por meio das fontes com os mais diversos graus de escolaridade e envolvimento político, ou de militância em movimentos sociais. As causas pelas quais lutam as mulheres organizadas que reivindicam mudanças em busca de uma sociedade mais igualitária também estão contempladas, por meio das abordagens e dos diferentes temas encontrados. É verificável, portanto, que o jornal Brasil de Fato é partidário e apoiador das causas das mulheres camponesas e feministas.

Sobre os conteúdos relacionado às mulheres, que totalizaram 3,6% do total de textos categorizados como temáticas norteadoras do estudo analítico, avalia-se que

estes, de forma geral, foram abordados de maneira positiva. Porém, esse montante de textos pode ser considerado pouco, ainda, ao compará-lo com o total de textos publicados na seção “Brasil” em 2013. Apesar disso, avaliando o conteúdo dos títulos, chapéus, linhas-finas e conteúdo interno dos textos analisados, em profundidade, acredita-se que o jornal Brasil de Fato foi fiel no retratar as mulheres feministas e camponesas, militantes desses movimentos sociais. Estatisticamente, no entanto, o número de matérias pode ser considerado pouco significativo.

6. Considerações finais

Quando esta pesquisa foi planejada, a principal intenção era de se realizar um estudo teórico dos temas que a motivaram: o Feminismo e a Agroecologia. Além disso, o intuito também era o de analisar o conteúdo de um veículo de comunicação popular e alternativo contemporâneo, que mostrasse abarcar e discutir em suas pautas esses dois temas.

A opção de estudar a corrente popular-alternativa da Comunicação se deu pelo seu viés social que, como constatado nos estudos concretizados, envolve a busca por mudanças justas na estrutura da sociedade, pela preservação das culturas tradicionais e populares, pelo desenvolvimento educativo e da consciência crítica das pessoas.

Nesse sentido, optou-se analisar o jornal Brasil de Fato por se tratar de uma publicação alternativa que se auto intitula popular e que já está consolidada, pois possui 10 anos de circulação. Outro critério que contou, sobremaneira, para a escolha do jornal Brasil de Fato foi a sua vinculação com os movimentos sociais e o seu objetivo editorial de fazer um contraponto ao jornalismo da imprensa hegemônica comercial. Ou seja, o jornal Brasil de Fato se insere em outra perspectiva de projeto social, assim como o Feminismo e a Agroecologia.

No caminho percorrido para a formação desse tripé teórico escolhido para esta dissertação, o Feminismo, a Agroecologia e a Comunicação Popular-Alternativa, acredita-se que foi possível responder aos questionamentos iniciais, e constatar como o jornal Brasil de Fato contribui na luta pelas reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres camponesas e agroecológicas.

Já com o aprofundamento proporcionado pelos estudos realizados para a redação do primeiro capítulo, pôde-se concluir que o Feminismo é amplo, assim como a

natureza das mulheres. Há muitos Feminismos construídos, ao longo dos anos, desde quando começaram a emergir as primeiras manifestações grupais organizadas de questionamento da liberdade feminina. O Ecofeminismo é apenas uma entre tantas correntes, que se alinha à busca pela equidade ecológica; igualmente ampla.

Aparentemente, apesar de se tratar de uma teoria militante (SILIPRANDI, 2009), em constante construção e que proporciona as mais diferentes abordagens científicas, o Feminismo tem seu objeto de estudo claro e definido, acerca dessa diversidade feminina. Na prática, os movimentos sociais feministas contribuem para a difusão da essência do Feminismo: não se trata, apenas, da busca pela garantia dos direitos sociais para as mulheres, mas que os direitos sociais sejam iguais entre todas e todos, sobretudo.

A partir dos levantamentos teóricos realizados, em especial do contexto histórico, para a concepção do segundo e do terceiro capítulo, outras ponderações surgiram sobre a relação entre as pessoas, em sociedade, e delas com a terra no ato de produzir aquilo que as alimenta.

De origem mais recente que os estudos feministas, mais precisamente desde a década de 1980, quando o movimento agroecológico começou a tomar forma no Brasil, as pesquisas acadêmicas sobre o assunto encontram-se em escala crescente, em diferentes áreas. Tanto o movimento social e suas práticas cotidianas, quanto as reflexões epistemológicas sobre a Agroecologia estão em constante construção.

Assim como ocorre nos estudos epistemológicos da Comunicação Social, na Agroecologia a discussão sobre o que é a ciência agroecológica e qual é o seu objeto de estudo é constante.

Para a Agroecologia cabe o desafio de quebrar paradigmas, das várias disciplinas às quais está relacionada, para incorporar conhecimentos ainda não considerados pela academia e que são indispensáveis para o entendimento do contexto social, na atualidade.

Essa ruptura é a mais difícil de ser realizada, pois ela implica em aceitar que saberes considerados como válidos e verdadeiros não estão somente circunscritos ao campo científico, mas também estão presentes em outros campos; reconhecer que a busca de soluções para a crise também está sendo realizada por outros agentes sociais. Mais do que isso,

assumir que os saberes oriundos de outros campos além do científico possuem a mesma relevância do conhecimento científico. (BORSATTO e CARMO, 2012, p. 713)

Do ponto de vista da Comunicação Social, mesmo sob a ótica da Comunicação Popular-Alternativa, que emerge dos movimentos sociais (PERUZZO, 2009), podem ser considerados escassos os estudos acadêmicos relacionados à Agroecologia.

Partindo desse pressuposto, na parte analítica desta dissertação procurou-se averiguar se um veículo pertencente à Imprensa Alternativa considerava em seus conteúdos, além do Feminismo, a Agroecologia como pauta jornalística.

É importante ressaltar, novamente, que ficou constatado o baixo índice de textos sobre as mulheres e sobre a Agroecologia, quando comparado ao conteúdo total publicado nas edições de 2013.

Concluindo as reflexões resultantes desse estudo, portanto, entende-se que é necessário superar a real deficiência ainda existente na veiculação das notícias sobre o Feminismo e a Agroecologia, bem como seus movimentos sociais representantes. Talvez seja necessário mudar a abordagem para proporcionar que as ações desses movimentos sociais sejam vistas, para além do interior dos próprios movimentos.

7. Referências Bibliográficas

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5.ed. – Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- _____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ªed. ampl. São Paulo, Editora Expressão Popular, Rio de Janeiro, AS-PTA, 2013.
- ANAP. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba**. 1ªed. São Paulo: Outras Expressões. 2012.
- ANDRADES, T.O.; Ganimi, R. N. **Revolução Verde e a apropriação capitalista**. CES Revista, v. 21, p.43-p.56. 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4ª edição - Lisboa, Portugal: Edições 70. 2009.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: 2. A experiência vivida**. 2ª edição, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BERGER, Christa. **Movimientos sociales y comunicación en Brasil**. Comunicación y Sociedad, Guadalajara, nº9, mai/ago 1990, p. 9-27.
- BRASIL AGROECOLÓGICO – **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/planapo/>>. Acesso em 29/01/2014.
- BORSATTO, Ricardo Serra e CARMO, Maristela Simões. **Agroecologia e sua epistemologia**. Interciência, vol. 37, nº 9, p. 711-716, sep. 2012.
- CARDOSO, Elisabeth Maria; RODRIGUES Vanessa Schottz. **Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.6, n.4. Rio de Janeiro, 2009.
- CARNEIRO, F F; PIGNATI, W; RIGOTTO, R M; AUGUSTO, L G S. RIZZOLO, A; MULLER, N M; ALEXANDRE, V P.; FRIEDRICH, K; MELLO, M S C. **Dossiê ABRASCO - Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Parte 1 - Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO. 2012
- CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. 2ª edição, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.
- CASSOL, Daniel Barbosa. **Brasil de Fato: A imprensa popular alternativa em tempos de crise**. São Leopoldo, RS, Brasil. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Fev. 2010.
- CARTA POLÍTICA DO II ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Recife, 2006 (mimeo)

CARTA POLÍTICA DO III ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Juazeiro do Norte, 2014. Disponível em: <http://enagroecologia.org.br/2014/05/27/carta-politica-do-iii-ena/>. Acesso em: 27/05/2014.

COLOMBO, L. O. R.; FAVOTO, T. B.; CARMO, S. N. **A evolução da sociedade de consumo**. Akropolis, Umuarama, v. 16, n. 3, p. 143-149, jul./set. 2008.

DARON, Vanderleia Laodete e PALUDO, Conceição. **Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil)**. In CALDART, Roseli Salete (org.); PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário de Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio. Expressão Popular, 2012.

DECLARAÇÃO DO 1º ENCONTRO NACIONAL UNITÁRIO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS E POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS, POR TERRA, TERRITÓRIO E DIGNIDADE. Brasília, 2012 (mimeo).

DECLARAÇÃO DO I ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/noticias/2013/02/27-02-2013-declaracao-do-i-encontro-nacional-do-movimento-de-mulheres-camponesas>. Acesso em 03/03/2013.

DECLARAÇÃO FINAL DO II ENCONTRO CONTINENTAL DE FORMADORAS E FORMADORES AGROECOLÓGICOS. Disponível em: http://www.movimientos.org/es/show_text.php3%3Fkey%3D19660 Acesso em 13/12/2012.

DECLARAÇÃO e PLATAFORMA DE AÇÃO da IV CONFERÊNCIA MUNDIAL DA MULHER. Disponível em: <http://mulheres.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf> Acesso em: 10/01/2014.

DIEESE. **Estatística do meio rural 2010-2011**. 4ª Edição. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário – São Paulo. 2011.

FARIA, Nalu. **Economia feminista e a agenda de luta das mulheres no meio rural**. In BUTTO, Andrea (org.); DI SABBATO, Alberto; FARIA, Nalu; LOMBARDI, Maria Rosa; MELO, Hildete Pereira. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. – Brasília: MDA, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

_____. **Extensão ou Comunicação?**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

FIORUCCI, Rodolfo. **A nova geração do jornalismo crítico: mídia alternativa.** Diálogos, v.15, nº2, p.455-481, maio-ago, 2011.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. **Análise de Conteúdo.** In DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2009. P. 280-304.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão agrária brasileira.** Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/suporte_cg.htm>. Acesso em 15/11/2013.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2ª edição. Porto Alegre. Universidade – Editora da UFRGS, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais.** Edições Loyola, São Paulo, 2008.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros.** Edições Loyola, São Paulo, 2001.

_____. **Movimentos Sociais e Educação.** Questões da nossa Época. Volume 5, São Paulo: Cortez, 2001

_____. **Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo.** Editora Vozes, Petrópolis, 2000.

GUHUR, Domenique Michèle Periotto e TONÁ, Nilciney. **Agroecologia.** In CALDART, Roseli Salete (org.); PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário de Educação do Campo.** São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio. Expressão Popular, 2012.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Censo agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuaria.pdf>> . Acesso em: 17/10/2012.

KAPLÚN, Mário. **Una Pedagogía de la Comunicación (El comunicador popular).** La Habana: Editora Caminos, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LIMA, R.C. **Pequena história territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas.** 2ªed. Porto Alegre, Ed. Sulina,1954. In SILVA, L. O. As Leis Agrárias E O Latifúndio Improdutivo. São Paulo Em Perspectiva, 11(2) 1997.

LIRA, A. T. N. 2010. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas.** Tese de Doutorado. Niterói, Mar. 2010.

LOPES, Maria I. Vassallo. (org.). **Pesquisa em Comunicação.** Editora Loyola, São Paulo, 2003.

MONTOYA, M. A.; FINAMORE, E. B. **Evolução do PIB do agronegócio brasileiro de 1959 a 1995: Uma estimativa na ótica do valor adicionado**. Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, v.9, n.16, p. 09-24, maio 2001.

MOREIRA, Rodrigo Machado. **Da hegemonia do agronegócio à heterogeneidade restauradora da Agroecologia: estratégias de fortalecimento da transição agroecológica na agricultura familiar camponesa do programa de extensão rural agroecológica de Botucatu e região**. PROGERA, São Paulo, Brasil. Tese de Doutorado. Universidade de Córdoba. Jan. 2012.

MST. **Normas gerais do MST**. São Paulo, Brasil, 1989.

PARK, Robert E. **A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento** (tradução: FRANTZ, Enio). In BERGER, Chista; MAROCCO, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo: Teorias sociais da imprensa**. Editora Sulina, Porto Alegre, 2008.

PAULILO, Maria Inês S. **FAO, fome e mulheres rurais**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, nº 2, 2013, pp. 285 a 310.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. **Revolução Verde**. In CALDART, Roseli Salete (org.); PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário de Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio. Expressão Popular, 2012.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**. Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

_____. **Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008.

_____. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. ECO-Pós, v.12 nº12, maio-agosto 2009, p.46-61.

PETERSEN, Paulo. **Agriculturas Alternativas**. In CALDART, Roseli Salete (org.); PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário de Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio. Expressão Popular, 2012.

ROBIN, Marie-Monique. **O mundo segundo a Monsanto: da dioxina aos transgênicos, uma multinacional que quer seu bem**. Radical Livros, 2008.

SEVILLA- GUZMÁN, Eduardo. **De la Sociología Rural a la Agroecología**. Icaria editorial, Barcelona, 2006.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Brasília, Brasil. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2009.

_____. **Mulheres agricultoras e a construção do movimento agroecológico no Brasil.** In NEVES, Delma Pessanha e MEDEIROS, Leonilde Servolo (Organizadoras). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói, Alternativa, 2013.

SILVA, Ligia Osório. **As Leis Agrárias e o Latifúndio Improdutivo.** Em Perspectiva, São Paulo, 1997.

SINGER, Paul. **O feminino e o feminismo.** In SINGER, Paul; BRANDT, Vinicius. C. **São Paulo: o povo em movimento.** 3ª edição. Petrópolis, Vozes, 1982.

SOARES, Ana Maria Dantas; OLIVEIRA, L. M. T.; MENDONÇA, P.; BARBOSA, S. C. **Desenvolvimento rural e educação: um olhar sobre o programa municipal de desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia.** http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/ana_dantas.pdf. 2004. Acesso em 03/05/2012.

STÉDILE, João Pedro. **O MST e a questão agrária.** Estud. av., São Paulo, v. 11, n. 31, Dez. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141997000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06/11/2012.

_____. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003.** 1ª edição. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2005.

_____. **Globalizemos a luta, a esperança e o conhecimento camponês.** In: ANAP. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba.** 1ªed. São Paulo: Outras Expressões. 2012

TEDESCHI, Antonio Losandro. **Gênero: uma palavra para desconstruir sentido e construir usos políticos.** Revista Ártemis, vol. 6, junho de 2007, p. 106-113.

VIANA, Nilton. Entrevista concedida a autora, dezembro de 2012.

_____. Entrevista concedida a autora, junho de 2014.

VIA CAMPESINA. **Subsídios para implementar a Campanha das Sementes.** Abril 2003 (mimeo).

_____. **La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo.** Disponível em: < <http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44>>. Acesso em: 10/11/13.

VICENTE, Maximiliano Martin. **Comunicação e cidadania: tensões e complementariedades.** In VICENTE, Maximiliano Martin (organizador). **Mídia e sociedade.** Bauru. EDUSC, 2009.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. **Comunicação popular e Cidadania.** In VICENTE, Maximiliano Martin (organizador). **Mídia e sociedade.** Bauru, EDUSC, 2009.

Anexos

BRASIL DE FATO

brasil

de 3 a 9 de janeiro de 2013 9

Estado laico e combate à homofobia, grandes desafios

10 ANOS DE PT
Movimento feminista aponta que, mesmo com limitações, criação de secretaria e de conferências são pontos positivos da gestão

Naira Gomes
de Belo Horizonte (201)

O PARTIDO dos Trabalhadores está completando dez anos de governo no Brasil. Nessa grande expectativa sobre o governo Lula por parte dos movimentos sociais, Naira Faria, dirigente da Marcha Mundial das Mulheres (MMW), explica que o contexto em que Lula iniciou seu mandato, em 2003, não era favorável a essas mudanças.

O Brasil havia passado por uma década de neoliberalismo, com os efeitos da crise do governo FHC, que representou a privatização das relações de trabalho, precarização em diversos setores, desestruturação das políticas sociais do Estado e muitas outras "marcas" para o povo brasileiro. "Tudo isso dire que não seria um governo de ruptura, mas sim de reestruturação, por exemplo, se a Lula tivesse sido eleito em 2003, não havia a expectativa de expansão do socialismo", declara Naira.

No campo da luta das mulheres, esperava-se a retomada das políticas públicas de caráter universal, a construção de políticas de qualidade para as mulheres, a mudança do modelo de produção, para garantir o consumo interno, a distribuição de renda e reformas agrária. "É no caso da Marcha, havia a expectativa de que houvesse a valorização do salário mínimo como uma política de distribuição de renda", declara a brasileira.

Ela aponta que os valores de um governo para as mulheres não devem ser avaliados apenas pelas políticas específicas, mas pelo todo. "Por exemplo, se um governo tem uma boa política de saneamento básico, mas impacta na vida das mulheres, é, no mesmo tempo, tem que combater com a perspectiva feminista e políticas afirmativas", afirma.

'A partir do governo Lula, você tem tudo um amadurecimento de políticas públicas para as mulheres, o que não havia antes'

Políticas afirmativas

Logo nos primeiros dias de mandato, o governo Lula criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que passou a funcionar com estatuto de Ministério. Segundo a secretária nacional de Mulheres do PT, Laura Moraes, após a criação da Secretaria, não havia políticas públicas específicas para as mulheres no país. "A partir do governo Lula, você tem todo um amadurecimento de políticas públicas para as mulheres, o que não havia antes. Ele fez questão de, logo no primeiro momento do mandato, criar essas questões, que era uma grande lacuna para nós", afirma.

A secretária conta que em 2005 havia apenas 13 coordenadoras e secretarias de políticas públicas para mulheres no país. Hoje, em âmbito municipal, após 10 anos, já são mais de 300 organizações envolvidas para este segmento.

Laura acrescenta que, no campo da política afirmativa, a SPW teve um papel importante. Na primeira Lei, foi responsável pela promoção do intercâmbio entre os países para a discussão de problemas estruturais para mulheres e políticas para combater-las. Já no campo de articulação nacional, o Brasil passou a participar dos comitês e conferências do Conselho para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CDE), articulado pela ONU, que se encontra desde então com a participação do Brasil.

Naira Faria reconhece os avanços, mas aponta as limitações. "Um dos pontos que não conseguimos foi a construção das políticas de transição de renda com a implementação do salário mínimo, que tem um impacto grande sobre a vida das mulheres, mesmo que essa valorização ainda tenha sido muito abaixo do valor proposto", declara.

A participação dos movimentos sociais e da sociedade civil também vale ser citada, segundo a feminista. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) teve mobilizações em sua estrutura e papel, tendo agora um processo de eleição, e não mais submissão de membros pelo governo. "Assim, um aspecto



Naira Faria, dirigente da Marcha Mundial das Mulheres

importante foram as conferências, que envolvem milhares de mulheres e levam o debate feminista a níveis municipais. Mas tem limites, tanto do ponto de vista da sua política de decisão, como também de romper com certa fragmentação e segmentação", aponta Naira.

Fundamentalismo

Para o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transvestidos e Transexuais (ABGLT), Tereza Maria, há uma profunda ligação entre as lutas. "O patriarcado e o pai da homofobia, e o irmão e o machismo".

Ela conta que houve grande expectativa após a vitória de Lula, já que o PT sempre foi um partido comprometido com a defesa dos direitos humanos, inserido em suas bandeiras as lutas LGBT. Assim, diz que reconhece os avanços para a comunidade, mas afirma que há grande diferença entre os governos de Lula e Dilma.

Durante o governo de Lula, foi realizada a 1ª Conferência Nacional LGBT no país, com participação de todos os estados, além de sete ministros, e que Tereza afirma nunca ter havido no resto do país de América Latina. Neste período, foi estabelecido o Conselho Na-

tional LGBT, implantado o Plano Nacional e criada uma coordenação específica, ligada à secretaria de Direitos Humanos. "Chamamos isso de tripe da cidadania, que temo hoje em cinco estudos sociais", aponta.

Já no governo de Dilma Rousseff, ele acredita que houve um retrocesso nos direitos da comunidade LGBT. "Essa retrocesso já começou no período de campanha eleitoral. A partir da candidatura de Dilma, houve uma mudança de postura dos fundamentalistas religiosos em relação ao aborto, fortalecendo-o", declara Tereza. Para a militante, a mudança do projeto de lei que ampliaria o material didático contra homofobia nos livros e nos currículos.

O material e currículo de leis não de trabalho conjunto entre diversas organizações de luta LGBT, elaborado por mais de 300 especialistas. "Ela suspendeu a votação e agora está sendo corrigido por poder executivo. O resultado é uma relação estreitada com a comunidade", afirma Tereza. "O PT não está sozinho no poder. Por isso, o governo Dilma trouxe retrocesso. Os partidos conservadores chegaram ao poder do fundamentalismo", declara.

No campo legislativo, ele acredita ter havido um retrocesso total. "Furamos de 2 a 0 para a Argentina, que já tem lei

política sobre identidade de gênero para transexuais e transgêneros e o casamento civil aprovado. No Uruguai, também já foi implementado o casamento civil. Enquanto isso, o Brasil não conseguiu nem sequer criminalizar a violência contra homossexuais, muito menos há leis em outros países. E ainda estamos voltados a lutar dentro, com a discussão do projeto de 'lei gay'", declara.

Ele afirma ver o poder público a "intervenção nas nossas lutas, já que não tem o respeito do fundamentalismo religioso".

'A questão da laicidade do estado é muito grave. Você não pode permitir que crenças religiosas interfiram na ação do poder público'

Pontos positivos

Para Naira Faria, também militante LGBT, houve um avanço importante no país na visibilidade do tema. "O governo se comprometeu de maneira efetiva com a causa, possibilitando que houvesse a visibilidade respectiva de um grupo social que era estigmatizado. Ser gay era como estar em uma ilha", declara.

Foi também durante o governo PT que foi aprovada a Lei da Paridade, entre outras da mesma sessão, em 5 de março de 2004. Tereza afirma que a lei se deu no campo parlamentar, mas recebeu o apoio do governo federal. "Mas também há avanços ligados a convenção para o casamento, garantindo mais de 100 direitos ao casal. Tudo isso já está conquistado, o Superior Tribunal Eleitoral está dando pontos de vista", afirma.

Desafios

"No campo LGBT, temos pontos com o Brasil. Avanço significativamente em áreas que não imaginávamos conseguir, depois do retrocesso. A questão da laicidade do estado é muito grave. Você não pode permitir que crenças religiosas interfiram na ação do poder público", declara Naira Faria.

"Temos pontos bons e interessantes, mas não consigo não estar completamente insatisfeita. Os avanços não são da ordem geral, como educação, cultura, esporte, comunicação. E ainda há espaço de luta e diálogo antipolítico e ideológico", aponta Naira Faria.

Lei Maria da Penha e o desafio da efetivação

Criminalização da violência doméstica foi conquista importante, mas legislação precisa ser aplicada

de Belo Horizonte (201)

Um momento importante para as mulheres brasileiras ao longo deste ano foi a criação e aprovação da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada em agosto de 2009.

O projeto de lei enviado pelo poder Executivo ao Legislativo teve como ponto de partida uma proposta apresentada por um grupo de advogadas feministas, que foi posteriormente debatida e modificada no CNDM. Apesar de avanço de parcerias e aprovação de uma lei específica de combate à violência contra a mulher, militantes apontam que ainda há um longo caminho até sua efetivação. "Temos uma legislação perfeita, mas a lei por si só não basta. Precisamos ter outros aparatos, e a rede de apoio é muito baixa", afirma.

Para a secretária nacional de Mulheres do PT, Laura Moraes, o governo estadual tem por obrigação criar a rede de apoio, com os equipamentos necessários. "A mulher é dependente de um suporte federal, mas quem tem que proporcionar é a sociedade civil, não o governo", declara.

Ela reconhece que a solução do problema não está no campo federal, mas acredita que este também deve ser responsável. "Em alguns pontos estaduais e municipais a lei funciona, mas não que houve um progresso dentro das áreas, para além de litígios de verbas".



A brasileira Maria da Penha, que deu nome à lei que trata a violência doméstica contra as mulheres

'Temos uma legislação perfeita, mas a lei por si só não basta. Precisamos ter outros aparatos, e a rede de apoio é muito baixa'

"A avaliação de mudanças em relação à violência contra a mulher ainda é muito difícil de ser feita, em função do seu registro, das pressões políticas. Mas uma coisa certa é que a questão da violência contra a mulher se constituiu como uma agenda na sociedade, mesmo que ainda limitada e com pontos comprometidos de sua complexidade", conclui a dirigente da MMW Naira Faria.

Questão ideológica

A Naira Faria da MMW afirma que a violência contra a mulher é resultado de uma relação de opressão,

construída historicamente ao país. "A violência ocorre por uma relação de poder. É uma forma de manutenção da submissão das mulheres, um mecanismo de manter o controle sobre elas", declara Naira, que acredita ser difícil atuar a violência sem atacar suas causas: o machismo e patriarado.

Para Naira Faria, uma boa política de combate ao machismo inclui o trabalho no campo da educação, para formação de uma lógica na relação de gênero.

"Temos desafios em relação à educação. O governo precisa ter uma visão clara, que trate a violência dentro da escola. Como diz aquela frase, 'de quando que o garoto tem o papão', ou seja, se não fomos capazes de derrotar o machismo desde a mais tenra idade, não conseguimos reverter esse quadro", aponta. Ela acrescenta ainda, que o desafio é o mesmo vindo pelos movimentos de luta contra a homofobia, que tem como principal causa também o patriarado. (207)

“Militância é ação”

PERFIL Viúva de Carlos Marighella, a militante Clara Charf relembra os 87 anos de uma vida que se confunde com a história da política nacional

Aline Scarso
da Reportagem

1909-1920s. Clara Chantre tem uma biografia mais dramática vivida e a construção com personalidades históricas como Luis Carlos Prestes, Gregório Baret, Getúlio Vargas, entre outros. Ela também tem vivido quase vinte anos em zonas clandestinas, junto com o marido, Carlos Marighella, e com quem se encontrou depois de 15 anos de separação. O filho, Mario Sato, lhe revelou seus planos de suicídio: "Eu sei que vai fazer isso porque não quer mais viver com o pai". O Partido Comunista sempre para que prestem atenção o *Arbore corpus* para assim já que Mario Sato não está satisfeito com a situação política atual, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1930-1934), com uma sucessão de líderes militares, que assumiram o poder, e com a situação política nacional para os interesses de Campanha. Quando foi dada, tentou se suicidar, mas não conseguiu e acabou se tornando um infante que lhe dava muito tempo livre para a leitura. Não criou, ficou a passar parte do tempo do casamento.

Clara Chard nasceu em 1929 em uma família de fazendeiros potes. Medidou-se de Maomé por Recife materno. Prefere a maioridade adolescente. O pai não gostava da ideia de que as três filhas se metessem em política, mas acabou de se converter a isso, assim como Clara não conseguiu nunca atingir a idade adulta. Desde 1948, em um desempenho para a ação política. Mas quem é Clara Chard mesmo: militante política? Nas palavras modestas dela, "uma militante como outras quaisquer". É simples: "Para fazer a militância política é a compreensão dos problemas sociais e agir. Não existe militante adolescente, militante e fase, e interior".

"Para mim a militância política é a compreensão dos problemas sociais e ação. Não existe militante não-ativo, militar é fazer, é intervir."

Hoje não são mais os mesmos. Há um caráter mais específico de cada acontecimento da sua vida e fala sobre o período histórico em que cada fato aconteceu. O primeiro capítulo trata da chegada ao Brasil de Florestan Fernandes, com perguntas, respostas quando Anita Leopoldina Prestes, filha dos comunistas, chegou ao Brasil e se casou com ele. O segundo capítulo trata da chegada ao exílio em Nova York, passando pelo Rio de Janeiro e fazendo conexão no Paraguai durante o ano seguinte de 1965. Fala sobre a chegada ao Brasil em 1966, depois de um ano de exílio em Nova York, e sobre a chegada ao Brasil em 1966, depois de um ano de exílio em Nova York, e sobre a chegada ao Brasil em 1966, depois de um ano de exílio em Nova York.

O contato com o comunismo

Clara reconhece a presença de quem se opõe à política "comunista" e questiona a sua identificação com a ideologia. "Eu quero o Jacob [pai do advogado Bas Wobben] ao meu lado", diz ela. "O pai de Clara chegou em casa com a novidade: 'É um perigoso, não, mas ele é judeu'. E eu não vou mandar calar a boca e dizer que a gente não poderia lutar melhor não em casa". Também afirma: "Eu não sou comunista, mas sou socialista". Depois diz: "Clara perguntou dramaticamente por qual a razão bem ou mal encobridora, 'Porque sou comunista', ele disse. 'Comunismo é assim, vai ter uma sociedade que não vai ter dinheiro, vai ter troco. Se você quer mais dinheiro, da outra troca sua troca para adquirir a troca de outro'. Foi assim que ele disse, não?"

Cadaveres e Partido Comunista Brasileiro (PCB) quando começou a trabalhar como aeronauta e viveu aterrorizado no Rio de Janeiro (RJ). Tomou contato com os simpáticos residentes em casa e decidiu ficar lá. Tinha 25 anos. Anunciou que tinha que mudar com outras pessoas. "E quando você decide trabalhar com outras pessoas, você tem que ter um instrumento, tem que discutir, planejar e trabalhar", argumenta.

Quando nasce, levava as costas:



desafora do partido aos estados, facilitando a comunicação interna partidária. Mas logo saia da aviação e foi trabalhar no escritório da Frente Comunitária, órgão parlamentar do PCB responsável por colher informações e produzir os discursos dos parlamentares do partido. O local era coordenado por Maricléia e ficou aberto até 1949, quando o partido foi colocado novamente na ilegalidade, desta vez pelo governo de Getúlio Vargas Dutra (1946-1954). Nessa época, o PCB era um partido de massas, e contava com cerca de

A militância se seguiu e Clara assinou cada vez mais tarefas, principalmente na organização da luta feminista. "Sempre fui militante ardorosa pela causa das mulheres, mas também sempre fui militante ardorosa pela causa do povo em geral", destaca.

*Sempre fui militante ardorosa pela causa das mulheres, mas também sempre fui militante ardorosa pela causa do povo em geral!

A vida com Mariabella 103-120/11

A militância aberta na clandestinidade vinha de acordo com as condições políticas do país, lembra. Mas a história dos 21 anos compartilhados com o político e um dos principais inimigos da última ditadura militar brasileira (1964-1984), Carlos Marighella, foram vistos

Recordar essa época e o marido atrevido e brumalhoso, que conseguiu a maior parte de seu trabalho na Franco Parlamentar, leva Clara de lágrima. Ela, então, não se sabe se de saudade ou de tristeza pela dura tarefa acabou a vida do companheiro, morto em 4 de novembro de 1965 em uma emboscada orquestrada pelo exército, em São Paulo.

Polvoeira para definir Marthalia, não lhe faltam: "Você não pode dizer que era um cara perfeito porque isso não existe, mas ele era um ser humano muito íntegro, dire a vida pela means do povo, sempre ajudando as pessoas que pode na luta", afirma. "Era um ser humano pelo qual todo mundo tinha prazer em conviver. Ele não era arrogante. E era também muito brincalhão. As crianças o adoravam. Ele se fazia querer pelas pessoas. E era culto, sempre estudando", lembra.

Perguntada sobre sua relação com ele na que diz respeito às questões de ge-

sero, Clara - faziam-na que se - considero importante assinalar que Mari-gheila não era machista. "Nos atitudes de casa, ele sempre repetiu para mim: não trabalhe e dirigi-la sempre ao trabalho", conta, para logo em seguida acrescentar: "E sou não e contava, sim, com a sua ajuda. Os homens não dividiam, não tinham divisão de tarefas domésticas. E ele foi um exemplo em lugares que ele viveu, quando mostrou que pessoas que eu conheci depois. Sempre valorizou o trabalho da mulher, mesmo se a mulher não fosse militante", ressalta.

— Eu conto, com orgulho, um episódio em que Margherita chegou esta casa e a vi passando tempo. "Ei, olhe e disse: Clara, não parece nada quando eu não estiver em casa. E eu perguntei por quê, se você não sabe passar!" Ela respondeu: "certo eu não sei passar, mas passa e se for lendo para mim esta sua mãe, para você dormir". Quer dizer, enquanto eu ia passando, ia tomando conhecimento do material que eu queria ler. Quando eu moro que faz isso? Não dá ele ao trabalho".

no ar livre do Brasil. "Acho que a Blagnetta chorou só durante uma reunião da direção nacional do PCB, quando Diogenes Arrascaeta Gamaus voltou de uma viagem a Moscou para convencer os comunistas brasileiros (URSS) e contra-atacar o que eram verdadeiras as denúncias contra o regime instado pelo outro partido comunista brasileiro, o PC do B, que estava no poder na União Soviética. Nikita Khrushchev: "Eu sou famoso durante o período o 20º Congresso dos PCs, em 1956. Khrushchev denunciou os crimes: repressão política, assassinatos, falsas acusações e sem o julgamento, abalando toda a estrutura comunista internacional. Clara nasceu no período da direção nacional do PCB, os comunistas a acusação por não ter sido "larga como o bico de um pato" e não ter sido "grande como um pé de milho inteiro, pois ficou pequena que eles tinham o direito de matar porque não eram comunistas". Clara nasceu nos dias em que os comunistas são discriminados de Jorge Amado e Agênia Barreto, que posteriormente nascem de novo período. E também de Blagnetta, que foi forçada a reconhecer a existência de um partido.

O exílio em Cuba
Vivira de Manguella, perseguida e com as diretrizes cristãs canceladas pela última ditadura militar. Clara decidiu que não podia mais continuar no país. Foi para Cuba, onde passou parte da vida e se voltou para a música. Cuba rendeu, conforme relata a musicista, mais pro-

porcos em seu colcho muitas surpresas positivas tanto a da fazenda que conheceu durante uma internação em um hospital, com nove filhos, todos estudantes na União Soviética. Os a do garoto que guera uma delegação por uma cidade rebelde e apostou, com o colcho, os brinquedos que usava dos dois às crianças do Vietnã. Os anais sobre a história que proporciona uma visão geral dos alimentos entre todos habitantes da ilha, que vivia com constantes problemas de escassez.

"Ele [Marighella] era um ser humano muito íntegro, deu a vida pela causa do povo, sempre ajudando as pessoas que estão na luta".

De volta ao Brasil

Clara voltou ao Brasil com a Lei da Anistia, de agosto de 1979, depois de ameaçar denunciar o descomprimen- to da nomeia pelo governo brasileiro, que proibia a liberação de um passaporte no nome dela pelo estatuto do Panamá. Chegou ao país com um salvo-conduto e, para não ser presa, foi auxiliada pelo advogado Hildeu Baretta.

Logo reconhecidos na PT uma expressão da força política dos movimentos sociais na época e os filhos. Encontrou sempre uma empresa de regulamentação como amplificador de biblioteca, começou a fazer palestras e de vinculação à 1ª Secretaria de Mulheres da PT de São Paulo. A pedido das componentes petistas, saiu como deputada federal e conseguiu 10 mil votos. Durante o governo da ex-presidente Lúcia Erundina (1989-1993), fo-

Clara também esteve com chistes à Estado como a chilena Michelle Bachelet quando ainda era Ministra da Defesa, o cubano Fidel Castro, o sul-africano Nelson Mandela, além de ser polêmica de Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele reagiu muito que certa vez foi ao Palácio do Planalto visitar Lula durante o seu primeiro mandato e o ex-presidente, "muito grudent", disse: "Claro, você alguma vez pensou em me ser como presidente?". "Eu naturalmente disse aquilo que sentia: 'Ah, eu penso mais não que nome para a tua eleição. A fim uma galgalhada geral'", ele recorda-se de ter respondido de Lula: "Você está vendo? A Clara só pensa em revolução".

violenta e enco-



Exemplo de vida
Além do colapso econômico atingindo os países, Albertina tem outra coisa preocupando-a: o futuro de seus filhos educando-se em um exemplo de vida. Encontram muitos homens para estudar e até hoje encontram. A diferença é que hoje os estudantes são brasileiros.

Fuiz adequare o programa à realidade dos assentados, tem sido adotada uma metodologia conhecida como Pedagogia

Ainda não há em São Paulo um curso de mestrado para os interessados da reforma agrária. Esta é uma reivindicação dos movimentos sociais. "Se tivesse um mestrado pela Ffz, adequado à realidade dos trabalhadores rurais, eu falaria", afirma Alberto.

CIAP), o Índice de Preço no Rio de Janeiro (IPC-RJ) por meio de uma análise de regressão. O resultado foi de 5,34%, apresentando destaque no último estadual, que prevê um aumento de 5,34%.

Se persistir o ritmo de crescimento da plantação de cana-de-açúcar no estado, há projeções para 2008 de uma área de 330 mil hectares utilizados para a produção (NIZ).

Trabalho doméstico ainda é tarefa feminina

LUTA DA MULHER

A quantidade de horas dedicadas pelo gênero feminino às atividades, por vezes ingratas, de manutenção do lar chega a ser 2,5 vezes maior que a do gênero masculino

Aline Soares
da Redação

AFAZERES DOMÉSTICOS ainda são uma tarefa predominantemente feminina? A pesquisa *Uma mulher, duas vidas* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2011, mostra que sim. As mulheres dedicam, em média, 27,7 horas por semana para afazeres domésticos, enquanto os homens dedicam 11,2 horas semanais. A quantidade de horas dedicadas pelo gênero feminino às atividades domésticas varia muito, dependendo da situação do lar: chega a ser 2,5 vezes maior que a do gênero masculino.

Entre homens e mulheres que trabalham fora, o fôlego de trabalho em casa também permanece desigual. Entre a população ocupada com mais de 16 anos, mulheres dedicam 22,3 horas por semana a tarefas domésticas, enquanto os homens gastam 10,1 horas, o que mostra que ainda persiste na sociedade brasileira uma maior parte da responsabilidade pela manutenção do lar a mulher, apesar de ambos ser dois gêneros ao mercado de trabalho.

O Nordeste foi a região do país que registrou a maior diferença na divisão de trabalho entre gêneros. Além do trabalho fora de casa, os nordestinos gastam 23,7 horas semanais a mais que os homens nordestinos com trabalhos domésticos. No índice geral, que inclui a população ocupada e desocupada, as mulheres dedicam a trabalhar 27,7 horas a mais que os homens na região. Mas por que isso acontece? As mulheres contribuem para esse tipo de relação?

O Nordeste foi a região do país que registrou a maior diferença na divisão de trabalho entre gêneros

A pesquisadora Wilma Ribeiro de Souza (45), casada há 23 anos com Adilson de Souza Dias (43) e mãe de Vianinha (28), Ana Carolina (18) e Jonathan (15), conta que ela e o filho têm as responsabilidades por toda a atividade doméstica — lavagem, limpeza, compras, afazeres cotidianos. “Era assim: eu e o filho tínhamos que fazer o jantar, lavar a roupa, fazer o café da manhã, tudo isso”, afirma.

Há quatro anos o filho de tarefas domésticas mudou de casa. Hoje na sua casa vivem os filhos cooperativos. “Ele mudou de casa porque ele queria fazer o jantar, lavar a roupa, fazer o café da manhã, tudo isso”, afirma. Hoje na sua casa vivem os filhos cooperativos. “Ele mudou de casa porque ele queria fazer o jantar, lavar a roupa, fazer o café da manhã, tudo isso”, afirma. Hoje na sua casa vivem os filhos cooperativos. “Ele mudou de casa porque ele queria fazer o jantar, lavar a roupa, fazer o café da manhã, tudo isso”, afirma.

No início, segundo ela, foi difícil os homens aceitarem a divisão. “Eles achavam ruim. Na verdade, eles não queriam fazer o jantar, lavar a roupa, fazer o café da manhã, tudo isso”, afirma. Hoje na sua casa vivem os filhos cooperativos. “Ele mudou de casa porque ele queria fazer o jantar, lavar a roupa, fazer o café da manhã, tudo isso”, afirma.

“Hoje na minha casa vivemos de forma cooperativa. Todo mundo faz alguma atividade doméstica”

Cultura machista

A ideia de que os homens não se preparam para trabalhar de família e que as mulheres são as responsáveis por manter o lar persiste há séculos na sociedade brasileira e a nível mundial. Isso

Média de horas semanais gastas com atividades domésticas*



*Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2011.

Visão comparativa dos níveis de violência existentes no país



Fonte: Mapa de Violência 2012, Associação de Mulheres

Mulheres assassinadas no Brasil de 1990 a 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2011.

tipo cultura social faz com que exista sobre as mulheres o chamado trabalho de cuidado. Na família, é comum que a mulher seja a responsável pelo cuidado das crianças, dos idosos e de um ente doente. Muitas dizem de trabalhar fora de casa para sustentar esse tipo de trabalho, mas não conseguem se afastar da casa.

“Existe uma construção social de relação de gênero que molda que a tarefa natural das mulheres é prover seus cuidados. E isso é reforçado o tempo todo pelos meios de comunicação, de que as mulheres nascem para cuidar, que têm mais jeito com os filhos”, explica Maria Fernanda Marinho, integrante do Movimento Organização Feminista (MOF). Maria Fernanda Marinho, integrante do Movimento Organização Feminista (MOF), explica que há parte da Secretaria Executiva de Mulheres (SEMEX) do Ministério da Mulher, da Criança e do Trabalho (MCTC). “Mas isso é uma construção social, pois as mulheres e os homens são educados de formas diferentes e vão, ao longo da vida, sendo influenciados para ocupar papéis diferenciados”, complementa.

É fácil observar a perpetuação do modelo. Nas propagandas de produtos de limpeza, por exemplo, quase não se vê mulheres. Já quando se vê mulheres, elas não são mostradas em posições de liderança ou de autoridade. “Não vejo propaganda de cabelo em posição de liderança ou de autoridade”, afirma Maria Fernanda.

A pesquisadora Wilma Ribeiro de Souza diz ter sido discriminada por trabalhar fora. Nas propagandas de produtos de limpeza, por exemplo, quase não se vê mulheres. Já quando se vê mulheres, elas não são mostradas em posições de liderança ou de autoridade. “Não vejo propaganda de cabelo em posição de liderança ou de autoridade”, afirma Maria Fernanda.

Mulheres querem direitos iguais

A divisão desigual do trabalho doméstico e fora de casa das mulheres de hoje não se deve apenas à cultura de gênero. O que ocorre são mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e educacionais. A mulher hoje é mais escolarizada e mais qualificada para o mercado de trabalho. Ela também é mais consciente de seus direitos e mais organizada. Ela também é mais consciente de seus direitos e mais organizada. Ela também é mais consciente de seus direitos e mais organizada.

A divisão desigual do trabalho doméstico é uma das bandeiras de luta não só de brasileiras, como de mulheres de todo o mundo

Na tarde do dia 8, milhares de pessoas se reuniram em frente ao Palácio do Planalto para protestar contra a divisão desigual do trabalho doméstico e fora de casa das mulheres. O protesto foi organizado por diversas organizações feministas e teve como objetivo chamar a atenção para a luta das mulheres por direitos iguais.

O dia 8 de março é historicamente conhecido como o Dia da Mulher. Neste dia, as mulheres de todo o mundo se reúnem para celebrar suas conquistas e lutar por seus direitos. O Dia da Mulher é uma data importante para as mulheres de todo o mundo e é uma oportunidade para elas se organizarem e lutarem por seus direitos.

espaço sindical

da Redação

Mais metalúrgicas

O número de mulheres na categoria metalúrgica dobrou nos últimos 10 anos. A participação feminina representa cerca de 197 mil trabalhadoras em 2012 e chegou a 442 mil em 2013, um crescimento de 22,8%. A informação é da Associação Nacional das Metalúrgicas do Brasil (ANMB) e conta de uma pesquisa realizada sobre o perfil das mulheres metalúrgicas brasileiras. Entretanto, há ainda uma grande diferença entre o que se paga aos homens e as mulheres em suas metalúrgicas. Entre 2010 e 2011 (último dado disponível), a remuneração média das mulheres era 27,9% menor do que a dos homens. Em 2011, a diferença entre as remunerações ajustadas por experiência, estágio, etc., chegou a 28,3%.

Contag elege diretoria e aprova paridade de gênero. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) elegeu sua nova diretoria no dia 8, último dia de 19 congressos que reuniu, em Brasília, mais de 2 mil trabalhadores rurais de todas as regiões do Brasil. A eleição aconteceu no cargo o atual presidente Alberto Rossi para um novo mandato de quatro anos e tempo de substituir, que chegou a 19 Federações e mais de 4 mil sindicatos rurais. O evento, cujo tema foi Trabalho e Qualidade de Vida no Campo, contou com a presença de Contag e teve a participação da presidente Dilma Rousseff.

Temporários serão efetivados na Mercedes de São Bernardo

No próximo dia 19 de abril, 464 trabalhadores que tinham contrato por prazo determinado na Mercedes de São Bernardo do Campo serão efetivados. Os trabalhadores beneficiados entram no grupo de 1.200 que tiveram os contratos prorrogados no ano passado (ap-07). Ficando a cargo da empresa de carros, que chegou a 19 Federações e mais de 4 mil sindicatos rurais. O evento, cujo tema foi Trabalho e Qualidade de Vida no Campo, contou com a presença de Contag e teve a participação da presidente Dilma Rousseff.

Pedidos reivindicam 5% de aumento real

A campanha salarial dos trabalhadores da construção civil de São Paulo, que tem data-base em 1º de maio, já começou. O Sindicato da categoria (Sinteccon-SP) entregou a entidade patronal uma pauta de reivindicações, que prevê aumento real de 5%, corte salarial de R\$ 100,00 para compensar os aumentos e seguro de vida no valor de R\$ 75 mil, entre outros itens. O presidente do Sindicato, Roberto de Souza, afirmou que a entidade quer passar a negociação pelo diálogo, mas já está mobilizando os trabalhadores para enfrentar qualquer ataque.

Tribunal Superior do Trabalho tem novo presidente

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) teve novo presidente para o primeiro trimestre. O ministro Carlos Roberto Gonçalves de Paula, que é o primeiro negro a ocupar o cargo de presidente do TST em 1998. Segundo informações do tribunal, o novo presidente é defensor da conciliação para solução dos conflitos trabalhistas e dá prioridade à conciliação do Processo Administrativo Trabalhista — sistema administrativo que permite resolver as disputas dos processos.

Ex-trabalhadores aceitam acordo com Shell e Baf

Os ex-trabalhadores da fábrica da Shell de Paulínia (SP), posteriormente comprada pela Baf, aceitaram no dia 8 o acordo proposto pela Baf, que garante tratamento médico e indenização por danos morais e materiais decorrentes de contaminação com substâncias químicas. A antiga fábrica, produtora de agrotóxicos, ficou em atividade entre 1974 e 2001, contaminando o solo e as águas com produtos químicos compostos por substâncias cancerígenas. No total, 1.400 pessoas, entre ex-trabalhadores e seus dependentes, processam as empresas por danos físicos e materiais sofridos. Cada trabalhador receberá 70% do valor estipulado em sentença judicial, acrescido de juros e correção monetária, podendo chegar a R\$ 100 mil. Por danos morais e materiais, as empresas deverão pagar indenização de R\$ 100 mil.

Casa de parto, alternativa humanizada

SAÚDE Em São Paulo a Casa do Parto de Sapopemba – única mantida pelo SUS – é um destes lugares exclusivos à realização de partos naturais e humanizados sem intervenções médicas desnecessárias

Mayra Castro de São Paulo (SP)

O PARTO NORMAL é o melhor caminho para a mãe e o bebê do que uma cesárea, recomendada só quando há complicações. Essa é a posição do Ministério da Saúde. No entanto, a Brasil é o país campeão em realização de cesáreas no mundo.

Dados da Organização Mundial da Saúde recomendam que apenas 15% dos partos sejam realizados por cesárea. Mas, no país, esse percentual chega a quase 50%, e em cidades como São Paulo, o percentual supera os 60%, entre as classes mais altas.

A desvalorização da saúde pública e a desvalorização das respostas por esse quadro. A mulher desce de set a protagonista do parto, sendo pouco encorajada a enfrentar todo o processo natural, para o qual ela está fisicamente preparada. O parto de uma gestante de baixo risco pode ser encarado como algo natural como a própria concepção.

A mulher deixa de ser a protagonista do parto, sendo pouco encorajada a enfrentar todo o processo natural

Cultura do medo

No entanto, a cultura do medo da dor e do mal estar levanta da cultura um tipo de medo. É possível a gestante lidar com a dor e o medo. Como explica Érica de Paula, gestante e co-produtora do documentário *Parto*:



Faculdade de Casa do Parto de Sapopemba

cimento do Parto, "a assistência obstétrica brasileira, extremamente tecnocrática e intervencionista, tira das mulheres a oportunidade de viverem o parto e o nascimento como um evento único, sagrado e transformador".

Para se contrapor a essa concepção, choca-se sobre temas parte humanizada, que Ana Cristina Duarte, parteira e integrante do Grupo de Apoio à Maternidade Ativa (Gama), define como "aquele que o parto não é focado basicamente nas necessidades da mãe e do bebê, mas o que de evidências científicas e em procedimentos de rotina, se os necessários, quando necessários".

A falta de opção ao parto humanizado, sem intervenções desnecessárias que incomodam a mulher no papel de protagonista, respeitando seu tempo e o do bebê e cada vez menor. Os relatos sobre a violência obstétrica no Brasil são frequentes por desvalorizar um sistema violento que desvaloriza o parto e transforma o parto das mulheres em mercadorias.

Mais humanizado

É mais restrito aos médicos e hospitais que o trabalho de parto dura o tempo possível, para que sejam realizados o maior número de partos, sem qualidade de um atendimento humanizado e depois do nascimento.

Segundo Érica de Paula, a cesariana permite mais controle da agenda e exige menos do profissional. "O hospital também lida com mais com um processo cirúrgico complexo e com as possíveis intercorrências relacionadas à cesariana do que com um parto natural", afirma.

"O hospital também lida muito mais com um processo cirúrgico complexo e com as possíveis intercorrências relacionadas à cesariana do que com um parto natural"

Alternativa

Como alternativa a esse sistema foram criadas, no final dos anos de 1990, as Casas do Parto. Lugares exclusivos à realização de partos naturais e humanizados sem intervenções médicas desnecessárias, que colocam as mulheres como protagonistas do processo.

Dessa forma não há a necessidade da presença de médicos, já que o parto é realizado com a ajuda natural e fisiológico. Em São Paulo a Casa do Parto de Sapopemba é a única mantida pelo SUS.

na União do Saúde (USU). As Casas trabalham em parceria com os hospitais e só ocorrem a intervenção em casos de intercorrências graves, segundo a professora do curso de obstetrícia da Universidade de São Paulo e fundadora da Casa do Parto de Sapopemba, Rêta Ritzdorf Ojima, essas instituições foram fundadas em resposta à uma resistência nos hospitais públicos, em especial os hospitais universitários a aderir ao atendimento baseado pelo modelo atual de parto.

Rêta Ritzdorf Ojima, ainda lembra que os procedimentos cirúrgicos não acontecem, mas que a opção deve ser dada à mãe a todo o momento e que seja ela sempre a decidir como será seu parto.

Experiência

Leila Lima, estudante, teve seu parto na Casa. Ela conta que durante todo o processo foi incentivada a fazer a cesárea, quase sem opção de escolha. Depois de duas experiências ruins por conta própria, mudou-se para a Casa do Parto de Sapopemba e o parto humanizado. Optou por esse tipo de procedimento.

"Tempos atrás sobre qual era o procedimento que um hospital particular teria com um parto normal, disseram que um parto normal, não é necessariamente um parto natural, pois eles (médicos e enfermeiros) atuam de todas as maneiras possíveis. O parto se torna só mais um procedimento cirúrgico sob o domínio do médico".

Sobre o atendimento na casa de parto, ela conta: "Foi dos mais acolhedores possíveis. Uma palestra que deu uma ótima experiência, com exceção, a amor. É um espaço acolhedor e especial".

Proibição

A proibição por parte do Conselho Regional de Medicina de São Paulo para que os médicos não trabalhassem nesse tipo de assistência criou uma desconfiança no modelo das casas de parto. Isso dificultou a divulgação da Casa de Sapopemba, que trabalha hoje acima da sua capacidade.

Há nesse momento a necessidade de se colocar em pauta o projeto apresentado pela Vereadora do PT em São Paulo Juliana Cardoso para a liberação de fundos para a construção e manutenção de novas Casas do Parto na cidade.

VIOLÊNCIA

Proibição de vans na zona sul do Rio piora segurança das mulheres

RIO DE JANEIRO Sem transporte complementar, trabalhadoras do Rio ficam ainda mais vulneráveis à espera de ônibus que não circulam 24 horas, em ruas precariamente iluminadas

Vivian Virasimo de Rio de Janeiro (RJ)

ALÉM DE NÃO resolver o problema das estufas, a proibição da circulação de vans na zona sul do Rio de Janeiro (RJ) é uma medida que afeta a segurança das mulheres. Esta é a opinião da deputada Eleonora Aguiar da Silva, da Casa da Mulher Trabalhadora (CMT).

Segundo a deputada, essa foi a única medida tomada pelo governador Sérgio Cabral (PMDB) diante dos recentes casos de estupro. "Se a proibição de vans resolve o problema, agora teríamos que proibir os metrô-ônibus", argumenta Eleonora.

"Os ônibus circulam somente em certos lugares e, para piorar a situação, a iluminação fica cada vez mais precarizada"

Elas se refere aos três casos que ocorreram nos últimos meses. O primeiro aconteceu no dia 30 de março, quando uma mulher dos Estados Unidos, de 23 anos, foi atacada por três homens em uma rua que passava por Copacabana. Ela foi estuprada três vezes.

Dois outros casos de 1 de maio em um metrô-ônibus da linha 300 (Bom Jardim da Carioca) que transitava na Aven-



Mulher espera por ônibus em ponto na cidade do Rio de Janeiro

497
multilinha desvalorizada transporta em março de 2013

ida Brasil. A mulher de 30 anos foi violentada em plena luz do dia, às 15h30 de uma sexta-feira. Em outro caso, em 15 de maio de 2012, uma mulher de 23 anos foi estuprada por três homens de uma estação de metrô-ônibus da linha 300 (Bom Jardim) na Rua Jordão Botelho.

Segundo o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), só em março 407 mulheres denunciaram estupro no estado. De janeiro a março de 2013, as estatísticas apontam 1.500 ce-

nos. Em 2012, 10 foram estupradas por dois. Além de violações em ônibus e vans, as denúncias contra o metrô-ônibus 497, acusado de ser estufa, também aumentam o clima de insegurança.

Medidas estruturais

"Se realmente quisermos acabar a violência contra as mulheres, a primeira medida tem que ser estrutural, com investimento em iluminação, segurança e transporte público de qualidade", argumenta Eleonora. Sem regularizar o transporte complementar em toda a cidade, a vida das trabalhadoras fica ainda mais difícil.

Segundo ela, as mulheres que se deslocam para o trabalho no metrô da manhã, às 6h, e aquelas que retornam só depois das 22h, são as mulheres mais vulneráveis para serem estupradas.

"Os ônibus circulam somente em certos lugares e, para piorar a situação,

as locais mais afastadas do centro a iluminação fica cada vez mais precarizada", denuncia Eleonora.

A Coordenação Especial de Transporte Complementar afirma que circulam pela cidade 6 mil vans e a maioria não possui permissão.

Vagões femininos, solução superficial

Outro caso de estupro ocorrido em um banheiro da estação do metrô da Central do Brasil também revela que as mulheres não estão seguras nem mesmo neste local iluminado. No dia 4 de janeiro, uma mulher de 30 anos foi atacada no banheiro feminino para funcionários.

O crime ocorreu mesmo com policiais militares que fazem a segurança do Metrô Rio. Acidentes e constrangimentos são comuns nestes espaços, lembra Eleonora. "As mulheres gritam e chegam a abandonar o trem e o metrô em função do assédio".

Para ela, a política de reservar um vagão feminino só protege as mulheres do assédio e resolve superficialmente o problema.

"Em primeiro lugar, o grande número de trabalhadoras não cobrem nem só um vagão. Em segundo, colocar as mulheres em um lugar para afastar os homens apenas dá o direito a elas de fazerem o que quiserem nos vagões coletivos e em outros espaços", explica. (VV)

PSC), que concorreu às eleições para a prefeitura de Porto Alegre em 2007, tomou um caminho diferente, não foi mais o mesmo. Ele não se candidatou mais depois. Marcos Feliciano (PSC/PV) previu um "novo dia em que criticaria a postura da deputada em defesa dos direitos de imigrantes, como os gays". "Quando isso ocorrer, os militantes que permanecerem na luta contra ele serão dispersos em nome da Comissão de Direitos Humanos da Câmara nem sequer o reconhecerá. O governador do Rio Grande do Sul já reconheceu o lado positivo e que agora resta é questionar a postura da deputada", afirmou Feliciano. O deputado também afirmou que a comissão de direitos de imigrantes do Congresso não tem a autoridade para que se garanta o respeito à luta contra eles no debate político, apenas a destruição. (F2)

8 de 1º a 7 de agosto de 2013

brasil

BRASIL DE FATO



Manifestação em Copacabana contra o Estatuto do Naascitur, que proíbe o aborto em caso de estupro

Em nome do pai, em nome do filho

DIREITO

Projetos que discutem o aborto em tramitação no Legislativo não levam em consideração uma peça importante: a mulher

Viviane Tavares
do Rio de Janeiro (RJ)

O ABORTO É A QUINTA CAUSA DE MORTE MATERNA no Brasil, de acordo com o Conselho Federal de Medicina (CFM). O Mapa da Violência Contra a Mulher, publicado em maio passado, que o estupro é terceiro entre as violências sofridas pela mulher, perdendo apenas para a fúria e perseguição, respectivamente.

Os dados mostram a urgência da discussão de aborto no país. Não à toa, tramitam diversos projetos sobre o assunto nos dois níveis de governo. Por isso, de suas bancas, bem oportuno ao site dos dois casos com o palavra "aborto" e "estupro" aparecem cerca de oito mil projetos nos dois níveis de governo.

Dentre estes, há um destacado em discussões parlamentares e da sociedade nos últimos tempos. O primeiro, que já se encontra em estágio presidencial e o PL 01/2012 - que prevê o aborto em caso de estupro e a integridade de pessoas vítimas de violência sexual -; o outro é o PL 491/2007 - que prevê um Estatuto do Naascitur e cria um projeto específico, que inclui assistência financeira à mãe estuproada, criminaliza o aborto, entre outros.

"O aborto está sendo criminalizado dentro de um cenário em que uma em cada cinco mulheres até os 40 anos já fez um aborto"

No projeto, que depende da sanção presidencial, um dos pontos polêmicos é a expressão "proibição da gravidez", que permite que a vítima de estupro possa fazer a interrupção da gravidez, permitindo ao Brasil a distribuição pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e a oferta em farmácias de todo o país, que a maioria política é o início que garante a "libertação de informação para vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços de assistência disponíveis".

O pedido de veto foi realizado por representantes de entidades como a Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), Federação Espírita do Brasil, Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política, Movimento Nacional da Cidadania pela Vida - Brasil sem Aborto, Associação Nacional da Cidadania pela Vida e Confederação Nacional das Entidades de Família sem Matrimônio (CBBM), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CNCI) e a representante do Ministério da Saúde durante uma reunião na última semana. Pelo trânsito do projeto,

a presidente Dilma Rousseff deve dar seu parecer até o dia 1º de agosto.

Foi a coordenadora do grupo Católico pelo Direito de Decidir, Sociologia Talib, há uma má interpretação do grupo que está se colocando contra. Para ela, não há apenas uma lei, mas que há a prática desde o decreto que instituiu o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, mas a defesa pelo aborto em caso de estupro foi publicada em 2009, quando o João Serra era ministro da Saúde, e renouada em 2010.

"A prática do aborto em caso de estupro não é de agora e o termo 'proibição da gravidez' que não tem sido adotado, já é uma norma técnica que regula a distribuição da pílula do dia seguinte. A proibição se refere a isso, assim como indica também uma relação à DST, mas algumas pessoas têm interpretado que se se é uma substituição para permitir a interrupção da gravidez em qualquer momento".

Atualmente, de acordo com o Código Penal, há três formas desumanizadas de realização do aborto: em caso de estupro, risco de morte à mãe e caso o naascitur apresente graves e irreversíveis anomalias físicas ou mentais.

Para Débora Diniz, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), esta discussão não é mal intencionada e como entre eles.

"O debate do aborto deve ser feito sobre uma visão de saúde pública e assegurar a mulher que não está satisfeita com este modelo de assistência à saúde e pelo que se define o que é direito social em saúde. O aborto está sendo criminalizado dentro de um cenário em que uma em cada cinco mulheres até os 40 anos já fez um aborto. Estamos falando de um conjunto de mulheres que têm suas necessidades de saúde não satisfeitas e precisam olhar para elas e cuidar", afirma Diniz.

O Estatuto do Naascitur ainda é mais grave em relação às preocupações de Diniz. O projeto de lei, entre outros pontos, proíbe o aborto em caso de estupro, da gravidez perdida ou naascitur, prevê a paternidade do estuprodo - dando direitos de ser reconhecido na certidão de nascimento, além de exigir, como pai, que ele pague pensão até os 18 anos - proibir estudos em outras áreas, e criminaliza manifestações e informações a favor do aborto, podendo ser penalizado criminalmente.

Débora Diniz chama a atenção para o que o projeto propõe. "É preciso dar os direitos legais ao que esse projeto exige: não apenas ao naascitur, da um estatuto de crianças do colégio médio, faveladas, obriga a mulher a se relacionar com os possíveis violadores da sua vida, e, talvez, da sua própria história. Isso me parece que pode ser a mais séria estratégia de silenciamento do estupro familiar. Essa mulher, que vai ser obrigada a conviver com o estupro, ela pode ser capaz de não denunciar ou se para a 'degradada', afirma Diniz.

O Estatuto está em tramitação na Câmara dos Deputados. O Projeto já passou pela Comissão de Seguridade Social e Família (CDSF) e se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e depois seguiu para o plenário. Já o presidente da Comissão de Direitos Humanos, pastor Marco Falcão (PSC-SP), pediu para que o projeto passe por sua comissão.

"O tema do Estatuto do Naascitur é de competência da Comissão de Direitos Humanos. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do naascitur", argumenta o pastor em seu pedido ao presidente da Câmara Eduardo Amorim Falcão. É uma das vezes que pedem o veto parcial do PL 01/2012, que está esperando sanção presidencial.

O caso do Uruguai é emblemático

Após a legalização do aborto, o país não registrou nenhum caso de morte de mulher que abortou

A vontade (e o direito) da mulher

Após a legalização do aborto, o país não registrou nenhum caso de morte de mulher que abortou. O subsecretário do Ministério da Saúde Pública do Uruguai, Leonel Bissani, argumenta que no período de dezembro de 2012 a maio de 2013 foram realizados 2.500 abortos legais, sendo um dos países com as menores taxas de aborto do mundo, segundo a OMS, o país adotou campanhas educativas sobre o tema.

Rousselle Talib defende uma estratégia de dar autonomia à mulher no sentido de seu exercício da sexualidade.

"A gente aposta o direito das mulheres decidirem, de acordo com a sua consciência e apoiada na sua fé religiosa, incluindo o que é o ideal para a vida dela. No caso de uma gravidez resultante de uma violência sexual, exigir que esta mulher queira essa criança por nove meses e, depois, se ela não se sentir confortável, entregar a criança para adoção é pensar a maternidade como um processo biológico apenas, o que não é real. Exigir da mulher um sacrifício, é claro que tem que ter condições para que possa fazer isso, também tem que ter as melhores condições para esta decisão", explica.

Débora Diniz é mais dura e fala que o Estatuto não reconhece os direitos da mulher no decurso do seu corpo e da sua vida. "Este projeto ignora a existência da mulher, que é uma mulher que está em sofrimento porque ela acabou de sofrer uma violência, e não lembrar que uma pessoa importante de violência aconteceu com ela - violência e violência - e dentro de casa, portanto, absolutamente fragilizada e vulnerabilizada".

E ainda completa: "Reduzir o sofrimento da mulher por abstenção frustrada e a sua realidade. Quando a mulher decide abortar não é, em sua maioria, carência material, mas uma decisão da mulher tomando para a sua vida, sua sexualidade e liberdade. O projeto parte para um silenciamento da mulher", afirma apontado o caso do PL 01/2012 apontado ao Estatuto do Naascitur, que prevê que o poder executivo possa imediatamente penalizar a mãe da criança nascida de gravidez decorrente de estupro até que complete 21 anos de idade.

Conflito de garantias

O Brasil é um país laico. Mas, e que preceito pesquisadores e militantes da

área e que a doutrina do aborto tem se postado no campo da religião.

A grande questão vem com bastante restrição o papel da liberdade religiosa, a sua crença e as decisões tomadas devido a esta crença não de bom senso, ela não deve passar a lei. Se eu não sei o direito do aborto, não vou fazer isso por minha vida, mas não posso impedir que outras pessoas coloquem em risco a própria vida, transformando o aborto em um problema de saúde pública, assim como tivemos recentemente a "vara gay", afirma Rousselle. Ela acrescenta: "Você considerar que é possível poder posar e negar a sua vida, mas não pode posar a vida de todos as pessoas, que, inclusive, não têm a mesma crença que você. E aterrorizar de respeito à liberdade que tem e respeito a todas as religiões. E não podemos ver o que tem acontecido agora, estamos falando de índices significativos de violência, o Estado tem uma responsabilidade a guarda do abastecimento", afirma a coordenadora do Católico pelo Direito de Decidir.

No próprio projeto há outras inconsistências. A proposta original de Estatuto do Naascitur prevê qualquer tipo de aborto no Brasil. Um dos substitutos que pode ou não ser votado tem um artigo que garante a manutenção do artigo do código penal, mas ao mesmo tempo estabelece que os pais não podem causar nenhuma dano ao naascitur. "Essa inconsistência o aborto e pensamos em considerar, por exemplo", afirma.

"Isso é restrição de liberdade de informação e de expressão. Qualquer informação em saúde não pode vir com restrições religiosas"

Também vedado um princípio constitucional, que é o direito à informação, o Estatuto prevê um artigo 12, IV, e o 1º defende de seis meses a um ano após o parto que o pai ou a mãe não podem causar nenhuma dano ao naascitur, mas não há nenhuma restrição sobre o tema, ou por quem causar publicamente que praticou o aborto.

Uma restrição da liberdade de informação e de expressão. Qualquer informação em saúde não pode vir com restrições religiosas. Deixa ter acesso das mulheres métodos de planejar a sua sexualidade, não podem ficar sujeitos a isso por conta de determinações religiosas", afirma Débora Diniz.

Além disso, Débora Diniz também a questão das políticas de localização com priorização expostas no projeto: "A proteção e priorização desta criança sempre com os direitos das crianças que estão na fila de espera de adoção. Você tem um ponto de partida que ignora as mulheres, um ponto no nome do código que ignora o universo do debate da adoção, do que significa uma luta nacional de adoção, além da política de transferência de renda por meio da 'bolsa estufa', até o 1º ano da criança. Se não queremos realmente proteger a saúde reprodutiva da mulher, todas as mulheres de idade reprodutiva, que precisam engravidar e procriar, devem ter acesso à política de transferência de renda", afirma (Fórum Nacional de Saúde Joaquim Vendrame (EPFL/Florianópolis)).

Brasil sedia encontro pela primeira vez

ORGANIZAÇÃO Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres quer fortalecer a agenda feminista

Patrícia Benvenuto
da Redação

O BRASIL, SEGUNDA, pela primeira vez, o Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (IMMM). Com o nome "Feminismo em marcha para mudar o mundo", a 10ª edição do evento ocorrerá entre 25 e 31 de agosto em São Paulo, no Memorial da América Latina.

Cerca de 1,5 mil ativistas de 40 países e 10 estados brasileiros participarão do encontro, que terá como pauta o combate ao machismo, a autonomia sobre o corpo e a questão dos territórios, dentre outros temas.

Além de debates, oficinas e atividades culturais, as mulheres promoverão uma mobilização pelas ruas da capital paulista em 25 de agosto, que deverá contar com o sul feminista.

O evento também será o pontapé inicial da quarta grande ação internacional do movimento, que será realizada em 2015.

Fortalecer

O 9º Encontro Internacional da IMMM terá diferentes momentos e objetivos. Um deles é a escolha do novo secretário da Marcha, que está no Brasil desde 2000 e passará para outro país. O evento também será um espaço de intercâmbio entre as experiências da luta feminista em vários países.

A ideia central, segundo a integrante da coordenação nacional da Marcha, Conceição Duarte, é consolidar o movimento feminista, dando continuidade à agenda das mulheres que está em curso no Brasil e em outros países.

"Vamos fortalecer, com esse encontro, a ideia de que os movimentos de luta das mulheres se aprofundam e se transformam a vida das mulheres", diz.

O evento também será o pontapé inicial da quarta grande ação internacional do movimento, que será realizada em 2015.

Origem

A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres partiu de uma manifestação realizada em 1990, em Quebec, Canadá, quando 600 mulheres marcharam 100 quilômetros, pedindo, simultaneamente, Pão e Rosas. A ação marcou a retomada das mobilizações das mulheres das ruas e significou também uma crítica ao sistema capitalista.

Cinco anos depois, surgiu a Marcha Mundial das Mulheres, que realizou em 2000, em primeira grande ação internacional, reunindo mulheres de 150 países em uma campanha contra a pobreza e a violência. As ações foram iniciadas em 11 de março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 11 de outubro, coincidindo com o Dia da Juventude. O evento marcou o início de uma campanha contra a violência contra a mulher.

No Peru, só em 2013 foram registrados quatro casos de estupro coletivo – uma das vítimas é portadora de deficiência física e mental.

Um dos pontos da IMMM, para Conceição Duarte, foi recuperar a ideia de mobilização no movimento feminista. Durante a década de 1990, muitas das mobilizações foram isoladas, ficando restritas às reuniões da Organização das Nações Unidas e a manifestações internacionais. Para as integrantes da Marcha, no entanto, é essencial se unir e levar a discussão para as ruas.

"Queremos, cada vez mais, fortalecer uma agenda que o feminismo seja um movimento verdadeiramente de massas, que contemple mobilizações multilínguas para transformar o mundo e a vida das mulheres", afirma.

A realização dos Fóruns Sociais Mundiais contribuiu para a internacionalização do movimento, que hoje está presente em quase 70 países de todos os continentes. Além do ano em 2000, duas outras grandes ações ocorreram em 2005 e 2010. Esta última, no Brasil, foi marcada por uma caminhada entre as cidades de Campinas e São Paulo entre 0 e 11 de março, com presença de mais de 3 mil participantes.

O outro modelo

Desse o princípio da Marcha, então a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base para a repressão do sistema capitalista patriarcal. O



Mulheres em marcha em 2010



movimento é de que as desigualdades de gênero só serão efetivamente superadas com o adoção do novo modelo de desenvolvimento. Por isso, a integrante da Marcha Mundial das Mulheres Tica Moraes, é preciso conduzir a mobilização feminista para além da reivindicação de políticas públicas em nível institucional.

"Para conseguir igualdade, autonomia e liberdade para todas as mulheres não basta conquistar algumas leis. Tem



que tem capacidade para alterar a correlação de forças e transformar as relações sociais de opressão entre os homens e as mulheres e as relações anti-capitalistas", garante.

Neste sentido, aponta Tica, está a importância da aliança com movimentos sociais mistos, como o Movimento

to dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores e diversas outras organizações. Além de pensar nas estratégias comuns de mobilização, as articulações possibilitam incorporar o feminismo dentro de cada movimento.

"Não é só ignorar uma agenda geral e depois lembrar das mulheres", explica Tica. "O conjunto dos movimentos sociais que estão em luta para transformar a sociedade precisam incorporar a igualdade entre homens e mulheres como um princípio", completa.

Violência

Desse o avanço do movimento feminista no mundo, para Conceição Duarte, está a auto-organização permanente das mulheres e a conquista de autonomia em alguns setores, como no trabalho e na educação. Entretanto, via mulheres que os avanços não se estendem a todas. Quando se fala justamente as mulheres mais pobres.

"Têm muitas mulheres que ainda sofrem violência e que ainda não conseguem ter uma relação de igualdade. Uma pequena parte das mulheres consegue ter avanços", diz.

A violência é um dos aspectos que mais preocupa. De acordo com um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de um terço de todas as mulheres do mundo é vítima de violência física ou sexual. No Brasil, para a realidade, representam um problema de saúde global com proporções epidêmicas.

No caso do Brasil, a aprovação da Lei Maria da Penha, há sete anos, é considerada uma conquista importante do movimento feminista na luta contra a violência doméstica. Entretanto, segundo Tica Moraes, os agressores continuam cometendo em locais públicos as mesmas práticas e ser enfrentadas. Segundo dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, estima-se que, a cada 20 segundos, uma mulher é estuprada no Brasil. Outra estatística, esta do Ministério da Saúde, indica que de 2000 a 2012, os estupro notificados cresceram 15%.

Os estupro coletivo também são uma preocupação. No Peru, só em 2013 foram registrados quatro casos de estupro coletivo – uma das vítimas é portadora de deficiência física e mental. Também neste ano, no Rio de Janeiro, uma turista estadunidense foi violentada sexualmente oito vezes durante o assalto a uma rua. Os mesmos números foram alcançados por dois outros casos semelhantes.

Outro episódio que ganhou repercussão ocorreu em 2012, com o estupro de cinco mulheres durante uma festa de aniversário em Quindim, no estado pernambuco. Os estupro, que resultaram em duas mortes, servem na "prelúdio" para o movimento.

Além de fim da violência contra as mulheres, Conceição elenca como desafios a serem superados o fim da mercantilização do corpo e da exploração da beleza para as mulheres, problemas que afetam diretamente as brasileiras. Outro, diz, importante, de acordo com ela, é a desmercantilização e legalização do aborto, quando que guarda outros obstáculos.

"Temos uma sociedade conservadora, que utiliza o argumento religioso para fortalecer os seus argumentos tradicionalistas, conservadores e de direita", ressalta.

Mobilização e solidariedade

Programação do Encontro resgata ações da MMM

da Redação

Diversas atividades farão parte do 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (IMMM), que será realizado entre 25 e 31 de agosto em São Paulo. Debates, rodas de conversa, conferências, oficinas e atividades culturais estão previstas para ocorrer no Memorial da América Latina, que concentrará a maior parte da programação.

Um dos destaques será a Mostra de Economia Solidária e Feminista, que pretende não apenas dar visibilidade às mulheres como ativas da economia, mas também contribuir para a criação de alternativas concretas frente ao atual modelo econômico.

Outro destaque será a Tenda da Solidariedade, que manterá uma exposição permanente com as atividades de solidariedade realizadas pelo Viança e demais

"Somos Todas Apodi"

O espaço também abrigará rodas de conversa com militantes de vários países. A tenda recebeu o nome "Somos Todas Apodi", em referência a uma ação da IMMM realizada em dezembro do ano passado.

O 9º Encontro da IMMM

se encerrará com uma mobilização em 31 de agosto nas ruas de São Paulo, que espera reunir dez mil mulheres

As comunidades da Chapada de Apodi, no Rio Grande do Norte, estão mobilizadas contra o projeto Fim do Trabalho Imposto, impulsionado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

O empreendimento prevê a retirada das terras da chapada de Apodi e as águas das barragens de Santa Cruz, que

tem capacidade de armazenar 600 milhões de metros cúbicos, a maior grande empresa da infraestrutura irrigada. Se for levado adiante, o projeto acarretará a expulsão de 6 mil camponeses de suas terras.

Exposição

A trajetória da Marcha Mundial das Mulheres será o destaque da exposição "Feminismo em marcha", que ficará na Galeria Olinda, ao centro da capital paulista, entre 25 de agosto e 30 de setembro. O local receberá projeções, fotografias e materiais históricos, que apresentarão as principais ações e lutas abordadas pelo movimento em mais de 40 países.

O 9º Encontro da IMMM se encerrará com uma mobilização em 31 de agosto nas ruas de São Paulo, que espera reunir 10 mil mulheres.

A concentração será no Museu de Arte de São Paulo (MASP), na Avenida Paulista e, de lá, as mulheres seguirão até a Praça da República, no centro, onde haverá um show-show cultural (com dança). A cobertura do evento poderá ser acompanhada no blog da Marcha, <http://marchamulheres.org.br> (P0)

Fátima Pacheco Varela é socióloga especialista em pesquisas de opinião e consultora do Instituto Pereira Cabral em Londrina e a população.

Iliaz Capot is a documentary filmmaker, director, producer, and actor. His first film, *The Legend of Aoud*,

Mães e profissionais relatam a desumanização do parto

CASAS DE PARTO

**Práticas vão na
contramão do
parto mecanizado e
industrializado dos
hospitais**

Sigone-Freire
da Rocha

SALAS FRIAS, presença de pessoas atropadas, falta de liberdade de decidir sobre o corpo, medo, desamor, além de maquiagem excessiva e rubicão. Estas são características da maioria dos parques esportivos no Brasil, entre eles, o de Danilo Ribeiro Marcondes, de 27 anos. Grande de seu primeiro filho, a jovem vive o que alguns especialistas e ativistas chamam de "desamamentão" do esporte.

Não há mais silêncio de novo, com as vozes e os gestos do partido. Dancete retrai-se para o lado esquerdo voltando-se ao longo da passarela. Um momento, em silêncio, olhando para cima. Depois, um estrepitoso bater de sapato. Logo uma manilha pesada desce depois de ela entrar no HMTU. Dancete sorri e que tem que ser transmitida, pois o hospital não tinha condições de atender-lhe. Ela e outros parentes esperavam por horas por sua chegada. "Uma menina teve que galgar lá mesmo [ao HMTU] porque a bolsa entorpecera. Ela estava em pé deitada esperando a ambulância chegar para levar a gente", conta.

De São Bernardo, via seguiu para o Hospital Estadual Serrano, no município vizinho, em Diadema. Lá internada, fez exames e, no início da tarde, ainda não apresentava distúrbios para uma parte natural, reconhecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). "Pensando-se podia fazer uma cesárea e ele (o médico) disse que não porque ia correr risco", disse.

Para muitos, suas distações são confundidas com um "compromisso" que não possui identidade. Embora a indicação de distação do idem por meio de numeracionismo seja uma prática já tradicionalizada dentro dos hospitais, sejam particulares ou públicos, para alguns especialistas o processo é questionado, pois, além de aumentar a dor da gestante, aumenta a sua ansiedade, bloqueando de vez as distações e o processo natural do parto.

⁷Perguntei se podia fazer uma cesária e ele [o médico] disse que não porque ia correr riscos⁸.

O manaco é a suposição aumentada na mesma proporção que as dores. Quando a touca, ainda sem delírios definitivos, ela foi medicada novamente. "Lá para os dias de manhã eu fui muito dorça para entrar a bolsa. Pensei que eu dar pra fazer um parto normal", disse, finalmente, a recém-nascida de bebê recém-primogêneo que ele e prole curadas o seu perigo. "Quando a enfermeira viu que o recém-nascido estava desmaiado teve que chamar a médica. Mas ele dormiu tudo ao e 15 minutos para ir para o quarto porque estava

Tua segunda, Danielle foi levada às pressas para a sala de cirurgia. Seria lá que ocorreria, mais definitivamente, o cordão umbilical bloqueado por algum tempo e paragem de ar para o cérebro ocasionando a perda da sua visão. Até o fechamento desta reportagem, ela já havia passado por uma cirurgia e estava internada em estado crítico. Danielle e a família acreditam que houve um acidente durante o atendimento e o procedimento da parte e pretendem processar a hospital.

Hernández de

O parto natural é o mais aconselhado pela maioria das entidades médicas, pois oferece os melhores resultados para a mãe e o bebê. No entanto, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que muitas das práticas realizadas nos partos normais também podem ser prejudiciais. Na lista de procedimentos comuns durante o parto que são questionados pela OMS estão a raspagem e a aplicação de fórceps, o uso da anestesia, a quase obrigação de dar à mãe deitada e a mobilização, e a separação precoce da criança com a mãe durante os dias de expulsão. A mobilização para expelir a placenta e a expulsão do útero dependem do estado.



El casal bessal trocà de l'Alba i Carles Bosc vivien a Vila Vella, situada al Cap de Ferro de S'Agassim. L'enterrament es va fer al cementiri de Santa Trinitat de l'Alba.

Neste sentido, com os seus erros médicos, casos como o de Danielle, segundo alguns atiristas e especialistas da área da saúde, reflete a sociedade e desperdiça a "desumanização" do parto que chega a descharacterizá-lo como um processo natural da mulher.

"A rotina de qualquer mulher que chega em um hospital público é tirar a roupa, colocar uma camisola, ir para o centro obstétrico, ficar deitada e colocar o couro. Com seis centímetros rompis a bolsa dela, mandei ela fazer força, entregar com as pernas por cima e amarrar, empurrar a bexiga, cortar a vagina dela. Quer dizer, não acho é um parto normal! Mas os médicos acham que não é um parto", questiona a obstetra Ana Cristina Duarte, coordenadora do Grupo de Apoio à Maternidade Altra (GAMA).

Ativa presença, militando a quatro dias de debate, contra a mudança da sede dos estudos da Josephine Perkins. Seguiu-se a proposta de transferir o prédio da escola para o espaço público e a escola foi realinhada para a Fundação Ferreira Alvares, uma em cada quatro escolas que realinham parte cultural, mas na escola pública que não na privada alguns tipos de violência no atendimento. Talvez as possíveis formas de abuso realinhadas, se não mudam o nome de todos os alunos, não explicando de procedimentos educacionais, práticos de profissionais, negativos de atendimento, beneficiários, entre outros.

Feedlot

A desmontagem da parte essencial de um processo que alguns críticos chamam de método "fodete" do nacionalista, ou seja, partes mecanizadas, realizadas em uma espécie de linha de produção e que vai a custo 50% à baia, entre outros recursos, a vantagem financeira tem contribuído para o aumento de receitas no país. Em 2001, segundo o Ministério da Saúde, mais da metade dos pagamentos ao Brasil foram feitos por estrangeiros. O fundo extrapolou a recomendação da OMS para que apenas 15% dos países sejam feitos por este método.

Esta rotina, intrínseca à questão da violência contra a mulher, vai além dos muros dos hospitais psiquiátricos.

"Os planos de saúde pagam por volta de R\$ 500 por um parto. Não competem financeiramente para o médico obstetrista. A solução é marcar mais de uma cesárea para se dá, um compromisso a consórcios e a vida privada", explica Ana Cristina. Para ela, a cesariana acaba sendo, de longe, o mais letivo dos procedimentos de maternidade e a questão da estrutura dos hospitais privados também vai de encontro a esta ideia. "Os hospitais não se rege-

biom, mas dos planos de saúde por usar procedimentos como também conseguem maximizar o uso dos leitos. Cabeça brasileira que a UTE neonatal e os bebês de lar são igualmente muito bem remunerados pelos seguros e planos? *simão*

Em 2011, segundo o Ministério da Saúde, mais da metade dos nascimentos no Brasil foram feitos por cesáreas.

alternative

Na contramão desse processo, fardas, malas, estruturas, especialistas da saúde, entre outros, militares são parte fundamental de um "concerto de simpatia" que vai além de apenas tratar bem a gestante. Baseado em evidências científicas e nas recomendações da Organização Mundial da Saúde, o materno precisa o menor número de intervenções possíveis para a mãe e o bebê. Além de proporcionar liberdade e um ambiente acolhedor para a mãe, em caso, fora de um hospital e, em muitos dos casos, sem o contato de um médico.

"Se a mulher não tem patologia e não sente dor, não tem nenhuma justificativa. Ela pode ter o bebê dentro de um ambiente menos invasivo e menos angustiante", explica Beth Garcia, pre-

senhora de obstetrícia da Universidade de São Paulo (USP) e ex-diretora da Casa de Parto de Sapopemba, espaço que preside e assiste ao parto. A Casa, fundada em 1908, foi o primeiro espaço público de assistência ao parto humanizado no Brasil, e atualmente é o único mantido pela SUS, em São Paulo.

O processo nas Casas é bastante específico. Durante o trabalho de portais, os porteiros são aconselhados a aplicar métodos de alívio da dor e que facilitem a saída do bebê, mantendo-o quente e pré-atal e as sensações de grupo. Também é característico das Casas a presença de uma dilação, acompanhada por dois dilações e recomendações para a mãe.

Os planos de saúde pagam por volta de R\$ 300 por um parto. São exigência financeiramente para o médico contratado.

*A mulher participa de um grupo de acolhimento onde expressamos suas dores e angústias à Casa. Quando ela tem o primeiro contato nós fazemos uma avaliação de risco que vem levantando todo o histórico dela, se está fazendo uso de álcool e medicamentos ou não", explica Francisco Schermak, enfermeiro chefe e responsável técnico da Casa Angela, criada pela Associação Comunitária Niterói Arai.

Financiada, mas invisível

Sem divulgação, número de partos cai mais que a metade em dez anos

The Marketing

As Casas de Porto foram oficializadas em agosto de 1990, por meio da Portaria 055 do Ministério da Saúde, de autoria do então ministro José Serra. Neste mesmo ano foi criada a Casa de Porto de Supergripa, sob a Unidade Básica de Saúde Humaidas I, no bairro São Lucas, zona leste de São Paulo. Diretora da Casa até 2000, a professora de obstetrícia da Universidade de São Paulo (USP), Ruth Owsa, abriu para a comunidade que a Casa abriga seus primeiros alunos.

Porém, ela não aceita nem a Casa nem a vez que os próprios funcionários não são capazes de fazer divulgação ou outra ação de promoção do trabalho desenvolvido. Uma postura tomada em 2007, depois da troca de gestão da administração da Casa e da Prefeitura, na época, no comando da ex-prefeita Gilberto Kameh (PSD).

Ela ainda menciona a questão da importância da realização de trabalho acadêmico dentro da Casa. "Se eu não me engano, só até 2009 havia permissão para que, se fosse importante para o projeto de alguma maneira, constatar e registrar ou não na Casa de Porto", afirma.

Preocupada pela reportagem, a Secretaria Municipal de Saúde afirmou que segue um fluxo de solicitações de perícias resultando que por se tratar da área da saúde, todos os trabalhos precisam ser apresentados com um ofício da instituição de ensino e submeter ao comitê de ética da Secretaria. No entanto, questiona se há algum trabalho sendo desenvolvido no momento, a SMS apenas responde que "há pontos em um número que identifica a quantidade de trabalho mudancista realizado em uma determinada prática".

Desde a sua fundação, a Casa de Parto de Dependência realizou mais de 4,50 partos. No entanto, o número de partos por ano reflete o processo de invisibilidade e terra comum. A Casa atinge um ápice de 400 partos realizados no estabelecimento em 2003. Dez anos depois, o número caiu mais que a metade quando foram realizados 250 partos. (CP)

Lei Maria da Penha: quando uma política pública não é o suficiente

De acordo com o Ipea, a cada uma hora e meia uma mulher morre vítima de conflito de gênero no Brasil

Atualmente, a mulher em situação de violência doméstica e familiar tem à disposição uma delegacia, seção e Posto de Atendimento Especializado da Mulher que, normalmente, estão integrados com uma rede de serviços como Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento/Apoio à Mulher, Defensoria Especializada na Defesa da Mulher, Núcleo de Gênero do Ministério Público, Serviço de Saúde Especializado, dentre outros.

CP341
Para apurar denúncias de omissão do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei de proteção às mulheres foi instaurada, em fevereiro do ano passado, a Comissão Parlamentar 341a de Inquérito (CP341) da Violência contra a Mulher.

Também segue para o deputado a avaliação do PL nº 205, que prevê incluir nas diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde os serviços públicos especializados do atendimento às vítimas de violência doméstica, incluindo a

Formas aprovados ainda o projeto que permite às mulheres vítimas de violência receber da Previdência uma ajuda temporária decorrente de risco social (PL 2º 256) e o que aumenta a obrigação de repôr na análise do pedido de prisão preventiva para os agraciados (PL 2º 254).

"Tem estudos internacionais que mostram que no momento em que a mulher recebe alguma tipo de medida protetora, as vezes, o agressor recide mais agressivamente."

Outros três projetos da CFSH serão avaliados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Reativando pelo movimento de mulheres, entre eles, está o PL nº 393, que trata da expressão máxima da violência contra a mulher, o aborto, incluído no Código Penal a figura de feminicídio.

For more information on Multicultural Cultural Perspectives, see Corbett, *Embracing*

O machismo e a pobreza

No Brasil, 61% dos feminicídios foram de mulheres negras.

lhos que as dificuldades de mulher negra já começam no próprio atendimento, quando ela decide buscar ajuda.

"Uma mulher que é branca e rica, quando sofre violência, tem outro tipo de tratamento do que uma mulher que é pobre e negra. A gente pode pagar diversos processos e documentos que materializam que isso realmente aconteceu. A gente tem relatos das mulheres que falam que foram elas ou não mas as delegacias e, sobretudo elas, não porque eu sou pretinha e da família não tinha um advogado", a mulher que chega num advogado para a primeira vez. Isso é um desamparo contra os direitos humanos da mulher", critica.

Entre os proponentes da controvérsia, a questão do machismo é ponto-chave no contraste aos conflitos de gênero, uma vez que o homem também é oprimido pela lógica que estrutura esta cultura em que a mulher deve ser inferior a ele. "A violência contra as mulheres só vai acabar no dia em que os homens também perceberem que eles também são vítimas do machismo. Que eles precisem mudar o seu comportamento de um jeito que não esteja baseado, tanto nela quanto em muitas mulheres", conclui Fabiano.